

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 7 de Agosto de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1236 • Director: Carlos Brito

## O despertar dos cínicos

Temos o direito de não deixar passar em claro a desfaçatez com que os cúmplices do PS nas soluções adoptadas para o referendo à regionalização pretendem agora marcar distâncias e sacudir a água do capote, tomando-nos a todos como parvos.



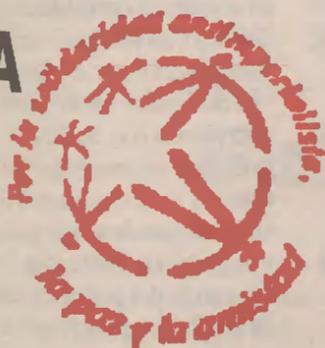
■ Vítor Dias Pág. 16

## Os estranhos números do desemprego

O Governo, parafraseando um conhecido slogan publicitário de uma companhia de seguros, quer fazer crer que com o PS o desemprego em Portugal tem vindo a descer.

■ Lino de Carvalho Pág. 17

## CUBA



## Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes

Cerca de 11 mil jovens de inúmeros países manifestam a sua solidariedade anti-imperialista com Cuba e reafirmam a amizade entre os povos.

■ Miguel Urbano Rodrigues Pág. 19

## INTERNACIONAL

## Nem paz nem segurança

Os extremistas palestinianos e israelitas têm motivos para estarem satisfeitos: o moribundo processo de paz arrisca-se a ser enterrado definitivamente.

Pág. 9

**Falta um mês para a Festa abrir... mas o trabalho não pára**

**na Atalaia**

**EP à venda**

## Acordo PS/PSD conclui

## revisão constitucional

# A farsa das divergências

Carlos Carvalhas, em conferência de imprensa na Assembleia da República, fez um balanço muito crítico da sessão legislativa e acusou o PS e o PSD de «encenarem a farsa de grandes divergências» quando, na prática, estão de acordo no essencial.

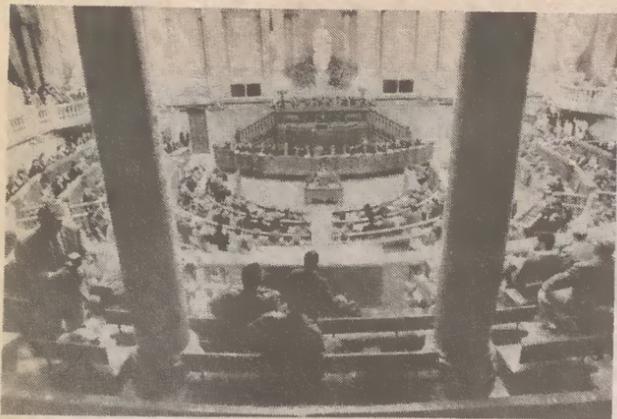
Pág. 5



# CP Prejuízos com pais incógnitos

Há muita gente que não tem coragem nem dignidade para assumir as suas responsabilidades. Foi assim com o cavaquismo e continua a ser assim com o Governo do PS.

Págs. 10 e 15



Mapa das regiões aprovado na AR

## RESUMO

### 30 Quarta-feira

A Comissão Parlamentar do Poder Local aprova, com os votos do PCP e do PS, o mapa das futuras regiões administrativas ■ Chega ao fim a votação na especialidade da revisão constitucional ■ Doze mortos, incluindo dois terroristas suicidas e mais de 150 feridos é o balanço do atentado perpetrado pelo Hamas, em Jerusalém ■ Nelson Mandela e Jorge Sampaio mantêm conversações sobre Timor, em encontro realizado na África do Sul ■ Federação Nacional dos Médicos anuncia mobilização e lutas contra projecto de novo Estatuto Jurídico dos Hospitais.

### 31 Quinta-feira

Carlos Carvalhas, em conferência de imprensa, faz balanço da sessão legislativa, acusando PS e PSD de encenarem uma farsa de divergência que esconde a convergência política ■ Sindicato Independente dos Médicos junta-se ao protesto contra novo diploma sobre o Estatuto Jurídico dos Hospitais ■ António Saleiro, Governador Civil de Beja, põe lugar à disposição, em consequência da aprovação do mapa das regiões, aprovado com os votos do PCP e do PS. O Governo reitera-lhe a confiança ■ Engenho artesanal explode em Macau, junto ao estacionamento do quartel das forças policiais do território ■ André Pita «Petroff», Ministro do Interior de Angola, expressa inquietação acerca de uma possível implantação de bases militares da FLEC no Congo Brazaville.

### 1 Sexta-feira

Agosto começa sem os tradicionais problemas de trânsito, enquanto, por outro lado, deflagram cinco incêndios em várias regiões do País ■ Por sugestão da Faculdade de Letras, o Senado da Universidade do Porto aprova a atribuição do grau «honoris causa» a Xanana Gusmão, José Ramos Horta e Ximenes Belo ■ O jornal Maariv publica sondagem mostrando que 49 por cento dos israelitas estão de acordo com a restituição dos Golan à Síria ■ A Polícia de Nova Iorque afirma ter descoberto planos para atentados bombistas no metropolitano da cidade.

### 2 Sábado

Yasser Arafat, em Alexandria, acusa os israelitas de fazerem a guerra ao povo palestino. O Presidente, condenando os atentados do Hamas, critica fortemente as represálias das autoridades de Israel ■ O Hezbollah desferiu ataques com morteiros contra a zona ocupada por Israel no Sul do Líbano ■ Na Tur-

quia, o Conselho Militar Supremo afasta 73 oficiais fundamentalistas islâmicos, entre os quais se contam três coronéis ■ O chanceler alemão, Kohl, acusa a oposição social-democrata de «abusar» do facto de ter a maioria no Bundesrat (câmara alta do parlamento) para impedir a reforma fiscal da democracia-cristã no poder.

### 3 Domingo

Em entrevista radiofónica, Mário Soares critica a actual revisão constitucional, levada a cabo através do acordo PS/PSD e, ao mesmo tempo, manifesta-se contra a regionalização ■ Mohamed Khatami, o novo Presidente do Irão, é confirmado nas suas funções pelo ayatollah Khamenei ■ Um jornal de Joanesburgo anuncia que Pretória assinará em breve um contrato de venda de armas à Arábia Saudita, no valor de 1 500 milhões de dólares ■ O Iraque anuncia, após autorização da ONU, o reinício da sua exportação de petróleo, embargada em Junho ■ Com 83 anos de idade, morre no Kansas, EUA, o escritor norte-americano William Burroughs.

### 4 Segunda-feira

A África do Sul expulsa o embaixador português naquele país, na sequência de uma alegada entrega à imprensa do conteúdo de uma carta enviada por Mandela a Suharto ■ João Jardim reage a entrevista de Mário Soares, acusando o antigo Presidente de «colonialismo» ■ Recomeça na República Srpska o julgamento do presidente muçulmano da Bósnia ■ Uma explosão, em resultado de um atentado num hotel de Havana, não provoca feridos ■ Hun Sen apela, na Cambodja, ao regresso ao país dos deputados da oposição, garantindo-lhes a segurança ■ Morre com 122 anos de idade, a francesa Jeanne Calmant, considerada uma das mulheres mais velhas do mundo.

### 5 Terça-feira

Em conferência de imprensa, o PCP critica política de emigração ■ Nos Mundiais de Atletismo, Carla Sacramento ganha a medalha de ouro na prova dos 1500 metros e Fernanda Ribeira a de prata na dos 10.000 ■ Pelo segundo dia consecutivo, Israel prossegue operações militares fora da zona que controla no Sul do Líbano, enquanto Hezbollah ameaça reiniciar as acções suicidas contra soldados israelitas ■ Após seis tentativas, o ex-ditador general Hugo Banzer, eleito na segunda volta pelo Congresso, regressa ao poder na Bolívia ■ Comandada por Anatoli Soloviev e Pavel Vinogradov, a nave espacial Sayouz TM-16 parte para a Mir, numa missão que deverá durar seis meses.

## EDITORIAL

# Contestação reforçada

**S**e o primeiro-ministro António Guterres e o seu «estado-maior» alguma vez se convenceram que uma revisão feita a mata-cavalos e abruptamente consumada no plenário da Assembleia calaria a onda de protestos contra o seu conteúdo essencial, bem se enganaram.

Os factos aí estão a demonstrar com toda a exuberância o erro de cálculo dos dirigentes do PS: a contestação da revisão da Constituição continua reforçada e é mais um pomo de discórdia na sua própria base política.

Os comunistas que desde o primeiro momento alertaram para a desnecessidade e os perigos desta quarta revisão da Constituição e que incansavelmente lutaram contra ela têm razões para estar preocupados com a natureza das alterações introduzidas no texto constitucional, mas também tem razões para se regozijar com a amplitude das vozes que se vieram juntar à sua na contestação dessas alterações.

A dimensão da contestação em curso não pode deixar de enfraquecer a revisão que acaba de ser aprovada.

Os próceres da revisão ainda quiseram apresentar como um triunfo o facto de terem terminado um dia mais cedo (a 30 de Julho) do prazo fixado para as votações na especialidade no plenário da Assembleia das alterações à lei fundamental e não faltaram as palmas rituais puxadas é claro pelo PSD. O mal-estar na bancada do PS era, porém, tão evidente que o «Público» não hesitou em titular no dia seguinte: «Revisão encerrada, feridas abertas».

E que feridas! A sua extensão e profundidade não têm paralelo em qualquer revisão anterior.

O processo de revisão e acordo com o PSD, que foi capitaneado do lado do PS por António Guterres, António Vitorino e Jorge Lácão, enfrenta a oposição ou a contestação de vários dos mais conhecidos e prestigiados deputados do PS, de três dos mais destacados constitucionalistas do país, todos eles apoiantes do PS nas últimas eleições (Gomes Canotilho, Vital Moreira e Jorge Miranda), de muitos antigos dirigentes e deputados socialistas e, agora se sabe, do próprio Mário Soares.

No país, cresce a preocupação e a indignação à medida que se vai conhecendo o verdadeiro alcance das malfetorias introduzidas no texto constitucional pela maioria do «bloco central».

**A**o fixarem a votação final global da lei de revisão, que é um acto formal, para 3 de Setembro, o PS e o PSD tinham naturalmente em vista marcar a «rentrée» política com a glorificação do seu acordo que determinou o conteúdo da quarta revisão da Constituição.

No clima político entretanto criado o que pensará o «estado-maior» do PS desta «sessão festiva»?

Para o PSD é que ela faz todo o sentido, pois, como salientou Jerónimo de Sousa no colóquio organizado pela USL e pela CIL, foi o «caderno reivindicativo» do PSD que triunfou na revisão. O que levou aquele membro da Comissão Política do PCP a comentar: «O PSD está a conseguir mais agora, que é minoria na Assembleia, do que conseguiu quando era maioria absoluta e tentou várias vezes dar corpo jurídico a esse caderno reivindicativo.»

Seja tendo em vista a votação final global da lei de revisão no próximo dia 3 de Setembro, seja para conter os futuros desenvolvimentos da revisão na lei ordinária,

não pode abrandar o trabalho de informação, de esclarecimento e de mobilização para impedir as piores soluções.

Muitas das mais graves alterações agora introduzidas na lei fundamental poderão ser agravadas ou atenuadas nas leis ordinárias que vierem a ser feitas. É o caso, entre outras, das matérias relativas ao voto dos emigrantes, às leis eleitorais para a Assembleia da República e para as autarquias locais e à possibilidade aberta de redução do número de deputados.

O oportuno apelo feito por Carlos Carvalhas aos trabalhadores e democratas, incluindo militantes do PS, no dia em que se iniciou o debate da revisão no plenário da Assembleia da República, para «travar as medidas em curso ou a que esta revisão visa abrir caminho», mantém, pois, plena actualidade.

São também importantes, a este propósito, as posições que estão a ser tomadas a partir do campo do próprio PS.

É o caso de Helena Roseta, que no dia seguinte ao termo das votações na Assembleia, escrevia na «Visão» um artigo significativamente intitulado «Que fizeram eles da Lei Fundamental?» e onde afirma a determinada altura: «A terminologia do texto aprovado está longe de ser «neutra». O que se fez foi substituir um modelo socialista ou social-democrata moderado, já «depurado» em

revisões anteriores, por expressões inspiradas no pensamento único.»

É o caso também de Mário Soares, ao afirmar, na entrevista do passado domingo, na Antena 1 da RDP, que «desconhece o que se ganha com este tipo de revisão» e manifestando a sua discordância com atribuição do direito de voto aos emigrantes nas presidenciais - «os emigrantes não estão em condições de se informar sobre o que passa em Portugal» - e com a diminuição dos poderes dos ministros da República para as Regiões Autónomas.

**T**oda a gravosa problemática introduzida na revisão da Constituição pelo vergonhoso acordo PS-PSD voltará assim à discussão nos princípios de Setembro.

Mas não é só por ela que a «rentrée» promete grande intensidade política.

Como o Secretário-Geral do PCP destacou ao fazer o balanço da sessão legislativa que há pouco findou: «os grandes problemas do país ficaram sem resposta».

Aí estão a bater à porta o desemprego em toda a sua dimensão real que nenhuma manipulação de números consegue disfarçar, a questão das 40 horas que a luta dos trabalhadores não deixa cair, a perda do poder de compra dos trabalhadores e as novas batalhas na contratação colectiva, as lesivas reformas que o Governo pretende impor à função pública, a angustiante situação da agricultura, os debates da segurança social, a situação da saúde e a luta dos médicos e enfermeiros, as novas batalhas da propinas.

Em vésperas de eleições autárquicas, e em face da comprovada incapacidade do Governo PS para dar resposta aos problemas nacionais, a necessidade de mudar de política apresenta-se aos portugueses como uma opção cada vez mais inadiável.

Neste quadro, a Festa do «Avante!», que se realiza nos dias 5, 6 e 7 de Setembro, assume uma especial importância pelas suas multifacetadas manifestações e como instância política de grande influência da intervenção dos comunistas na vida nacional.

## Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7<sup>a</sup>-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A,  
— 1100 Lisboa  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Atendimento ao assinante:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira.  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua R Lz 227 — 4470 Maia  
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A 1100 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7<sup>a</sup>-A 1100 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Hélio Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS \*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$000	50 números: 24 750\$000
25 números: 3 487\$500	
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$000	50 números: 39 950\$000
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	— 50 números: 26 650\$000

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## ACTUAL

## Passo em campo minado

Bem gostaria eu, combatente de muitos anos da causa da regionalização, de iniciar esta nota regozijando-me, sem reservas, com a aprovação pela comissão competente da Assembleia da República do mapa das futuras regiões administrativas do continente.

Deu-se incontestavelmente um passo que é fruto do batalhar do PCP e do apoio dos municípios à reforma regionalizadora e que tem o mérito de respeitar o sentido em que se pronunciaram as Assembleias Municipais.

É, porém, com toda a evidência, um passo num campo carregado de minas. Todo o cuidado é pouco em relação aos seus desenvolvimentos futuros.

A verdade, que a aprovação deste mapa das regiões põe em evidência, é que, com base nos votos PS e PCP na Assembleia e com o pronunciamento maciçamente favorável das Assembleias Municipais, a regionalização já podia estar feita. Não está porque o PS não quis.

O PS que votou com o PCP o mapa agora aprovado é o mesmo que cozinhou com o PSD e o PP as alterações à Constituição que obrigam que a lei de criação das regiões

administrativas seja aprovada por maioria absoluta e submetida a dois referendos.

Assim, a lei de delimitação das regiões só subirá a plenário em 1 de Outubro, depois de entrar em vigor a revisão da Constituição. Até lá, têm que ser resolvidos os problemas dos municípios de fronteira que se manifestaram no sentido de ficarem em regiões diferentes das inicialmente propostas.

A seguir, haverá que fazer e aprovar a lei sobre os referendos, não se sabe com que maioria. Depois será realização dos tais referendos que foram pensados não para facilitar a concretização da regionalização, mas para a dificultar ou até a tornar impossível.

Tal é o emaranhado de minas e obstáculos que resultou das cedências do PS ao PSD, alegadamente para a ganhar o consenso de Marcelo para a causa regionalizadora, uma missão impossível depois dos anátemas de Cavaco Silva.

As chamadas cedências do PS mais parecem, assim, a tentativa de inventar pretextos para justificar o real bloqueamento do processo e a criação de bodes expiatórios a quem seja atribuída amanhã a culpa do incumprimento desta promessa eleitoral por parte do PS.

Por tudo isto, os gestos positivos do PS nesta matéria não podem deixar de suscitar a maior desconfiança e ser vistos como expedientes eleitoralistas para funcionarem até às eleições autárquicas.

Cabe ao Governo de Guterres e aos dirigentes socialistas mostrarem que não é assim...

Entretanto, no país real aprofundam-se as desigualdades. Cresce a desertificação e o abandono do interior que está agora a ser duramente penalizado pelas privatizações da Rodoviária Nacional, EDP e Telecom.

Ao mesmo tempo, o interior vai resolvendo, cada vez mais, os seus problemas em Espanha...

Os adversários da regionalização acantonados no Terreiro do Paço e noutros pontos estratégicos da capital e do litoral são incapazes de perceber estes riscos...

A regionalização não é, naturalmente, uma receita milagrosa, mas ainda parece ser o caminho mais eficaz para um desenvolvimento regional equilibrado com a descentralização da administração do Estado, a participação das populações e o aprofundamento da democracia.

■ Carlos Brito

## Futuro – tema actual

Na Expo anunciaram estar concluída a montagem das estruturas do Pavilhão da Utopia. Cascais promoveu mais uma edição das jornadas mundano-filosóficas sobre a utopia. Na Califórnia discutiu-se em sim-pósio internacional o futuro da ciência. Em Évora, com o alto patrocínio do Ministério da Ciência, discutiu-se o futuro da sociedade de informação.

Em tempos de presente cinzento, discutir o futuro está em moda.

Nas TVs, via CNN, são difundidas imagens da superfície de Marte recolhidas pelo Robô Sejourner. Depois de Doly, é apresentada a ovelha Poly com um gene humano incluído no seu código genético. O relatório da ONU sobre desenvolvimento confirma com alarme o agravamento das desigualdades económicas e sociais no mundo.

Pensar, debater o futuro revela-se questão urgente.

Pensar e imaginar o futuro é uma característica específica do ser humano.

Herdámos um planeta que fomos transformando, mas para o qual não pensamos só à dimensão do breve tempo que nos é possível viver. O Homem retém o passado e projecta-se no futuro. E de geração em geração foi engendrando maravilhas de imaginação que avançam no tempo. Costumamos chamar a isso «mudanças», ou mesmo, quando são muito profundas, «revoluções».

É essa qualidade da mente humana, dos seres humanos no seu conjunto, que nos obriga a inventar o futuro.

Mas não se inventa o futuro somente a pensá-lo ou imaginá-lo, para que seja condizente com o que de mais profundamente belo quedou na humanidade. A nossa tarefa comum é mais difícil e por certo às vezes mais dolorosa: fazer com imaginação, mas também com a nossa acção, uma estrada aberta para outras gerações. E isso significa achar, conseguir e enquadrar meios e métodos para abrir caminho, vias, esteiros, para uma outra era que se nos antepõe.

É um destino digno de ser humano o que temos de construir, de criar, com actos concretos. Não fugindo ao passado nem evitando o futuro. Entendendo as mudanças e a necessidade de mudanças. Mudando em qualidade e velocidade. Procurando nos nossos próprios olhos um horizonte que não se afaste dos nossos objectivos humanos.

Enão vamos decerto apostar na «morte da história». Por muitas histórias que nos queiram contar. A História não acabará enquanto a humanidade permanecer. Não morreremos unicamente porque nos querem matar.

Porque os homens e as suas lutas são a História.

■ Aurélio Santos

## AMÉRICA A DESCARADA

A bem conhecida revista *Time*, uma exímia propagandista dos USA no mundo inteiro, publicou no seu último número, de 4 de Agosto, um "special report" (reportagem especial) de cerca de 30 páginas, com o título *AMÉRICA/THE BRAZEN*, precisamente "América, a Descarada", com um toque de sentido adicional que lhe confere também a dureza e a solidez do bronze. O deliberado despudor do título corresponde bem à hábil manipulação apologética da peça, com todos os necessários condimentos para fazer passar a justificação ideológica do papel imperial que os EUA pretendem assumir, sem rival, neste final do século XX.

A "reportagem especial" vem elucidativamente precedida (p. 10) por um desenho figurando um enorme Clinton de rosto angelical, vestido à mítica *Superman*, que segura na sua mão direita um precioso e pequeno globo terrestre. Sabem-na toda, estes americanos: religião + *comics* confundidos. Assim, só uma mente perversa poderá recordar a inesquecível visão do Hitler, em *O Ditador* do genial Chaplin, brincando displicente com o balão Terra. Maligna lembrança! Pois não se trata afinal do "domínio de um poder benigno", como esmagadoramente se argumenta páginas depois? *Vade retro*, Satanás! Este é benigno...

E para que se não diga que a *Time* é parcial, lá vem também a figura de um *Uncle Sam* que te aponta o dedo e ordena: "Eu quero que faças isto, e aquilo, e mais isto e aquilo..." O busílis neste caso é que a ilustração se insere num tenebroso artigo (pp. 16-17) de um reputado especialista da celebrada revista *Foreign Affairs*, um tal Charles Krauthammer, com o imperativo título: "A América manda: Graças a Deus"! E de novo para que se não possa dizer que a *Time* só dá a voz aos "falcões", segue-se-lhe (pp. 18-19) um outro especialista em política externa americana, James Chace, disfarçado de "pomba", para reconhecer debilidades e insuficiências na afirmação dos EUA no mundo hoje, e receitar no fim que o que os dirigentes actuais precisam é de usar mais... "retórica" (sic).

Logo no começo da reportagem (p. 11) se reconhece que "raramente a indignação com os Estados Unidos atingiu tão sinfónicas dimensões como ultimamente". É esse sentimento (cujo perigo não subestima) que se pretende minorar com esta peça "especial". A enorme equipa mobilizada actuou em duas direcções: um batalhão abordou a perspectiva dos EUA vistos *do exterior*; outro batalhão a perspectiva *do interior*.

Quanto à primeira, o director da *Time* no seu editorial (p. 4) tira a conclusão: hoje está "largamente espalhada uma visão da América como 'arrogante' no seu exercício do poder, mas também apreciada como *leader* indispensável de um mundo crescentemente perigoso e complexo". Claro, em toda a reportagem dá-se eco sobretudo aos círculos dominantes pelo mundo, mas silenciam-se totalmente as massas dos pura e simplesmente oprimidos. Daí a plausível conclusão.

Quanto à perspectiva caseira, após uma excursão de costa a costa pela célebre *Highway 50*, a conclusão do director da *Time* é: "Quando a economia está em expansão, os americanos estão menos polarizados." O subjectivismo é mais que gritante no segundo termo da conclusão, e tem evidentes pés de barro no primeiro termo. Todos os dados objectivos apontam a agudização da polarização e mesmo os dados estatísticos quanto à apregoada "expansão" não são convincentes, especialmente quanto à sua durabilidade.

Para terminar esta breve crónica, reporto-me sinteticamente à já de si sintética alusão feita, no final da peça (p. 41), aos "exuberantes anos 20". Nessa década de expansão espantosa, o desemprego caiu de 12% para 3,2% (hoje mais alto), o crescimento económico fez-se a uma poderosa taxa de 3,6% ao ano (nos 90 à volta dos 2%), a inflação andou a menos de 1% (hoje, maior), o orçamento federal viveu com *superavit* (ainda hoje uma miragem). Por isso, Hebert Hoover proclamou, em 1928: "Nós, na América, estamos mais perto do triunfo final sobre a pobreza do que nunca antes na história de qualquer país"... Mas a maravilha das maravilhas desabou, logo em 1929, no *Krach* da Bolsa e no inferno da Grande Depressão! E hoje, aonde leva a actual "exuberante irracionalidade" bolsista?...

■ Carlos Aboim Inglez



Foto: Jorge Caria

## SEMANA

## Expulsão de embaixador

A notícia que abala esta primeira semana de Agosto, em que a política parece ter partido para férias, é decerto aquela que a imprensa veiculou, com informações obtidas por portastravessas. O embaixador português na África do Sul terá sido expulso pelo governo de Pretória, logo a seguir à visita do Presidente Sampaio àquele País. As autoridades sul-africanas ter-se-ão queixado da iniciativa do diplomata, Vasco Valente, que terá fornecido à imprensa lisboeta as informações contidas numa carta dirigida pelo Presidente Mandela ao ditador Suharto. Mas isto são

acusações de Ali Alatas, o ministro indonésio cujo governo terá exercido pressões em Pretória para que tal medida drástica haja sido tomada. As acusações são recusadas por Lisboa. A história deve ter pelo meio as acções discretas dos serviços secretos, indonésios ou portugueses. No entanto, não se tomam medidas destas sem que algo de grave se tenha passado. Os portugueses ainda esperam para saber o que realmente se passou e que, no fundamental, parece contribuir para comprometer as iniciativas em favor de Timor e dos timorenses.



## Soares contra

Tendo assinalado primeiro a «coerência» de Mário Soares nas declarações que o antigo presidente prestou numa entrevista concedida à rádio, Alberto João Jardim partiu depois em campanha contra tais declarações. Não poupou nos adjectivos, acusando Soares de «colonialismo» e de persistir «numa visão reac-

cionária do regime e da Constituição». As declarações do ex-presidente conseguiram desagradar, certamente, a muitos quadrantes e terá sido eventualmente essa a intenção de Soares, que se manifestou contrário à revisão constitucional, que considerou «sem objecto», ao mesmo tempo que emitiu opinião desfavorá-

vel quanto à regionalização. Esse desagrado manifestou-se, aqui e além, em órgãos de comunicação social, que elegeram Jardim como o principal comentador. O alerta de Soares, sobre os «problemas complicados» que anuncia para Setembro, não mereceu, porém, ao PS, nenhum comentário.

## Jaime Soeiro Pereira Gomes

Jaime Soeiro Pereira Gomes faleceu no passado domingo. Engenheiro de obras públicas, irmão do camarada Joaquim Soeiro Pereira Gomes - o escritor e dirigente do PCP, também já falecido que foi o pioneiro do neo-realismo em Portugal - Jaime Pereira Gomes foi um exemplo de solida-

riedade política e de profundo respeito pelos ideais que nortearam a vida de seu irmão, tendo desempenhado papel decisivo na entrega ao PCP do espólio literário e político deste. No funeral, representaram o PCP os camaradas Octávio Pato, Blanqui Teixeira e António Dias Lourenço.



## A «paz» de Dayton

As crises diplomáticas não larvam apenas no que a Portugal diz respeito. Segundo os jornais, uma grave crise diplomática atinge várias chancelarias na Europa e vem revelar as fragilidades da chamada «paz de Dayton», que tem congelado o conflito na Bósnia-Herzegovina. Várias capitais europeias não procederam ao reconhecimento dos embaixadores designados por aquele Estado, enquanto no passado fim-de-semana Jayce foi palco de graves incidentes entre croatas e muçul-

manos, impedindo o regresso de refugiados. A maioria croata atacou os refugiados muçulmanos e cercou as forças policiais que pretendiam defendê-los. A França, a Alemanha, o Reino Unido e a Suécia suspenderam os contactos com os embaixadores da Bósnia-Herzegovina, seguindo as instruções de Westendorp, o alto representante civil para a Bósnia. Outras capitais estudam a atitude a tomar mas, na generalidade, inclinam-se pelo alinhamento das posições já assumidas.



## Greve na GDP

Termina hoje às 24 horas a greve que teve início no grupo Gás de Portugal - GDP -, cuja adesão rondou 80 por cento. A greve teve início na empresa Driftal, no passado domingo, com uma adesão de

100 por cento, seguindo-se-lhe a dos trabalhadores de turnos da GDL. O fornecimento de gás a várias zonas de Lisboa foi reduzido aos níveis mínimos, pelo que grande parte dos consumidores não receberam quantidade suficiente de gás de queima

(Reboleira, Amadora, Casal de S.Brás, Benfica, Alfragide, Linda-a-Velha, etc.). Os trabalhadores foram para a greve que agora termina em luta por respostas da Administração às suas reivindicações salariais, designadamente por uma reestrutu-

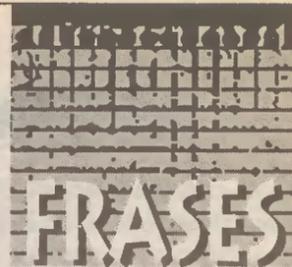
ração da tabela, pela melhoria do subsídio de turnos e pela criação de um prémio de risco. Durante a greve, a Comissão que a dirigiu apelou à população de Lisboa para se abster de consumir gás canalizado, por motivos de segurança.

## Índice 100

O Governo anunciou que o salário mínimo para os trabalhadores da Função Pública vai ser aumentado para o valor de 59 300 escudos, ou seja, passará a ser ligeiramente superior ao mínimo nacional. Pretende assim o executivo fazer crer que se resolve deste modo o problema do chamado índice 100 do sector. O que realmente aconte-

ce é que tal índice não cresce - mantém-se, pois, inferior ao mínimo nacional. Não actuando sobre o índice, os salários das carreiras da Administração Pública permanecem de facto inalteráveis.

Tal medida desagradou aos sindicatos, que pretendem que o índice seja equiparado ao mínimo nacional.



“Nunca ninguém teve a ousadia de nos fazer uma proposta tão descabida e politicamente tão desonesta.”

(António Bento, do Sindicato Independente dos Médicos, Expresso 2.08.97)

“Querem dar-nos mais trabalho, pedem-nos para receber pouco, poupar nos medicamentos e nos exames, e pretendem pagar-nos menos do que se paga a uma mulher a dias.”

(idem)

“Cada primeiro-ministro tem o seu estilo. O António Guterres não cultiva o estilo mestre-escola. Os ministros podem ir à casa de banho sem lhe pedir licença!”

(Almeida Santos, O Independente, 1.08.97)

“Claro que sou socialista, claro que sou republicano e claro que sou laico, na medida em que sou agnóstico.”

(idem)

“Na extensão do voto dos emigrantes (...) a revisão é mais favorável às expectativas eleitorais do PSD do que às do PS.”

(idem)

“O PSD prepara-se para festejar em grande a votação final da revisão constitucional. As festas começam dia 3 de Setembro e só acabam a 7.”

(Headline de notícia de O Independente, 1.08.97)

“Os emigrantes não têm condições de informar-se sobre o que se passa em Portugal, como os portugueses que aqui vivem.”

(Mário Soares, em entrevista à Antena 1, 3.08.97)

“[Os emigrantes podem] ser eventualmente manipulados por forças políticas com dinheiro para os fazer mudar o sentido de voto.”

(idem)

“Se isso pesar nas escolhas do povo português, pode vir a ser muito grave.”

(idem)

“Está o País de férias e a esquerda aproveitou o momento.”

(Paulo Portas, O Independente, 1.08.97)

“Com o devido respeito, [Mário Soares] faz-me lembrar o doutor Salazar.”

(Marques Mendes, Público, 4.08.97)

“Como futuro monarca, Carlos tem a obrigação de se colocar acima da política.”

(The Daily Telegraph, citado pelo Expresso, 2.08.97)



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Carvalhas acusa

Desafios entre PS e PSD  
são uma farsa

Uma sessão legislativa que teve ainda como nota dominante a coincidência de interesses e a convergência de pontos de vista entre o PS e o PSD nas questões essenciais, seja na política económica ou não moeda única, seja nas privatizações, seja ainda na política de salários ou nas propinas.

Uma conjugação de opções e prioridades entre aqueles dois partidos que nenhuma farsa alimentada a partir de artificiais diferenças e alegadas divergências conseguiu camuflar. Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, demonstrou-o em conferência de imprensa, na passada semana, na Assembleia da República, lembrando os vários aspectos em torno dos quais PS e PSD estão de acordo.

Fazendo um balanço muito crítico da sessão legislativa, Carlos Carvalhas, que estava acompanhado de Octávio Teixeira, João Amaral e Lino de Carvalho, acusou o PS e PSD de "encenarem a farsa de grandes divergências", quando, na prática, estão de acordo no essencial.

O dirigente comunista respondia ao que o PSD e PS anunciaram na véspera nos jantares de fim de sessão legislativa, em que lançaram mútuos desafios como se tivessem grandes divergências.

"O secretário-geral do PS sabe muito bem que o PSD vai aprovar o Orçamento de Estado. O PSD já o disse várias vezes. Por isso, o desafio convite do Primeiro-Ministro ao PSD tem antecipadamente uma resposta conhecida: a viabilização em nome da moeda única e da política de concentração de riqueza e dos grandes interesses", comentou Carlos Carvalhas.

Depois de sublinhar que "é tempo de PS e PSD se deixarem da política-espectáculo e assumirem as suas responsabilidades pela política neoliberal e monetarista, contrária aos interesses do povo e do País", o dirigente do PCP elencou um conjunto de problemas, aos quais, do seu ponto de vista, o Governo deveria dar resposta, relançando para o efeito o "investimento, a produção e o

processo de revisão constitucional chegou ao fim, na passada semana, mais de um ano após o seu início, com a votação na especialidade em plenário da Assembleia da República das propostas de alteração dos últimos artigos do texto fundamental. A votação final global do novo texto está prevista para o dia 3 de Setembro, devendo ser remetido no dia seguinte para promulgação do Presidente da República, a fim de ser assinado por Jorge Sampaio antes de este partir de visita oficial ao Brasil.

Fica assim encerrado o último capítulo de um processo que concretiza o "vergonhoso acordo entre o PSD e o PS", como justamente lhe chamou o Grupo Parlamentar do PCP, e que marca indelevelmente a sessão legislativa que agora terminou.

consumo e a defesa e valorização da produção nacional".

A carecer de resposta e de resposta imediata, por si enumerados, foram, entre outros, os trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado "que continuam sem ver na prática as 40 horas e o não trabalho ao Sábado; os mineiros de Aljustrel que não entendem porque é que o Governo se mantém nas evasivas; os agricultores que têm que enterrar a sua fruta, quando ela falta em tantas famílias; os trabalhadores que estão em risco de virem de férias e encontrarem as suas empresas encerradas, tendo inclusivamente em conta, o fracasso do Plano Mateus; os reformados com as suas reformas de miséria; as famílias atingidas pelo flagelo da droga; os comerciantes e pequenos e médios empresários confrontados com a falta de poder de compra dos cidadãos e as dificuldades e burocracia de toda a ordem; os desempregados."

Pronunciando-se ainda sobre a sessão

legislativa, Carvalhas destacou que ela fica "marcada não pela resposta aos graves problemas do país, mas pelos acordos do PSD e do PS com vistas à feitura de novas leis eleitorais que fabriquem maiorias absolutas com menos votos e que garantam uma bipolarização artificial."

"O País precisa de uma nova política e não de continuação da política de direita, através de um rotativismo em que só mudam as caras e os autores", sublinhou o dirigente do PCP, convicto de que "o País precisa de uma política de expansão da economia e não de uma política de contracção e deflacionária assente nos dogmas dos critérios de Maas-tricht".

"O País precisa de uma política de desenvolvimento com a sua dimensão social e ambiental e não de uma política de acentuação das desigualdades, de perdões fiscais, de negócios privados à custa do erário público e de benesses aos grandes senhores da finança", concluiu Carlos Carvalhas.

## Criação das regiões administrativas Um primeiro passo no respeito pela vontade das assembleias municipais

O mapa das futuras regiões administrativas portuguesas foi aprovado na semana transacta na Comissão parlamentar de Poder Local com os votos favoráveis do PS, PCP e PEV e com os votos contrários do PSD e CDS/PP. O mapa aprovado institui oito regiões administrativas, nas quais se inclui uma única região para o Alentejo.

Após um percurso cheio de hesitações e recuos, o PS aceitou na última reunião da Comissão a proposta para a instituição de uma única região Alentejo, condição imposta pelo Grupo comunista para viabilizar a proposta socialista. No próprio decorrer dessa reunião, recorde-se, o PS chegou a apelidar de "chantagem" a posição do PCP, facto que obrigou João Amaral a lembrar aos deputados socialistas que se insistissem nos dois Alentejos - Baixo e Alto -, contrariando assim a vontade das assembleias municipais, então, teriam de assumir a responsabilidade por não haver regionalização, uma vez que, frisou, "contra a vontade das assembleias municipais não poderá haver regiões".

A vontade expressa pelas assembleias municipais era, aliás, um critério considerado fundamental pelo PCP para a delimitação das regiões. Nessa medida, a partir do momento em que o PS se viu obrigado a aceitar esse ponto de vista, designadamente quanto ao Alentejo, como assinalou João Amaral, foi possível aprovar o documento que delimita as regiões.

Para obter o acordo do Grupo Parlamentar do PCP, o PS pôs ainda de lado o clausulado que previa uma série de alterações, que definia o conceito de concelhos flutuantes (que podiam mudar de região) e em que também se permitia, a prazo, alterações de traçados das fronteiras de cada região.

Para o PCP, este clausulado era inaceitável, tendo a este propósito o deputado comunista José Calçada salientado oportunamente estar a sua bancada apenas disponível para, por agora, aprovar um mapa com a definição geográfica das regiões, com um só Alentejo e também com uma só região de Entre-Douro e Minho, porquanto, era isso que "representava o parecer dado pelas autarquias ao inquérito parlamentar sobre a matéria".

Depois deste primeiro passo concreto para a criação das regiões administrativas, prevê-se que o restante articulado jurídico sobre a sua instituição em concreto seja objecto de discussão na Assembleia da República em Setembro próximo, sendo que o referendo terá de definir a vontade soberana das populações locais sobre a criação das regiões.

Esta questão do referendo, porém, não é pacífica, dividindo-se as opiniões entre os que entendem que ele é evitável, como é o caso do PCP, por considerar que basta a decisão dos órgãos autárquicos para dar corpo à regionali-

zação, e os que defendem que tal não é suficiente, como sucede com o PS, o PSD e o CDS/PP.

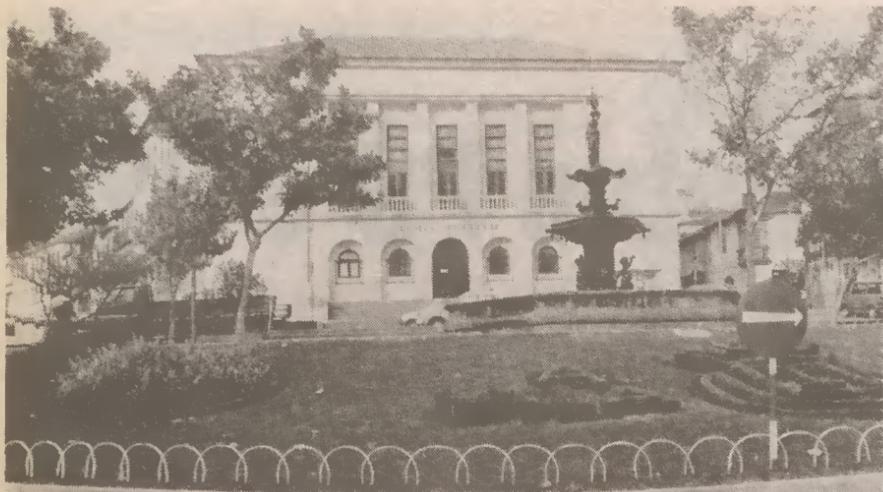
A votação agora realizada mostrou, entretanto - e esta foi uma das conclusões tiradas por João Amaral no decorrer da reunião da Comissão -, que o "processo de regionalização podia ser feito com a Constituição na sua redacção actual", como, de resto, o PCP sempre defendeu.

Para o deputado comunista - e esta foi outra nota por si salientada -, o bloqueio a que o processo de regionalização tem estado sujeito é da inteira responsabilidade do PS, o qual, enfatizou, "deu o dito por não dito quanto ao processo de votação da Lei de Criação, preferindo ir entender-se com o PSD e o PP na revisão constitucional para introdução de mecanismos de instituição das regiões que atrasaram o processo definitivamente".

Quanto às alterações à Constituição que o PS acordou com o PSD e o PP, designadamente as referentes à mecânica do referendo, trata-se, na perspectiva de João Amaral, da entrega da regionalização nas mãos do PSD e do PP, "partidos que são contra a regionalização", pelo que, observou, "o PS continuará a ser o único e inegável responsável por uma possível inviabilização da regionalização".



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Para o PCP, o respeito pela vontade das assembleias municipais constitui o critério fundamental para a delimitação das regiões

## O mapa das regiões

O mapa das regiões administrativas, que integrará a futura "Lei da Criação das Regiões Administrativas", divide o país nas regiões administrativas de Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Litoral, Beira Interior, Estremadura e Ribatejo, Lisboa e Setúbal, Alentejo e Algarve.

Importa assinalar que o texto agora aprovado tem de ser submetido a votação na especialidade e votação final no plenário. Será nessa ocasião, como salientou o deputado comunista João Amaral na declaração de voto que proferiu em nome da sua bancada, que poderão ser resolvidos alguns problemas relacionados com a linha de demarcação das regiões.

Em causa estão, designadamente, os municípios do Norte dos distritos de Viseu e Guarda que se manifestaram pela integração na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, bem como os municípios do Norte do distrito de Aveiro que pretendem integrar-se na Região de Entre-Douro e Minho. A carecer de uma eventual melhor definição quanto ao seu enquadramento regional estão ainda, como lembrou João Amaral, os municípios do Norte do distrito de Lisboa que não integravam a Área Metropolitana de Lisboa e não pretendem integrar-se na Região de Lisboa e Setúbal, e, ainda, o município do distrito da Guarda (Beira Serra) sobre a sua integração na Beira Litoral.

As regiões administrativas, de acordo com o documento aprovado, são as seguintes:

A Região de **Entre-Douro e Minho** abrange a área dos municípios incluídos nos distritos de Viana do Castelo, de Braga e do Porto, a saber: Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Espoende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde, Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Marco de Canavezes, Matosinhos, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

A Região de **Trás-os-Montes e Alto Douro** abrange a área dos seguintes municípios incluídos nos distritos de Vila Real e Bragança: Alijó, Boticas, Chaves, Mesão Frio, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Alfândega da Fé, Bragança, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.

A Região da **Beira Litoral** abrange a área dos municípios incluídos nos distritos de Aveiro, de Viseu e de Coimbra e que são: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, S. João da Madeira, Santa

Maria da Feira, Sever do Vouga, Vagos, Vale de Cambra, Armamar, Carregal do Sal, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Mangualde, Moimenta da Beira, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Penedono, Resende, Santa Comba Dão, São João da Pesqueira, S. Pedro do Sul, Sátão, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu, Vouzela, Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares.

A Região da **Beira Interior** abrange a área dos municípios incluídos nos distritos da Guarda e de Castelo Branco: Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso, Vila Nova de Foz Côa, Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Rodão.

A Região da **Estremadura e Ribatejo** corresponde à área dos municípios incluídos nos distritos de Leiria e de Santarém: Alcobaça, Alvaizere, Ansião, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrógão Grande, Peniche, Pombal, Porto de Mós, Abrantes, Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Ourém, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

A Região de **Lisboa e Setúbal** abrange a área dos municípios incluídos nos distritos de Lisboa e de Setúbal e que são: Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Oeiras, Sintra, Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço, Vila Franca de Xira, Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

A Região do **Alentejo** corresponde à área dos municípios incluídos nos distritos de Beja, Portalegre, Évora e dos municípios do distrito de Setúbal não incluídos na região administrativa de Lisboa e Setúbal e que são: Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Odemira, Ourique, Serpa, Vidigueira, Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sôr, Portalegre, Sousel, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines.

A Região do Algarve abrange a área dos municípios incluídos no distrito de Faro: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

## Política de juventude Governo fica-se pela propaganda

Em matéria de política de juventude, o Governo do PS segue as pisadas do PSD. A acusação é do deputado comunista Bernardino Soares, que, fundamentando a sua afirmação, em declaração política no Parlamento, lembrou mesmo existir uma "evolução na continuidade" reveladora, em sua opinião, do mesmo desprezo pelos interesses dos jovens e pelo associativismo juvenil.

Não encontrando qualquer mudança nas políticas, para Bernardino Soares, o que verdadeiramente mudou, isso sim, foram as caras. Aquilo a que se assistiu, precisando melhor o seu ponto de vista, foi o que apelidou de "socialização" dos organismos estatais, não no sentido de aproximar a acção governativa à juventude, mas sim da "invasão dos lugares públicos por militantes do Pê Esse".

Esta "ausência de alterações de fundo", explicou, é tanto mais grave quanto é certo que "o desastre dos dez anos de PSD e a injustiça das suas políticas de juventude dificilmente poderiam ser batidos" e que "para fazer melhor" teria bastado "mudar da prioridade à propaganda para a prioridade ao apoio ao associativismo".

Recordando as posições da JCP sobre esta matéria - inversão daquelas prioridades -, Bernardino Soares acusou o Governo PS de ir mais longe do que alguma vez o foi o PSD, exemplificando com a diminuição das verbas de apoio ao associativismo, com a negação de apoios às associações de trabalhadores-estudantes, ou com a "escassez e pouca frequência de apoios" concedidos pelo Instituto Português da Juventude a "associações com existência real e verdadeira actividade".

Alvo de crítica cerrada por parte de Bernardino Soares foi ainda o que considerou ser a "total ausência de uma política global" para a juventude portuguesa. Depois de assinalar que em matéria de emprego o Governo limitou-se a "manipular números" e a anunciar "pacotes de medidas e programas", o parlamentar do PCP abordou mais desenvolvidamente a política educativa para concluir que, também neste capítulo, não se foi além de "um discurso diferente para aplicar políticas semelhantes".

Revela-o, sublinhou, o "fraco investimento no ensino e na respectiva acção social escolar", a insuficiente "criação de condições para a renovação do parque escolar", o escasso investimento no desporto escolar, ou ainda a "cada vez maior elitização do ensino" com a consequente negação deste direito consagrado na Lei Fundamental.

## Financiamento do Ensino Superior

A Lei de Financiamento do Ensino Superior e as alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo foram aprovadas, faz hoje oito dias, em plenário da Assembleia da República, na última sessão antes das férias. As propostas do Governo foram aprovadas com o voto favorável do PS, a abstenção do PSD e os votos contra do PCP e do PP.

Com 40 artigos, o diploma relativo ao financiamento do ensino superior sofreu algumas alterações na sequência do debate na especialidade, nomeadamente no que se refere ao conceito de estudante elegível, ao regime de bolsas de estudo (no âmbito da acção social escolar) e ainda relativamente à data de entrada em vigor.

O conceito de estudante elegível, um dos pontos da proposta de Lei do Governo de Financiamento do Ensino Superior que, a par das propinas, provocou mais polémica, foi vivamente contestado pelo PCP.

A nova redacção do ponto referente ao conceito de estudante elegível determina que os estudantes que ultrapassarem seis anos de curso (no caso dos cursos até quatro anos) e oito anos (nos cursos com mais de quatro anos) serão excluídos da universidade que frequentam.

No decorrer da discussão na especialidade, o artigo relativo às propinas mereceu igualmente a firme oposição do Grupo comunista, bem como do Partido "Os Verdes", que votaram contra todos os pontos do seu articulado.

Ainda em matéria de Educação, foi aprovado, por unanimidade, em votação final global, o diploma sobre o estatuto do trabalhador-estudante, da autoria do Grupo Parlamentar do PCP.

## Igualdade no trabalho

Finalmente, a Assembleia da República aprovou, no final da sessão legislativa, o Projecto de Lei do PCP consagrando novos meios de combate às discriminações de que são vítimas as mulheres.

Conhecido pelo Projecto de Lei do BCP (Banco Comercial Português) porque nasceu dos impedimentos colocados por este Banco à admissão de mulheres, o Projecto de Lei do PCP apresentado já há alguns anos na Assembleia da República, defrontou-se com a obstrução do PSD, que, depois de ter votado contra o Projecto na anterior legislatura, determinando a sua rejeição, tudo fez para que o mesmo não fosse submetido a plenário, nesta sessão legislativa.

Com a lei da República nascida do projecto do PCP deu-se cumprimento a uma recomendação do anterior Provedor de Justiça, formulada perante as discriminações verificadas no BCP e a recusa de actuação do anterior Governo do PSD, através da Inspeção de Trabalho, alegando a inexistência de instrumento legislativo.

Na lei impõem-se às empresas novas regras destinadas a impedir que as mulheres sejam excluídas do acesso ao emprego apenas por serem mulheres. Nomeadamente através da obrigatoriedade de conservação de registos sobre convites endereçados aos candidatos, que tornem mais eficaz a actuação das

instâncias de controlo como a CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego), a Inspeção do Trabalho e os Tribunais.

Estabelece-se que é às empresas que cabe fazer a prova de que não actuaram de forma discriminatória (*inversão do ónus da prova*). Consagra-se a legitimidade das Associações Sindicais para intentarem acções visando obter sentença que declare a prática discriminatória. Estabelece-se a sanção de publicação da sentença condenatória nos locais de trabalho e nos meios de comunicação social.

Num momento em que a violência contra as mulheres se exprime em novas e subtis formas de discriminação que atingem mulheres de vários estratos sociais, num momento em que essa violência se desenvolveu numa espiral que passa pelas operárias, pelos quadros técnicos, pelas mulheres licenciadas, o PCP saúda a aprovação de uma lei por que se vem batendo há vários anos. E que tem de ser cumprida!

## ALGARVE PS e Governo confundem-se

«Uma atitude inqualificável» de utilização do aparelho do Estado para resolver problemas partidários, é como a Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP classifica a anunciada decisão da Federação do Algarve do PS, de pedir a intervenção do Secretário de Estado do Comércio e Turismo no sentido de adiar as eleições para a RTA.

Tanto mais, lembra a DORAL, quando foi esta mesma Federação que há seis meses pediu publicamente a demissão do Presidente da RTA e a antecipação de eleições.

Trata-se de mais um exemplo da fusão descarada entre o PS e o Governo, acusa o PCP, exigindo o cumprimento da legalidade e afirmando que se, «por meras conveniências internas do PS», o Secretário de Estado viesse a adiar o acto eleitoral e a ultrapassar os prazos legalmente estabelecidos, «estariamos perante um acto de desavergonhado abuso de poder».

## TERCEIRA Reaparecem as promessas

«A movimentação pré-eleitoral para as autarquias já começou com uma contra-informação», diz o Secretariado da Ilha Terceira do PCP, alertando os eleitores para as «declarações fáceis e promessas que não são cumpridas».

Entre essas promessas, o PCP lembra a construção do Hotel da Quinta do Caracol, que continua por acabar, sem que tenham sido apuradas responsabilidades por a obra ter ficado incompleta, e os problemas da habitação social e habitação degradada, para cuja solução a Secretaria Regional de Obras Públicas e Equipamentos chamou a si a intervenção directa, reduzindo a capacidade de intervenção das Juntas de Freguesia. Também a zona do Bailão é ao fim de oito anos que vai sofrer obras de remodelação!

Em concreto, diz o PCP, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo está a ser utilizada como apoio directo à recandidatura do actual Presidente (numa altura em que o PSD/Terceira está dividido entre apoiar o seu candidato ou o do PP) e, por outro lado, há um Director Regional, candidato do PS à Câmara de Angra, a aproveitar o tempo de antena para fazer campanha indirecta e a prometer solução para tudo.

A Rotunda na circular de Angra do Heroísmo, o Centro Cultural e Recreativo da velha Praça de Touros de S. João, o inquérito à situação dos trabalhadores no Matadouro de Angra, as obras e o apetrechamento do Porto Oceânico da Praia da Vitória, a questão do Rebocador, são outras tantas promessas não cumpridas que certamente voltarão a estar na mesa nesta campanha eleitoral, adverte o PCP.

## ÉVORA Finalmente o Alqueva

Apoiando a posição da Comissão Política do seu partido, a Direcção da Organização Regional de Évora do PCP congratula-se com a decisão da Comissão das Comunidades Europeias de apoiar o financiamento de um projecto estratégico para o desenvolvimento do Alentejo, permitindo tomar o empreendimento do Alqueva uma realidade.

Quanto ao conjunto de imposições que acompanham esta decisão, elas configuram uma «inaceitável ingerência» pelo que devem ser liminarmente rejeitadas pelo Governo português. A DOREV entende ainda que seria intolerável que uma obra avaliada em 300 milhões de contos - pagos com dinheiros públicos - só beneficiasse os grandes senhores da terra pelo que, por razões de justiça social e eficácia económica, exige que o Governo promova um processo de reorganização fundiária na região, particularmente no perímetro do Alqueva, e de entrega de terras aos pequenos e médios agricultores.

## VILA REAL PSD inviabiliza Museu

Estimando-se em mais de 5 milhões de contos, os prejuízos causados por anormais condições climáticas aos produtores de batata, vinho, cereal, fruta e olivicultura do Alto Tâmega e da região do Douro, a Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP reclama que o Governo adopte medidas excepcionais de apoio a estes agricultores.

Em nota à comunicação social, a DORVIR torna ainda público o texto final aprovado na especialidade para a criação do Museu da Região do Douro, que não foi votado no Plenário da Assembleia da República do passado dia 31 de Julho por imposição do PSD que, não tendo participado na comissão da especialidade, quer agora que a sede tenha lugar em Lamego e que não seja incluído o património documental da Real Companhia Velha.

Depois de assumir a responsabilidade de apresentar a Plenário da AR o Texto Final para aprovação do Museu do Douro no início da próxima legislatura, o PCP saíra de acordo que garante a reestruturação e viabilização financeira da Casa do Douro, respeitando os direitos dos cerca de 35 mil produtores vitivinícolas da Região.

# Emigração PCP exige meios para o Conselho das Comunidades

**Aproveitando o período de férias e a presença em Portugal de muitos emigrantes, o PCP realizou na terça-feira passada, em Faro, uma reunião de Organizações do PCP na Emigração, após a qual promoveu uma conferência de imprensa para divulgação das suas principais conclusões (ver extractos). Na mesa encontravam-se Américo Pereira, membro da Organização do PCP da Emigração na Alemanha, João Armando, membro do Comité Central, e Henrique de Sousa, do Secretariado do Comité Central.**

Passados quase dois anos de vida do actual Governo PS, quanto à política relativa à emigração portuguesa os seus actos ficaram muito aquém das promessas eleitorais e do próprio Programa de Governo. Eis o que os muitos discursos, viagens e iniciativas mediáticas do Secretário de Estado das Comunidades não conseguem esconder.

— Tardam as medidas prometidas visando a efectiva melhoria dos serviços consulares. Em Junho de 1996 foi anunciada a criação do Grupo para a Informatização Consular (GIC) que, num

prazo de 45 dias, deveria elaborar um «plano estratégico». Ao mesmo tempo era anunciada a informatização de 43 postos consulares na Europa. Do GIC não se voltou a falar, a informatização dos consulados avança a passo de caracol e o anunciado plano global é cada vez mais transformado na instalação avulsa de computadores nos postos.

O PCP reclama um programa de modernização, reforço e adequação da rede consular à realidade e necessidades actuais da emigração portuguesa, nomeadamente considerando a criação de

novos postos e escritórios consulares, o reforço em meios humanos qualificados e a eficaz coordenação dos serviços consulares com os serviços dos vários ministérios que intervêm nos problemas dos emigrantes, condição sem a qual estes continuarão sem solução.

— Persistem graves problemas com as reformas da segurança social dos emigrantes, decorrentes dos problemas de coordenação entre os sistemas de Portugal e dos outros países e da excessiva demora na resposta (por vezes de 2 e 3 anos!) do Centro Nacional de Pensões aos pedidos de informação sobre as contribuições realizadas em Portugal.

O PCP considera indispensável o reforço da dotação em pessoal dos Serviços da Segurança Social que lidam com os problemas da emigração e a tomada de medidas pelo Governo para a celebração de Convenções nesta área onde ainda não existem, como ainda se verifica com os países africanos de expressão portuguesa (excepto Cabo Verde) e com a África do Sul.

— Continuam as notórias e escandalosas insuficiências do ensino da língua portuguesa e da promoção da cultura portuguesa no estrangeiro, com uma total ausência de medidas governamentais apenas disfarçada por vagas promessas e continuando também a marcar passo a revisão do Estatuto da carreira dos professores de português no estrangeiro que assegure a sua estabilidade e motivação.

O PCP exige um programa calendarizado de medidas, com o correspondente reforço orçamental de verbas, para o real alargamento do ensino da língua portuguesa, assente na efectiva responsabilização do Estado Português como eixo central e na exigência junto dos governos dos países de acolhimento de uma eficaz inclusão (não apenas formal!) do ensino da língua e da cultura portuguesas nos currículos escolares, sem prejuízo do apoio à iniciativa privada neste campo, sobretudo a de carácter associativo.

— O Governo português não age com firmeza em defesa dos direitos dos emigrantes portugueses junto de outros Estados em várias situações em que são objecto de discriminações praticadas nos países de acolhimento: é o caso da atitude servil do Governo PS quanto à política de repatriamento de cidadãos de origem portuguesa que cumpriram penas de prisão, levada a cabo pelos governos dos EUA e do Canadá sem consideração pelo facto de se tratar em muitos casos de indivíduos com dezenas de anos de vida nesses países e que nem sequer falam português, assim alijando esses governos responsabilidades próprias pela resolução de problemas humanos gerados nessas sociedades enquanto o Governo

português, face a isto, se limita a pedir um período de pré-aviso para organizar a sua recepção (!); é o caso da gritante discriminação praticada pelos EUA contra Portugal, um dos dois únicos países da União Europeia a cujos cidadãos é exigido visto (o outro é a Grécia) para visitar aquele país; é o caso da continuada recusa do Governo em fazer a ratificação da Directiva da União Europeia que garante direitos mínimos aos trabalhadores destacados da construção civil, assim penalizando fortemente os trabalhadores portugueses deste sector destacados na Alemanha; é o caso dos países da União Europeia, onde a chamada «cidadania europeia» tem servido por um lado para retirar direitos adquiridos e, por outro lado, para melhor explorar uma nova emigração que sai do país em condições de grande precariedade.

O PCP considera indispensável uma mudança clara de política nestas matérias, no sentido duma actuação determinada e firme em defesa dos interesses nacionais e dos direitos dos emigrantes portugueses nas relações com os outros Estados e com a União Europeia.

— Faltam medidas de apoio e estímulo efectivo ao investimento produtivo em Portugal dos emigrantes portugueses, em contraste chocante com os incentivos e a protecção conferidos ao capital estrangeiro. A este propósito convém sublinhar que as remessas de emigrantes para Portugal representaram nos últimos 4 anos 2420 milhões de contos (mais 682 milhões de contos que o saldo das transferências para Portugal dos fundos da União Europeia!), que o investimento directo estrangeiro em Portugal desceu em 96 para apenas 109 milhões de contos e que no final de 96 o volume de depósitos de emigrantes em Portugal era de 2708 milhões de contos.

O PCP sublinha a grande importância que deve ser atribuída à primeira reunião do Conselho das Comunidades Portuguesas recentemente eleito que se vai realizar em Setembro próximo em Lisboa, valorizando o contributo decisivo deste órgão para a elaboração de uma verdadeira política de emigração e assumindo de facto, como a lei prevê, o seu carácter de «órgão de consulta do Governo» e «representativo» das comunidades portuguesas. Nesse sentido, consideramos indispensável que ao CCP e às suas representações em cada país sejam assegurados pelo Governo os meios necessários ao seu efectivo funcionamento, o que em nada contradiz o necessário respeito pela sua isenção e independência do poder político, ao contrário de recentes declarações do Secretário de Estado, José Lello, que indicavam, a pretexto da independência do órgão, a recusa da disponibilização de apoios indispensáveis à sua actividade.

## CAMARADAS FALECIDOS

### António Joaquim da Costa Ferreira

Com 79 anos de idade, faleceu António Joaquim da Costa Ferreira, militante do Partido de longa data.

Formado em Ciências Histórico-Jurídicas, o camarada exerceu a profissão de advogado, que abandonou, ao fim de alguns anos, já que a sua paixão era o teatro. Foi então colaborador de vários jornais e revistas de esquerda, tendo fundado em 1948 o grupo experimental «Os Companheiros do Pátio das Comédias». Estreia-se nessa altura como autor, encenador e actor, profissionalizando-se como actor em 1949. (Ver «Semana»)

### Eduardo José Duarte Cavaco

Faleceu recentemente o camarada Eduardo José Duarte Cavaco, reformado da TAP, onde exerceu as funções de técnico de voo. Membro do PCP desde 1974, desempenhou sempre as suas tarefas partidárias com espírito militante e de grande camaradagem.

### João Gamito

Faleceu no passado dia 3 de Agosto o camarada João Gamito. Activista destacado em tarefas de esclarecimento e propaganda, pertencia à data da sua morte à Comissão de Freguesia de Vila Franca de Xira.

### José Olímpio Nunes

Com 67 anos de idade, faleceu recentemente o camarada José Olímpio Nunes. Antifascista de longa data, estava organizado na freguesia de Baixa da Banheira onde era muito estimado.

### Manuel Maria Marques Banon

Faleceu no passado dia 10 de Julho o camarada Manuel Maria Marques Banon, de 67 anos. Eleito na freguesia de S. Paulo, desempenhava ainda muitas outras tarefas no Partido.

### Rogério Pombinha Franganito

Faleceu no dia 28 de Julho, com 53 anos de idade, o camarada Rogério Pombinha Franganito, membro do Partido desde 1976. Militante na célula da Lisnave, fez parte da anterior Junta de Freguesia da Cova da Piedade, onde residia.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



## CDU de Vila Real confiante

Com a presença de uma centena de militantes, a CDU realizou recentemente em Vila Real, no Hotel Miracorgo, um almoço-convívio para apresentação dos seus candidatos municipais. Depois de uma saudação aos presentes, feita por Frederico Neves, da Coordenadora da CDU, coube a Mário Costa, responsável da Direcção da Organização Regional do PCP, apresentar os candidatos da Coligação em Vila Real, que irão travar «uma activa luta contra o desleixo, a negligência, o compadrio e a corrupção».

A seguir, Henrique de Sousa, analisando a situação política nacional, alertou para as manobras de diversão do PS, PSD e CDS/PP que, cultivando a divergência no acessório, visam ocultar a convergência destes partidos nas questões essenciais. E apontando o PCP e seus aliados da CDU como «o pólo aglutinador à esquerda», portador de «uma verdadeira alternativa», o dirigente comunista considerou que a CDU distingue-se das outras forças políticas pela obra realizada e pela sua concepção de exercício do poder - ao serviço das populações e assente no princípio de os seus eleitos não colherem benefícios dos seus cargos. Razão por que confia num bom resultado em Vila Real.

## Uma gestão a prosseguir

Durante a sessão de apresentação do candidato da CDU à Assembleia Municipal de Évora, José Ferreira Nunes Bizarro, o presidente em exercício e de novo candidato da CDU à presidência da autarquia, Abílio Fernandes, numa importante e circunstanciada intervenção, traçou as grandes linhas de orientação para 1998/2001.

«Estamos chegados a um momento decisivo para o desenvolvimento do município e estamos preparados para isso», afirmou Abílio Fernandes, lembrando a obra da CDU em Évora ao longo de 20 anos.

E chamando ainda a atenção para o prestígio internacional alcançado por Évora, o autarca sublinhou a necessidade de gerir bem este prestígio. Só a CDU, disse, está em condições de o fazer, pois tem sabido seleccionar os inúmeros convites que o município recebe para participar em novos projectos por toda a Europa, pautando-se pela melhoria das condições de vida das populações e não pelo prazer que as relações internacionais proporcionam.

E depois de perspectivar as imensas tarefas que é preciso levar por diante, Abílio Fernandes garantiu que a CDU está preparada para fazê-lo. «E está preparada porque está sempre disponível pela dedicação desinteressada dos seus eleitos à causa pública.»

## PS inviabiliza medalhas

Com a alegação de que o Regulamento não é suficientemente claro na definição dos critérios para a atribuição de medalhas a individualidades, os vereadores do PS inviabilizaram, no passado dia 30 de Julho, uma proposta de nomes de pessoas que «deram, e dão muito, a Montijo».

Se não fosse esta «política de terra queimada», diz a presidente da Câmara, os vereadores do PS teriam apresentado, em devido tempo, as alterações que entendessem. Mas não! «Propor ou contrapor não faz parte do seu vocabulário e, muito menos, da sua prática política», lamenta.

Assim, e dado que o Regulamento prevê a necessidade de unanimidade para a atribuição de medalhas, os votos da CDU e do PSD não foram suficientes para que a mesma se verificasse.

## Juventude expõe em Faro

Termina amanhã a exposição de pintura, desenhos, banda desenhada e escultura que a Juventude CDU-Algarve realizou na segunda-feira passada, no Centro de Trabalho do PCP, em Faro, da autoria de jovens artistas de Faro, Albufeira, Silves, Portimão e Lagos.

Na exposição estão patentes as melhores obras das exposições já realizadas em Portimão e Lagos, demonstrando o «forte espírito criativo» da juventude, que não «tem sido devidamente potencializado por falta de meios, estruturas e circuitos, em quantidade suficiente ou devidamente organizados e apoiados», segundo a Comissão Coordenadora da CDU-Algarve.

# Candidatos CDU

Proseguindo a apresentação pública de candidaturas, a CDU continua a promover em todo o País as mais variadas iniciativas. Todas elas marcadas por uma tónica de entusiasmo e confiança que tem na origem a obra ímpar realizada pelos eleitos CDU - quer em situação de maioria quer de minoria -, generalizadamente reconhecida pelas populações.

## AGUIAR DA BEIRA



António Avelãs

Na segunda-feira passada foi a vez de a Coordenadora Distrital da CDU de Aguiar da Beira fazer a apresentação pública dos seus candidatos à Presidência da Câmara e da Assembleia Municipal.

O cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal é António Avelãs, 47 anos, natural de Sequeiros, concelho de Aguiar da Beira.

Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é professor de Filosofia no ensino público. É vice-presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e membro do Secretariado Nacional da FENPROF. É membro do PCP.

Maria Gilberta da Silva é a candidata à Assembleia Municipal. Natural de Aguiar da Beira, a candidata tem 45 anos e é funcionária e Assessora Autárquica na Junta de Freguesia da Pontinha. É militante do PCP.

Como principal preocupação, os candidatos da CDU colocam a de «aliar a qualificação profissional ao conhecimento dos problemas, contribuindo dessa forma para o enriquecimento do debate político, que aponte novas soluções para as graves questões da interioridade e da desertificação, do desenvolvimento regional e da melhoria da qualidade de vida das populações do concelho».

## PENAFIEL

Adrião Palmiro Bessa Pereira da Cunha, 58 anos, gestor, é o candidato da CDU à Presidência da Câmara Municipal de Penafiel. Natural de Penafiel, onde é proprietário, faz parte dos corpos gerentes de várias colectividades. Católico, pertenceu a vários movimentos da Igreja e foi fundador presidente do MAFE. Foi candidato em três legislaturas à Assembleia da República e membro da Assembleia Municipal durante 10 anos. Não tem filiação partidária.

de vida materiais e culturais da população».

## VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO



António José Martins

Em Vila Real de Santo António, a CDU apresentou o seu candidato à Câmara Municipal no passado dia 30 de Julho, no Hotel Guadiana. É ele António José Filipe Martins, de 50 anos, engenheiro técnico, professor do Ensino Secundário e Formador no Instituto de Emprego e Formação Profissional. Do seu currículo consta ainda o cargo de Vice-Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária de Mértola e de dirigente desportivo do Clube Náutico do Guadiana.

Entre 1983 e 1992, desempenhou o cargo de vereador da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e, entre 1983

e 1985, foi substituto do Presidente da Câmara Municipal, Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados e membro do Conselho de Administração da Federação de Municípios do Distrito de Faro.

Em 1993, foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, cargo que actualmente ocupa.

Na declaração de candidatura, António José Martins afirmou que, para além do «que estava para fazer e foi feito», era preciso salientar a existência de «uma estratégia, de desenvolvimento para o concelho» e de um «grande empenhamento na sua concretização».

Depois de enunciar algumas das obras feitas e em curso, e das várias situações «a que o executivo soube dar resposta», o candidato da CDU lamentou não ter podido contar com a participação dos vereadores do PS que lhe «entregaram os pelouros pouco tempo depois de lhos ter atribuído, demitindo-se do trabalho em prol dos cidadãos do concelho» e que agora, após «oito anos de vazio de ideias» e quatro «em que não apresentaram propostas» vêm agora apregoar soluções que não apresentaram e reclamar como próprio o trabalho que é dos outros.

Por fim, afirmando que o município é hoje prestigiado perante todas as entidades com quem se relaciona, assegura que os eleitores do concelho podem confiar na candidatura da CDU.

## Matosinhos

### Comércio espelha má gestão

Acompanhando com preocupação a situação do comércio tradicional no concelho de Matosinhos, a CDU encontrou-se com a Direcção da Associação Comercial de Matosinhos e com um grupo de comerciantes da Rua Brito Capelo e área envolvente, de quem ouviu as preocupações.

Para além das propostas que os eleitos da CDU têm apresentado na Assembleia Municipal para a resolução dos problemas, a candidatura da Coligação à Câmara Municipal tem agora mais propostas que divulgou no passado dia 1 de Agosto em conferência de imprensa. Considera o candidato da CDU à Câmara Municipal de Matosinhos que a falta de estratégia autárquica tem vindo a causar uma transformação acelerada da cidade e do concelho - perda de indústrias, declínio da importância das pescas, aumento da pressão urbanística -, com consequências graves sobre o pequeno comércio que tem vindo a sofrer uma desregulamentação selvagem.

Considerando que face aos grandes empreendimentos só uma estratégia de conjunto, envolvendo a autarquia, pode dinamizar a baixa da cidade, a CDU sublinha como ingredientes essenciais para tal a acessibilidade fácil e o estacionamento garantido. Dois aspectos aliás previstos no protocolo que a Câmara propôs ao comércio da

Brito Capelo e que, dois anos passados, não passam de «conversa requeitada».

Garantir o acesso de transporte público e o estacionamento, dar a este espaço características próprias, abrir uma ligação ao porto de pesca e integrar a zona das docas no espaço urbano são algumas das propostas da CDU, para quem a sobrevivência do comércio da baixa tem de ser encarada como uma condição de revitalização da cidade e da sua identidade própria.

O actual distanciamento da autarquia, diz o candidato da CDU, José Cavalheiro, «é apenas propício ao negócio especulativo dos grandes centros comerciais», pelo que é necessário um projecto de conjunto e um plano bem estruturado para relançar a actividade do sector, dizendo «basta» à política das imitações.

## Convívio em Cabeção

Com a participação de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, a CDU realizou no passado sábado, em Pinhal de Cabeção, um almoço-convívio, com a presença de cerca de cento e cinquenta pessoas.

No intervalo do convívio realizou-se uma breve cerimónia em que usaram da palavra, para além de Jerónimo de Sousa, o candidato à Junta de Freguesia de Cabeção, Manuel Inês, e José Sinogas, candidato à Câmara Municipal de Mora.

Na sua intervenção, Jerónimo de Sousa criticou a política do PS, de continuidade da do PSD e, denunciando o acordo entre estes dois partidos para a revisão da Constituição, apelou aos trabalhadores para votarem no sentido de uma alteração política.

## INTERNACIONAL

## Médio Oriente

## Nem paz nem segurança

## Reforma fiscal alemã rejeitada

Uma comissão parlamentar, maioritariamente composta pelo SPD, rejeitou a semana passada um projecto de reforma fiscal apresentado pelo Governo do chanceler Helmut Kohl, o que inviabiliza na prática a aprovação da lei antes das eleições legislativas de 1998. O projecto previa uma redução dos encargos sociais da ordem dos 30 mil milhões de marcos.

## Acordo orçamental nos EUA

Os partidos democrata e republicano chegaram a acordo sobre o orçamento norte-americano para 1998. O défice público será reduzido à custa de brutais cortes nos programas sociais e de assistência médica. Prevêem-se cortes da ordem dos 115 mil milhões de dólares no programa de assistência médica aos idosos. Em dez anos, os cortes orçamentais deverão atingir entre 400 e 450 mil milhões de dólares. Para Richard Gephardt, líder da ala progressista dos democratas, o difícil não é equilibrar o orçamento a curto prazo. O que é difícil é «construir uma economia forte, uma prosperidade partilhada e uma sociedade estável para o próximo século».

## Privatizações em Espanha

O Governo de José Maria Aznar decidiu apressar a privatização de empresas estatais para reduzir o endividamento público espanhol. As vendas deverão fazer entrar nos cofres do Estado cerca de 2.000 mil milhões de pesetas em 1997 e 1.500 mil milhões de pesetas em 1998. A mais importante privatização parcial (37 por cento) anunciada para este ano é a da Endesa, o gigante da electricidade, a empresa mais lucrativa de Espanha.

## Barbas ilegais

A polícia religiosa dos talibans, no Afeganistão, levou há dias a cabo uma operação de controlo na estrada Kabul-Kandahar para verificar a conformidade das barbas dos viajantes com a lei islâmica, segundo a sua interpretação da mesma. Setecentas pessoas foram presas e «punidas de acordo com a charia», anunciou a rádio taliban.

O sangrento atentado de 30 de Julho num mercado de Jerusalém Ocidental, que vitimou 15 pessoas e provocou mais de centena e meia de feridos, voltou a fazer subir a tensão no Médio Oriente. Os extremistas palestinianos e israelitas têm motivos para estarem satisfeitos: o moribundo processo de paz arrisca-se a ser enterrado definitivamente.

A reacção das autoridades israelitas ao atentado reivindicado pelo Hamas foi a que seria de se esperar: responsabilização da Autoridade palestiniana pelo atentado terrorista, bloqueio total aos territórios ocupados e às oito cidades autónomas, dezenas de prisões, silenciamento das emissões radiofónicas da «Voz da Palestina», suspensão das transferências de fundos (na ordem de vários milhões de dólares) devidos às regiões autónomas. Decisões cujas consequências se vão reflectir sobre toda a população palestiniana, cujo nível de vida baixou cerca de 30 por cento devido aos diferentes bloqueios impostos por Israel, alimentando inevitavelmente o descontentamento e as forças extremistas. Como afirmou a propósito o presidente Yasser Arafat, «esta série de acções israelitas é perigosa porque susceptível de pôr um ponto final no processo de paz. Elas equivalem a uma declaração de guerra contra os Palestinos».

Liquidar o fragilizado processo de paz é justamente o objectivo do Hamas, como reconheceu Nizar Ramadan, um dirigente do movimento, em entrevista publicada no «Libération» de 31 de Julho: «A destruição completa do processo de paz continua a ser o nosso objectivo máximo», declarou. É isso que explica de resto o atentado suicida de Jerusalém, levado a cabo logo que foi conhecida a decisão do Governo israelita de suspender temporariamente a construção de 70 apartamentos para judeus em Ras el-Amud, junto ao Monte das Oliveiras, e quando se anunciava a chegada a Telavive do coordenador americano para o Médio Oriente, Dennis Ross.

Entrevistado pela CNN, o negociador palestiniano Saëb

Erakat afirmava há dias: «Devemos reflectir nas razões da continuação da violência. Num mês, ocorreram numerosos factos que criaram na população o sentimento de que o processo de paz tinha morrido. É preciso agir de forma a que os extremistas dos dois lados não sejam os vencedores.» Tanto mais que, como fez notar, «havia sinais de que o processo podia renascer. Nabil Chaat e o ministro dos Negócios Estrangeiros, David Lévy, tinham chegado a acordo para reanimar o processo de paz».

Com efeito, após uma visita a Amã, David Lévy anunciava a 28 de Julho o recomeço das negociações israelo-palestinianas ao nível das comissões bilaterais e apelava à Síria para a abertura de conversações de paz. Ora, quase ao mesmo tempo, Benjamin Netanyahu pedia no Parlamento (Knesset) um reforço orçamental de 16 milhões de dólares para a continuação da colonização no conjunto dos territórios ocupados.

## Uma política perigosa

Vale a pena lembrar, por outro lado, que foram os atentados do Hamas, em Março de 1996, que permitiram à direita israelita ganhar as eleições legislativas antecipadas de Maio desse ano, com a promessa de «paz em segurança». Chegado ao Poder, Netanyahu não só bloqueou o processo de paz - chegou mesmo a exigir uma renegociação global dos acordos de Oslo -, como relançou a expansão dos colonatos judeus na Cisjordânia e em Jerusalém, o que equivale na prática à rejeição de um Estado palestiniano.

Ao responsabilizar a Autoridade Palestiniana pelo atentado de 30 de Julho, acusando-a de



Dor e pânico em Jerusalém com a explosão de duas bombas que provocaram quinze mortos, centena e meia de feridos e feriram de morte o processo de paz

nada fazer para impedir os atentados anti-israelistas, o Governo de Telavive não se limita a ignorar, como fazia notar sexta-feira o «Financial Times», que a maioria dos comandos suicidas responsáveis por atentados anteriores provinha de áreas sob controlo israelita, como volta a usar estes actos de violência, sem dúvida condenáveis, como pretexto para novas vagas de repressão da população palestiniana, numa punição colectiva que só pode servir para acirrar ainda mais os ânimos.

Uma política perigosa, como afirmou em declarações a «L'Humanité» a deputada Tamar Gojanski, membro do bureau político do Partido

Comunista de Israel e da Frente para a Paz e Igualdade do Parlamento de Jerusalém.

Analisando o contexto político geral em que se insere o atentado de dia 30, Tamar Gojanski refere o facto de o primeiro ano de governo de Netanyahu ser marcado por uma política de constantes ataques a Arafat e de aceleração da colonização, o que fez os palestinianos perder a esperança de alcançarem a paz.

«Ao longo desse ano - afirma a deputada comunista - a situação no interior dos territórios palestinianos agravou-se terrivelmente. A capacidade de decisão de Yasser Arafat assenta no pressuposto de que o processo de autonomia, resultado dos acor-

dos de Oslo, prossiga e se desenvolva. Quando este fica bloqueado, a sua autoridade fica muito limitada. E como isto dura há muito tempo, creio que alguns palestinianos - e sem dúvida são muitos - consideram que esta forma de autonomia não é diferente de estar sob a autoridade do governo israelita».

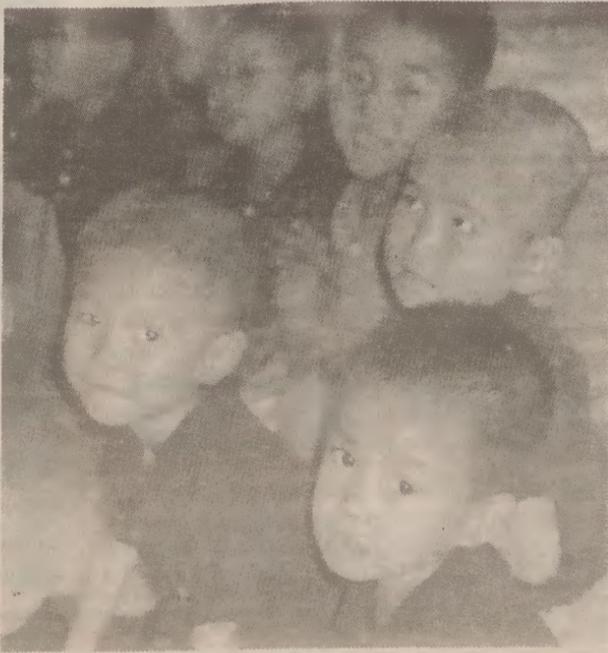
Da desilusão à revolta é um caminho muito curto. Pelo que não é nada de excluir, afirma Tamar Gojanski, que «certas organizações da oposição palestiniana tentem utilizar esta oportunidade para enfraquecer ainda mais Arafat».

O combate ao terrorismo que ameaça tanto israelitas como palestinianos não passa certamente pelo aprofundar das divergências que opõem as duas partes, mas antes pela cooperação e a luta conjunta contra os que se opõem à paz. A persistir na sua política de «recorrer à força em vez da razão, aos ditats em vez da cooperação e do diálogo», Netanyahu joga um jogo muito perigoso. Como diz Tamar Gojanski, «não há outra solução, e infelizmente esta nova efusão de sangue prova-o, que não seja um diálogo sério, que leve a uma paz baseada na existência de dois Estados para dois povos e a uma solução justa para Jerusalém. Até Netanyahu tem de o reconhecer.»

Dennis Ross deve chegar esta semana ao Médio Oriente para tentar relançar o processo de paz. Resta esperar que não seja demasiado tarde.

## Fome na Coreia do Norte

Pelo menos cinco milhões de norte-coreanos passam fome, a um nível semelhante ao registado na Somália e na Etiópia, anunciou há dias o presidente da Food for the Hungry International, Ted Yamamori, no regresso de uma visita à Coreia do Norte. Segundo aquele responsável, a subnutrição afecta entre 30 a 50 por cento das crianças, e numerosos norte-coreanos correm o risco de morrer de fome se não houver de imediato uma ajuda alimentar internacional ao país. Informações divulgadas segunda-feira por diversas agências das Nações Unidas revelam que a situação no país - dramática desde as cheias sem precedentes registadas em 1995 e 1996 - se agravou devido à perda de 70 por cento da colheita cerealífera, provocada pela maior seca verificada nos últimos sessenta anos.



## Governo insiste em soluções falhadas para

# Prejuízos da CP

«**O**truque fundamental que os analistas de direita, infelizmente alguns ligados ao PS, utilizam para justificar a continuação da estratégia cavaquista que conduziu ao desmantelamento da CP, reside na referência insistente aos prejuízos da CP, sem nunca se preocuparem com a responsabilização por tais prejuízos. Dir-se-ia que os prejuízos da CP, que já andam pelos 72 milhões de contos anuais e ultrapassam os 500 milhões de contos no défice acumulado desde 1988, são órfãos. Mas o que estes prejuízos são é filhos de pais incógnitos. O que há é muita gente que não tem coragem nem dignidade para assumir as suas responsabilidades. Foi assim com o cavaquismo e continua a ser assim com o Governo do PS. Não encontramos outra explicação para o facto de o ministro João Cravinho ter chegado à tutela da CP com o propósito frenético de prosseguir e agravar o desmembramento da CP, iniciado há 6 anos pelo executivo cavaquista. O senhor engenheiro justifica a sua estratégia de continuidade com os elevados prejuízos apurados em 1996. Mas o que o senhor engenheiro não mostrou foi qualquer intenção de apurar responsabilidades, embora o Governo se dê ao luxo de pôr o aparelho do PS na CP a denunciar «derrapagens» e «corrupção» na empresa, como se estivesse na oposição.» Esta citação de um documento das células do PCP na EMEF e na CP, em análise num plenário realizado em Maio no Porto, justifica-se como ponto prévio a uma conversa sobre o caminho-de-ferro e a perspectiva da entrega a privados das suas áreas mais rentáveis. Mas, se este era o ponto de partida, a verdade é que a entrevista com Juvilte Madureira, da Comissão de Trabalhadores da CP, e José Manuel Oliveira, dirigente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses e membro da CT da CP, acabou por ir mais longe e projectar-se em algumas medidas que, apesar de todos os erros cometidos pelos governos do PS e do PSD, ainda podem ser tomadas para corresponder às necessidades do País e das populações, respeitando os legítimos direitos dos ferroviários.



**Juvilte Madureira:** Há ainda outras agravantes. Por exemplo, é feita a divisão de linhas e, em seguida, procede-se à modernização das que pretendem privatizar ou concessionar a privados. São os casos das linhas de Sintra, Cascais e, possivelmente, a médio prazo, a linha da Póvoa (talvez integrada no Metro de superfície do Porto).

Isto começou em 1992, com a alteração dos estatutos da CP para permitir a sua divisão. Nós protestámos, prevenimos, denunciámos... O próprio Provedor de Justiça reconheceu razão a uma queixa da Comissão de Trabalhadores relativa a este processo, mas só o fez três anos depois, em 1995! E, por

continuar a opor-nos à privatização. A criação de condições para a privatização de sectores do transporte ferroviário, a verificar-se, levará ainda algum tempo. Poderão, entretanto, tentar avançar para a privatização de sectores que são complementares da actividade ferroviária, como a manutenção e reparação de material circulante. E pode também verificar-se a criação de empresas privadas a quem será permitida a exploração da infra-estrutura ferroviária pública.

**JM:** E pode nem ser necessário privatizar, como já se viu no complexo Vouga-Dão. A CP decidiu acabar com o serviço, que passou a ser feito por outras empresas.

**Já há alguns casos de sectores desmembrados que estejam a dar lucros?**

**JM:** Não há dados que refiram serviços actualmente rentáveis. Isso pode vir a suceder nalguma das empresas resultantes das recentes modificações. A EMEF, por exemplo, deu resultados positivos; mas sendo a CP a fornecedora de trabalho à EMEF, é das contas da CP que saem esses resultados. A EMEF deu lucro, separada da CP; mas quando os sectores oficiais estavam integrados na CP eram capazes de dar menos prejuízos do que aquilo que a CP paga agora à EMEF.

**JMO:** E a qualidade do serviço era melhor.

**JM:** A própria Direcção de Material da CP elaborou um documento em que refere que o tempo de imobilização das unidades de material circulante é muito maior agora do que antes da formação da EMEF. Os trabalhadores foram reduzidos e tudo é feito tendo na mira o lucro.

A EMEF não tem hoje uma prevenção de avarias nos comboios, como havia antes do desmembramento. A CP fazia, por exemplo, em Outubro, uma prevenção anual, reapertando as mangueiras de

borracha, para evitar perdas de água com a contracção dos materiais nos meses mais frios; hoje isso não se faz e, quando surge um problema desses, considera-se como uma avaria, e a CP vai pagar à EMEF para a reparar; a EMEF está interessada em que as coisas funcionem assim, porque lhe aumenta a facturação.

«Avante!»: Como pode haver interesse por parte de investidores privados num grupo como o da CP, a cujas contas estão há vários anos associados elevados défices?

**José Manuel Oliveira:** É muito provável que não haja nenhum grupo privado com interesse na CP, se encarmos esta de uma forma global. Por isso, como temos denunciado, surgiu o plano de reestruturação, que visa isolar sectores, de forma a que os mais rentáveis suscitem a apetência das empresas privadas, enquanto os menos rentáveis serão suportados pelo Estado.

Só que com isto, na nossa opinião, é posta em causa a noção de serviço público do transporte ferroviário. Estando tudo integrado num mesmo grupo, os sectores mais rentáveis podem gerar meios de financiamento dos menos rentáveis. Com as coisas assim isoladas, o Orçamento do Estado irá pagar aquilo que é serviço social e as empresas privadas ficarão com as actividades ferroviárias que possam ser consideradas lucrativas.

A CP não é, então, do vosso ponto de vista, uma empresa destinada a dar prejuízos?

**JMO:** De uma forma global, não há nenhuma empresa de caminho-de-ferro que dê lucros. Há serviços sociais que têm elevados custos e precisam ser assegurados. Agora, os prejuízos podem ser atenuados, com uma boa gestão e com o cumprimento das obrigações do Estado. O que vemos hoje é que o Estado não paga as indemnizações compensatórias ao preço que deveria pagar — ao longo dos anos tem havido um decréscimo das verbas e este ano foi anunciado um corte drástico, reduzindo as indemnizações compensatórias de 12,5 milhões de contos para 4 milhões. Somando a este incumprimento das obrigações do Estado os últimos anos de visível má gestão da empresa, tem-se como resultado a acumulação de prejuízos e o aumento do endividamento e dos encargos.

ter já passado tanto tempo, decidiu que não iria suscitar a questão da inconstitucionalidade da alteração dos estatutos da CP.

Com a concordância da maioria das câmaras municipais afectadas, começaram a verificar-se os encerramentos de ramais e estações, as substituições dos comboios por autocarros, os aumentos das tarifas dos autocarros que foram fazer o serviço da CP...

**JMO:** Houve uma primeira fase de encerramentos, ainda com o Governo PS e o ministro Rosado Correia, há quinze anos. Depois vieram os desmembramentos, nos governos do PSD. E só agora se avança para a passagem de empresa pública a sociedade anónima.

**Neste quadro, não deverão ocorrer, a breve prazo, quaisquer privatizações no sector ferroviário?**

**JMO:** Os sindicatos e a CT não vão ficar de braços cruzados. Vamos continuar a desenvolver a luta em torno dos objectivos que sempre considerámos justos, por melhor corresponderem aos interesses dos trabalhadores e das populações servidas pelo caminho-de-ferro. Vamos

### Juvilte Madureira

«A EMEF deu lucro, separada da CP; mas quando os sectores oficiais estavam integrados na CP eram capazes de dar menos prejuízos do que aquilo que a CP paga agora à EMEF.»

## Utentes prejudicados

«Avante!»: Depois de anos a fio de degradação da qualidade do serviço, como avaliam as relações actuais entre os trabalhadores ferroviários e os passageiros?

**JMO:** Por parte das estruturas representativas dos trabalhadores tem havido alguma preocupação de contacto com os utentes do caminho-de-ferro. Sabemos que não temos conseguido esse objectivo devido a dificuldades próprias e devido à pouca atenção da comunicação social, onde só somos ouvidos quando são convocadas greves e nunca antes, para as pessoas saberem o que se passa e os motivos das lutas.

No final de Julho fizemos acções de sensibilização durante uma semana, com a distribuição de uma tarjeta, de forma a manter as pessoas informadas acerca dos problemas e do conflito que está latente nas empresas e esclarecendo que o serviço prestado pela CP pode ser melhor, desde que haja uma nova política para o sector.

**JM:** As estruturas têm feito até aquilo que competiria à CP, que é dizer às populações o

que se pretende fazer com o caminho-de-ferro. Quanto ao conflito latente, a verdade é que nem o Governo nem a CP contribuem para um clima laboral mais calmo. O desmembramento tem custos sociais estrondosos nos trabalhadores e nas suas famílias; tal como na Lisnave, na CP também houve suicídios de trabalhadores. Como pode reagir um trabalhador que, no auge das suas capacidades e da sua formação profissional, é declarado «excedentário» e mandado para casa? Como é que querem ganhar os trabalhadores se, depois de dizerem na comunicação social que os direitos dos ferroviários estão defendidos, recusam as nossas propostas para que eles fiquem garantidos por escrito? Como é que os trabalhadores se podem, nestas condições, empenhar em ganhar as populações para o serviço da CP? Os utentes não têm nem podem ter uma boa imagem da empresa e isso reflecte-se na perda de passageiros.

**JMO:** Nas acções que temos realizado não há hostilização das pessoas em relação às nossas posições, há uma compreensão geral relativamente às lutas dos ferroviários. Mas também

# Falta um mês para a Festa abrir... ...mas o trabalho não pára

Avante!

# da festa!

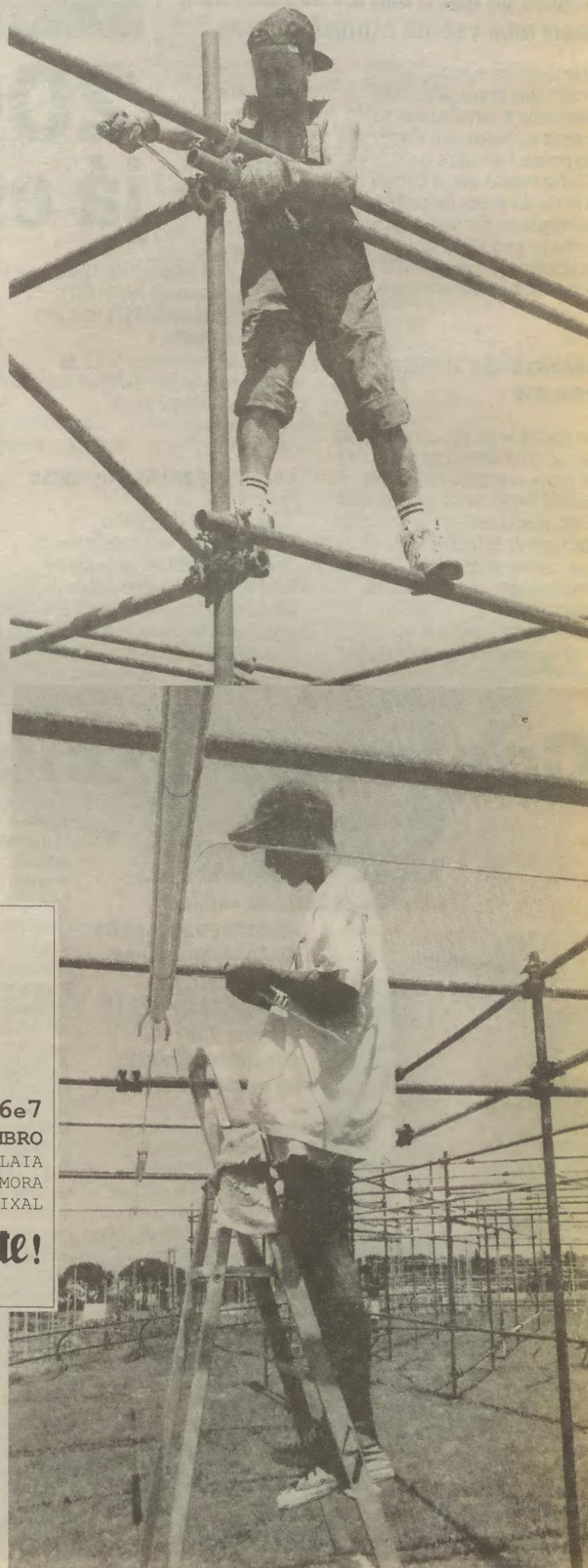
AMORA-SEIXAL

5, 6 e 7 SETEMBRO



# na Atalaia

A menos de um mês da abertura das portas aos visitantes, há ainda muito que fazer na Quinta da Atalaia. Para que tudo esteja pronto no próximo dia 5 de Setembro, muitos militantes e simpatizantes comunistas têm dado a sua contribuição participando nas jornadas de trabalho que todos os fins-de-semana decorrem no terreno. Trabalho não falta e as ajudas nunca são de mais. Se queres participar podes utilizar os transportes que todos os sábados pelas 8 da manhã partem do Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, ou aproveitar as jornadas que regularmente são promovidas pelas diferentes organizações e sectores do Partido. Por exemplo, no próximo domingo a organização de Sintra realiza ida à Festa, que partirá pelas 8 horas do CT do Cacém (inscrições através dos telefones 913 13 55/914 23 36). Só ou acompanhado, serás sempre bem-vindo. Na Festa há trabalho para todos!



**Festa**  
Avante!  
**5** SEXTA

**Festa**  
Avante!  
**6** SÁBADO

**Festa**  
Avante!  
**7** DOMINGO

**Festa**  
Avante!  
97  
5, 6 e 7  
SETEMBRO  
ATALAIA  
AMORA  
SEIXAL

## EP à venda

Se ainda não compraste a tua EP, não percas mais tempo. Dirige-te a um centro de trabalho do PCP e adquire a entrada permanente. Lembra-te que este é o único financiamento da Festa, sendo, portanto, o seu seguro de vida. Se gostas da Festa, compra a EP quanto antes melhor.

# Corrida da Festa

Em pouco mais de uma semana, a organização da Corrida da Festa recebeu pedidos de inscrição de cerca de duzentos atletas. Este fluxo mostra bem o interesse que a prova desperta entre todos os que praticam a modalidade e é um sinal seguro de que a Corrida da Festa será mais uma vez um estrondoso êxito.

Mantendo-se essencialmente como uma prova de estrada destinada a participantes de ambos os sexos, representantes de clubes federados ou não, e a atletas individuais, a Corrida marca o início da época desportiva e distingue-se por uma organização cuidada, pelo clima de solidariedade e de convívio que reina entre os participantes.

### Juniores não alinham este ano

Ao contrário do que tem sucedido nas edições anteriores da Corrida da Festa, o escalão de juniores não poderá participar na prova devido a uma recente decisão da Comissão Nacional de Estrada e Corta-Mato que impede estes atletas de alinhar em percursos superiores a 10 quilómetros. Deste modo, como o trajecto da Corrida tem uma extensão de 14 quilómetros, só apenas os atletas

dos escalões de seniores e veteranos a saber:

**Masculinos** - seniores (ano de nascimento - 1958/1977); veteranos I (1953/1957); veteranos II (1948/1952) Veteranos III (1943/1947); veteranos IV (1938/1942); veteranos V (1937 e antes).

**Femininos** - Seniores (anos de nascimento - 1962/1977) e veteranos (1961 e antes).

### Local da partida e percurso

A partida será dada como habitualmente junto às bombas da Cipol, pelas 9.30 horas da manhã. Os atletas seguem pela Quinta da Medeira, Fábrica da Resina, Rua 1º de Maio, Cruzeiro, Rua 25 de Abril, EN 10, Fogueteiro, EN 328, Rotunda da Torre da Marinha, EN



# 200 atletas já estão inscritos

10-2, Farinheiras, Av. General Humberto Delgado, Paio Pires, Cruzamento do Seixal, Av. dos Metalúrgicos, Av. Vasco da Gama, Largo dos Restauradores, Av. D. Nuno Álvares Pereira, Praça 1º de Maio, Av. da República na Arrentela, Rua MFA, Av. Silva Gomes, Rua dos Lobatos, Largo Manuel de Costa, Rua da Fonte de Prata, Quinta da Medeira e Campo do Amora, onde estará a linha de chegada.

### Prémios

Para os vencedores absolutos em femininos e masculinos a Organização assegura a sua

participação na corrida do L'Humanité em Paris. As 15 primeiras equipas recebem troféus ou taças, sendo que para a classificação colectiva contam os cinco melhores atletas. Taças ou troféus são ainda entregues do 1º ao 4º classificado de cada escalão.

Aos 1100 atletas que cortarem a meta serão oferecidas camisolas da Corrida. Todos os participantes que terminarem a prova têm direito acesso gratuito ao recinto da Festa do «Avante!» se o solicitarem à organização da Corrida.

### Inscrições gratuitas

As inscrições abriram no passado dia 25 de Julho e prosseguem até 29 de Agosto, devendo os pedidos ser enviados para «Corrida da Festa do Avante!», Av. António Serpa, nº26 3º Dº - 1050 Lisboa. Tel. 7969141- 7935330, ou fax 7969139. O horário de funcionamento é das 9.30 às 13 horas e das 14 às 18.30 horas. A entrega do dorsal é feita no dia da corrida a partir das 8 horas da manhã junto ao Campo da Amora.

No dia da prova não serão aceites inscrições. A Organização alerta ainda que os atletas não devem ter nenhuma contra-indicação médica para a prática da corrida. Serão definidos locais para os abastecimentos, designadamente aos cinco quilómetros, aos 10 e no final da prova.

# Futebol em Manteigas



Com a participação de 13 equipas e mais de 150 atletas, o Torneio de Futebol de Salão da Festa do «Avante!» realizou-se no Pavilhão Cívico de Manteigas, contando com um público interessado que encheu o recinto durante todas as jornadas. Os jogos de apuramento dos 3º e 4º lugares, bem como a final, decorreram no dia 12 de Julho, tendo-se sagrado campeã a equipa do Café

do Tó depois de vencer a turma das Confecções Luci Lui por um expressivo 5-0. A classificação final foi a seguinte: 1º - Café do Tó; 2º - Luci Lui; 3º - Alaú; 4º - Agnelo Lopes. Todas as equipas receberam taças que foram oferecidas por diversas instituições e pelo comércio local, assim como foram entregues galardões da Festa a todos os jogadores. A organização da iniciativa esteve a cargo da Comissão Concelhia de Manteigas da Juventude Comunistas Portuguesa (JCP). As duas equipas finalistas de Manteigas disputarão a fase de apuramento distrital com os vencedores de Gouveia e Pinhel. Recorde-se que a equipa do Café do Tó venceu a fase final da edição do ano passado deste torneio, realizada no polidesportivo da Quinta da Atalaia, em plena Festa do «Avante!».

A organização, que agradece o apoio da Câmara de Manteigas pela cedência das instalações e do comércio local e várias instituições que ofereceram os prémios, congratula-se com a forma entusiástica e ordeira como o público acompanhou os jogos e saúde os atletas pela sua entrega, arte e desportivismo demonstrados ao longo do torneio.

Sob o patrocínio da Festa do «Avante!», teve lugar no passado mês de Julho, no Bairro da Torrinhã (Ameixoeira) um torneio de chinquilho em que participaram 40 equipas. A iniciativa teve o apoio do Sport Clube da Torre e do Clube Recreativo Pescadores da Torrinhã. No final, classificaram-se nos três primeiros lugares as seguintes duplas: 1º - Manuel Almeida e António Esteves; 2º - António Oliveira e Nuno Barroso; 3º - Vítor Ferreira e Joaquim Sousa.



Avante! Na festa!



Conceição Alves e Nina Margolin, as duas atletas que participaram nos 100 metros barreiras

# Centenas de participantes na Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria

A Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria foi, sem dúvida, uma das iniciativas do programa desportivo da Festa do «Avante!» mais prejudicadas pelo intenso calor. No entanto, as diversas provas da Corrida e Marcha mobilizaram largas centenas de participantes das mais variadas idades e oriundos de diferentes zonas das regiões de Lisboa e Setúbal, em particular.

Refira-se, desde já, que a participação das mulheres não foi a desejável, embora a iniciativa tenha contado com a presença de algumas camaradas e amigas. Antes do início das provas, a reportagem do «Avante!» contactou vários participantes, tendo a maioria referido que o calor estava a desmobilizar muitas pessoas. Na verdade, este tempo não convide nada para a Corrida e Marcha. Quem vem a esta iniciativa quer, depois, ver a Festa, não é assim? Com este



Participantes na Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria. Nem o intenso calor os fez desistir da iniciativa

A 1ª Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria realizou-se no Jamor em 1978. Como refere a reportagem publicada no «Avante!», em 14 de Setembro do mesmo ano, centenas de atletas participaram na prova, que compreendia várias distâncias em corrida e marcha, tornando-a «numa das mais participadas iniciativas do género» realizadas até àquela data em Portugal

An O Tome no âmbito «Avante!» sábado a as equipas M o n t (represe e do «C das Beir O er grande em que partici marcant já sublin de três r em 22 a partí coope Trabalh Agui entusiast foi assis logo à si se fazia Estádio sua ma: extremc Marator árvores toda a z

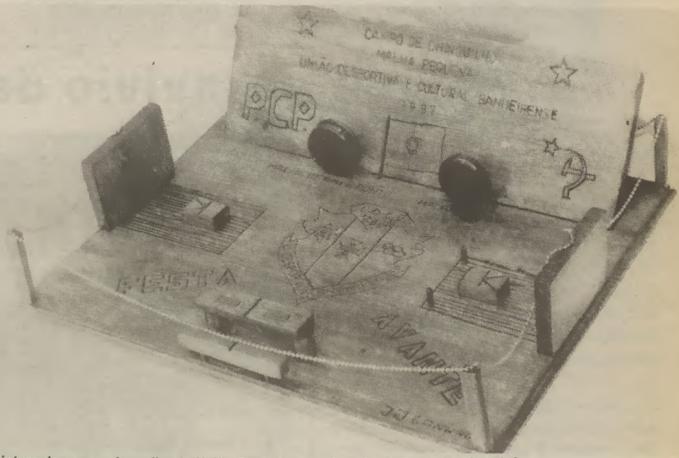
### Fic

Sob «final: Futeb: além levou seguir Tr - An interi e Vir linha); «C: Lest: (capit: Antón Folha, Eva. Améri Treir Deleg Mass: Roupe « - M: Carra Dário e João Mant Supl: Emid Jerón Valen: Jogac Emid: Gok prime: da se; por li Cravo do ex: («Can

# Malha pequena Torneio apura equipas para a Festa

Promovido pela Comissão de Desporto da Festa do «Avante!» e organizado pela União Desportiva e Cultural Banheirense, decorreu nos meses de Junho e Julho um torneio, de Malha Pequena que envolveu sete equipas de dez jogadores. A final teve lugar no passado sábado, dia 2 de Agosto, realizando-se no dia seguinte a entrega dos prémios. Paralelamente a este torneio, realizaram-se campeonatos de malha corrida que juntaram numerosos adeptos. Felicitando a Comissão de Desporto da Festa do «Avante!» por promover a prática desta modalidade, a União Desportiva e Cultural Banheirense decidiu oferecer ao PCP uma malha, construída por J. Ganhão. A classificação geral ficou assim ordenada: 1º - Sempre Fixe 2º - Cooperativa «A Vontade do Povo» 3º - Arrotiense 4º - 1º de Janeiro 5º - Banheirense 6º - Cooperativa de Alhos Vedros 7º - Bairro União Pires A classificação das equipas com maior número de pontos é a seguinte:

1º - Sempre Fixe (1330) 2º - Banheirense (1322) 3º - Arrotiense (1259) 4º - Cooperativa «A Vontade do Povo» (1219) 5º - 1º de Janeiro 6º - Cooperativa Alhos Vedros 7º - Bairro União Pires Na entrega dos prémios foi ainda distinguido o jogador que mais pontuou ao longo do torneio - Vítor Pinheiro - assim como Luis Branquinho pelo seu trabalho e dedicação na organização da iniciativa. Assim para os dias da Festa ficaram apuradas as seguintes equipas: Grupo A - Cooperativa Alhos Vedros - Cooperativa «A Vontade do Povo» Grupo B - 1º de Janeiro - Sempre Fixe Grupo C - Arrotiense - Bairro União Pires Este jogos disputam-se no sábado dia 6 de Setembro no recinto da Festa do «Avante!». No domingo, o vencedor do grupo B enfrenta a União Desportiva e Cultural Banheirense (Grupo D), disputando-se ainda os jogos do grupo E (vencedores do grupo A e do Grupo C. Na tarde do mesmo dia jogam-se as finais apurando-se os quatro primeiros classificados.



Miniatura do campo da malha da União Banheirense oferecida à Festa do «Avante!»

# Contra as exclusões

Sempre ligada aos acontecimentos desportivos mais significativos da época, a Corrida da Festa do «Avante!»

associa-se ao espírito do Ano Internacional do Combate ao Racismo, refere António Vilela no depoimento que fez ao nosso jornal

É com enorme expectativa que nos aproximamos da data em que se vai realizar mais uma Corrida da Festa do «Avante!», que como as anteriores complementa um alargado programa desportivo que tem lugar no início de Setembro, o que para muitos constitui a primeira prova da época de 1997/98 que agora se inicia. Integrando-se num vasto programa de corrida em estrada, que por toda a parte, no nosso país, se fortalece, a Corrida da Festa do «Avante!» encontrou o seu lugar no tempo e constitui como que um desafio da prática desportiva para férias,

dirigido a todos os que fazem da corrida a forma de manter e fortalecer a saúde através do desporto.

Uma das características mais significativas da Corrida da Festa do «Avante!» tem sido a procura de um justo equilíbrio entre a recompensa através do prémio aos participantes e a gratuidade da participação recompensada apenas pelo benefício de participar, praticando a corrida. Nestas circunstâncias, não tem sido o prémio o motivo que tem aliciado os concorrentes a participarem na Corrida da Festa do «Avante!», o que os tem interessado terá sido a Festa, o convívio, a satisfação do ambiente de confraternização e de convívio, que à sua volta se cria e fundamentalmente o prazer de correr. Reside aqui o seu valor desportivo mais significativo. Mas a Corrida da Festa do «Avante!» nunca se tem desligado dos acontecimentos desportivos mias significativos da época, que constituem também redobrados motivos de interesse e de adesão dos participantes. Referimo-nos particularmente ao Campeonato do Mundo de Atletismo que durante o período de preparação desta Corrida se realizou em Atenas e onde estiveram presentes os nosso atletas mais representativos cujo comportamento seguimos com a máxima atenção e expectativa, e também o facto de 1997 ser considerado o Ano Internacional do Combate ao Racismo. Esta campanha contra o racismo, como a luta contra todas as formas de exclusão, estará presente certamente no espírito dos organizadores e de quantos através do desporto lutam pela integração social e pela felicidade dos povos.



António Vilela Técnico da Federação Portuguesa de Atletismo Assessor do Pelouro do Desporto da CML

# Pesca em Lisboa

**P**romovido pela Organização Regional de Lisboa do PCP, decorre, no próximo dia 31 de Agosto, o 3º Convívio de Pesca da Festa do «Avante!».

Na prova podem participar clubes, grupos, equipas desportivas federadas ou não, empresas e autarquias. A classificação é feita por clubes, equipas e por escalões de seniores, senhoras, juniores e juvenis. Para suportar parte dos custos da iniciativa, a inscrição é paga segundo a seguinte tabela: para clubes e autarquias o valor é de 1500 escudos; para equipas - 1000 escudos; para os seniores - 750 escudos; para senhoras e juniores - 350 escudos. Os juvenis até aos 14 anos têm inscrição gratuita.

Cada equipa é formada por três elementos no máximo e dois no mínimo previamente designados. As inscrições devem ser feitas até ao próximo dia 29 de Agosto, por escrito ou por telefone/fax (32622715). No dia do convívio, os concorrentes distribuem-se pela zona entre a Torre de Belém e a Ponte 25 de Abril. A área de pesqueiro é delimitada por um raio de 5 metros, a qual não pode ser utilizada para lançamento por outros concorrentes. É considerado centro pesqueiro o local onde se encontre escrito o número sorteado de cada pescador.

A concentração dos concorrentes está marcada para as 7.30 da manhã frente à Estação Fluvial de Belém, realizando-se pelas 8 horas o sorteio dos locais de pesca. A prova só terá início às 9 horas e prolongando-se até às 13 horas. O peixe é então entregue à organização que o irá pesar e classificar os concorrentes. A entrega dos prémios efectua-se às 16.30 horas.

## Regras a cumprir

O regulamento prevê várias regras que devem ser observadas para garantir a igualdade dos participantes. Para começar, os concorrentes obrigam-se a não pescar na área da prova nos três dias antecedentes à data prevista de início da prova. É expressamente proibido «o engodamento dos pesqueiros» e para evitar fraudes a organização previne que «se for apresentado qualquer exemplar em mau estado de conservação, o concorrente, bem como a sua equipa e clube, serão automaticamente desclassificados».

De resto, é pescar com uma só cana iscada, podendo os pescadores de fundo utilizar dois anzóis. É também admitida a cana francesa (sem carreto) directa ou com elástico. O regulamento permite que os concorrentes tenham outras canas

preparadas desde que não estejam iscadas. É ainda proibido utilizar iscos (amostras) artificiais ou anzóis múltiplos (fateixas), bem como receber qualquer tipo de ajuda do auxiliar que não seja transportar o material só até ao pescador. As ajudas na captura de qualquer exemplar só são permitidas se forem prestadas por outro concorrente. No final da prova o peixe deve ser introduzido no respectivo saco juntamente com as fichas de identificação de sorteio e de pescado, selando de seguida o saco. A pontuação é atribuída a todas as espécies capturadas (um ponto por grama) e em caso de empate o desempate será por sorteio. Para a classificação dos clubes contam os seis melhores pescadores; das equipas o total dos membros da equipa, e dos individuais a soma dos pontos obtidos. Os prémios são distribuídos pelos seguintes escalões:

Seniores - 50 taças ou troféus;  
senhoras - taça ou troféu do 1º ao 3º lugar; juniores - taça ou troféu do 1º ao 3º lugar; juvenis - taça ou troféu do 1º ao 3º lugar.

Aos clubes são atribuídos 5 troféus; assim como 1 troféu ao pescador que tiver o exemplar maior e um outro ao que obtiver maior quantidade.



## Convívio desportivo na Ajuda



A equipa feminina da Académica da Ajuda vai estar na Festa no dia 6 de Setembro



Os jogos decorreram no polidesportivo do Império do Cruzeiro

Cerca de 80 atletas participaram no convívio desportivo realizado, no passado dia 12 de Julho, na Freguesia da Ajuda, em Lisboa, durante o qual decorreram jogos de andebol e de futebol de cinco.

No andebol defrontaram-se as equipas infantis do Núcleo de Andebol da Ajuda e do Clube Atlético e Recreativo do Caramão, tendo esta última vencido por 18-15.

O futebol de cinco contou com equipas de vários escalões. Em Passarinhos, jogaram as formações do Clube Desportivo Império do Cruzeiro e do Grupo Desportivo «A Académica da Ajuda», que venceu por 6-1. Em Iniciados, voltou a vencer a Académica da Ajuda contra o Império do Cruzeiro (6-5), o mesmo acontecendo em Seniores Femininos, desta vez contra a 2ª Comuna por 6-3. Em Veteranos venceu o Grupo Desportivo 2 de Maio frente ao Clube Desportivo e Recreativo Armadorense

## os caminhos-de-ferro

## mantêm pais incógnitos

**JMO:** Costumamos dizer que os lucros da EMEF são prejuízos da CP, que é o seu único cliente.

**A EMEF estará, então, entre as primeiras empresas do Grupo CP a privatizar?**

**JMO:** Por aquilo que é conhecido através da comunicação social, há uma grande ofensiva da AD-Tranz (ex-Sorefame) que tem por objectivo adquirir a EMEF, e é admitido por governantes que esta seja uma empresa a alienar. Sabe-se que a ABB, a multinacional de que a AD-Tranz faz parte, alimenta o objectivo de ficar com a construção, reparação e manutenção de material circulante, não só a nível de Portugal, mas em toda a Europa.

Ouve-se dizer muita coisa sobre a EMEF, até se ouve dizer que há já pessoas da AD-Tranz a fazer levantamentos nas oficinas da EMEF, em termos de equipamento, instalações, etc.

**O Governo também faz estudos...**

**JMO:** Temos alguma preocupação de que as chamadas auditorias estratégicas que o Ministério do Equipamento mandou fazer às empresas afiliadas do Grupo CP, entre elas a EMEF, em vez de servirem para determinar debilidades e apontar medidas de investimento e desenvolvimento de certas áreas, venham apenas dar suporte a decisões políticas já tomadas.

**A situação da EMEF repete-se nas restantes empresas do Grupo CP?**

**JMO:** Nas empresas criadas a partir do desmembramento da CP durante os governos do PSD temos outros casos de resultados positivos, como a Fernave (formação profissional da CP, do Metro, da Transtejo, dos STCP).

Uma realidade diferente é a da Soflusa (transporte fluvial), uma empresa que nasceu já descapitalizada e tem tido prejuízos durante os 4 anos de funcionamento, agravados brutalmente em 1995 e 1996 – passaram de 20 mil para mais de 200 mil contos. A empresa está a perder passageiros, presta um mau serviço, tem uma frota de 8 barcos com mais de 30 anos e que praticam tempos de percurso iguais aos de 1960, e que tiveram um acréscimo de avarias depois da opção errada que foi retirar a sua reparação à EMEF para a entregar a empresas privadas. A Soflusa vive uma situação financeira muito crítica, mas não se vê, quer da parte do

conselho de gerência da CP quer da parte da Secretaria de Estado dos Transportes, qualquer decisão quanto a um plano para o futuro.

Nunca houve uma política de grupo. As empresas foram criadas, e passou cada uma a funcionar por si, esquecendo-se o produto final, que é a qualidade do transporte.

**No projecto de reestruturação aprovado pelo Governo essa atitude mantém-se, ou nota-se alguma diferença nas orientações fundamentais?**

**JM:** A CP é substituída por uma empresa responsável pelas infra-estruturas (a REFER), outra que explora os comboios (a CP-Transportes) e uma entidade reguladora do transporte ferroviário. Sempre admitimos que houvesse uma autonomia contabilística destas áreas, mas não compreendemos a necessidade de uma divisão orgânica. Pelo que diz o ministro João Cravinho, tal como disseram anteriores responsáveis, no futuro serão criadas várias unidades de negócio na empresa de exploração do transporte.

**JMO:** Numa recente entrevista (DN, 14 de Julho), o presidente da CP-Transportes apontava para a criação de 4 unidades de negócio: mercadorias e logística, suburbanos de Lisboa, suburbanos do Grande Porto e serviços de médio e longo curso.

**Poderá esperar-se, desta reestruturação, alguma melhoria do transporte ferroviário?**

**JMO:** A melhoria do transporte ferroviário em Portugal não passa, no fundamental, pela divisão da CP. É preciso haver investimentos, é preciso que estes investimentos sejam bem geridos e feitos em tempo útil. Mas não é isto que se está a fazer.

O plano de reestruturação que conduziu ao primeiro desmembramento da CP previa investimentos que deveriam ser feitos até 1994, mas que só agora é que se estão a iniciar. As obras na linha do Norte começaram numa altura em que já deviam estar concluídas, a Beira Alta esteve bastante atrasada, na ligação para o Algarve nada foi feito...

São também necessários investimentos no material circulante, para além do que se fez na linha de Sintra e num ou noutro caso pontual; até na linha de Cascais circulam carruagens com 70 anos!

Investimentos, uma boa gestão dos horários, a articulação dos comboios com outros modos de transporte complementares, uma boa gestão dos recursos humanos e do caminho-de-ferro em geral – estas são medidas que levarão à melhoria da qualidade do transporte ferroviário. Para aplicar medidas como estas não é indispensável proceder a nenhuma divisão da CP. E só a divisão da CP, sem estas medidas, não conduz a qualquer melhoria substancial.

**Pode supor-se que esses investimentos não são feitos agora pelo Estado porque se entende que deverão ser as empresas privadas a fazê-los no futuro?**

**JMO:** Os privados irão eventualmente tomar conta das partes rentáveis do caminho-de-ferro depois do Estado ter feito os investimentos. Não são os privados que vão investir na modernização da CP.

**JM:** Hoje está a fazer-se a duplicação, modernização e electrificação da via entre Ermesinde, Valongo, Sête e Marco de Canavezes. Na futura unidade de negócios, qualquer empresa privada que pretenda pôr aqui comboios a circular usufruirá já destes investimentos públicos.



José Manuel Oliveira

“O Orçamento do Estado irá pagar aquilo que é serviço social e as empresas privadas ficarão com as actividades ferroviárias que possam ser consideradas lucrativas.”

**Admitem que se venha a investir novamente em alguns troços já encerrados?**

**JMO:** Mesmo sabendo que são necessários grandes investimentos, nós defendemos hoje que a reabertura de algumas linhas encerradas ainda é possível e viável e corresponde ao interesse nacional, uma vez que há mercados a explorar (como o transporte de mercadorias para a construção do Alqueva ou o transporte de beterraba) e há necessidades a que o caminho-de-ferro tem que dar resposta (como a ligação de zonas do interior aos portos).

Só que tal decisão deverá ser acompanhada de medidas que aproveitem o valor da infra-estrutura ferroviária para o desenvolvimento do interior, a fixação de populações. E o material circulante deverá ser adaptado às necessidades do transporte de passageiros nos ramais do interior.

**Essa ressalva subentende uma crítica a decisões passadas?**

**JMO:** A CP manteve durante anos comboios pesados, com custos acrescidos, apesar da diminuição da procura nas regiões do interior. Do ponto de vista técnico, a solução adoptada em Mirandela é a ideal para muitas linhas do interior: em vez de um comboio pesado, com locomotiva e carruagens, opta-se por uma composição mais ligeira, uma espécie de autocarro sobre carris, que tem maior mobilidade, mais rapidez, pode reduzir os horários e prestar um serviço com menores custos.

É necessário um plano ferroviário nacional, que poderá até prever a construção de novas linhas. Com os fundamentos necessários, a CT propôs recentemente, por exemplo, a abertura de uma nova ligação entre Mangualde e Viseu. Defendemos que a modernização da linha da Beira Alta não acabasse na Pampilhosa, mas continuasse até ao porto da Figueira da Foz, que ficaria assim ligado a um eixo internacional. Seria de todo o interesse a ligação de Viseu ao porto de Aveiro.

Há todo um conjunto de projectos a analisar, alguns deles em articulação obrigatória com Espanha, para permitir o melhor aproveitamento de todas as potencialidades.

## os e mal defendidos

compreendemos que quem utiliza o comboio não veja as coisas como nós vemos. Mais do que saber quem lhes fornece o serviço – a CP ou outra empresa, pública ou privada – as pessoas querem é ser bem servidas e a preços baratos. Nós procuramos dar-lhes informação para que reflectam sobre os motivos que movem uma empresa pública, orientada pelo conceito de serviço público, e o objectivo único do lucro, que leva uma empresa privada a abandonar as actividades não rentáveis. E lembramos-lhes que as privatizações nos transportes rodoviários, como noutros sectores, não representaram um aumento da concorrência, tal como a existência de vários operadores ferroviários não irá significar um maior número de comboios na via.

**JM:** Choca-nos o facto de governos civis e câmaras municipais não tomarem posição neste processo em defesa dos interesses das populações. Antes pelo contrário: numa recente reunião no Governo Civil de Viseu, onde queríamos apresentar o nosso protesto contra o encerramento do serviço rodoviário

Vouga-Dão, fomos confrontados com uma assessora que entregou à comunicação social um documento do conselho de gerência da CP onde se afirmava que os direitos das populações e dos trabalhadores estavam garantidos, quando isso não é verdade.

Alguns comunicados sociais e algumas personalidades tomaram posição contra o encerramento... Mais tarde virão os problemas ao de cima e esperamos que, então, sejam devidamente atribuídas as responsabilidades.

No imediato, as consequências não estão à vista. Mas, passado o período de transição, as empresas privadas ficam com as mãos livres e, então, surgem os protestos das populações, como no Vale do Tâmega ou do Nordeste transmontano.

**JMO:** As populações só sentem os prejuízos mais tarde, quando perdem os transportes alternativos ou quando são aumentados os preços dos bilhetes dos autocarros, ou quando diminui a frequência do transporte. Em muitos casos, apercebem-se disso numa altura em que já é muito difícil retroceder.

■ Vítor Dias

Membro da Comissão Política

# O despertar dos cínicos

**S**ABENDO Deus e os homens que não costumamos passar a vida a elogiarmo-nos uns aos outros, estamos à vontade para salientar que o artigo de Octávio Teixeira «Verdades sobre o processo de regionalização», aqui publicado na semana passada, constitui uma oportuna e utilíssima contribuição para recapitular e situar aspectos essenciais do debate recente sobre a criação das regiões administrativas.

Com efeito, a recapitulação cronológica e política aí feita é preciosa de dois ângulos principais.

Do ângulo da ajuda que presta face à natural perda ou fragmentação de memória por parte da generalidade dos cidadãos, irremediavelmente afectados pela vertiginosa rotação dos temas e pela superficialidade e pelo assassinato da memória que fazem parte dos critérios estruturantes da maneira como a maioria dos «media» acompanha a vida política.

Mas também do ângulo do desmascaramento a que procede da legião de políticos do PS, do PSD e do PP que, sendo protagonistas directos dos acontecimentos, não se podem colar à falta de memória que compreensivelmente atinja a generalidade dos cidadãos. É que, para essa legião de políticos, a «falta de memória» que aparentam é sim o por si ansiado passaporte para a falta de escrúpulos, a mentira e a impunidade.

Lembrámo-nos disto ao ouvirmos ou lermos declarações recentes de Manuel Monteiro, de Pacheco Pereira e de Paulo Portas relativas à questão do referendo sobre a regionalização e da nova redacção, já votada na especialidade, para o artigo 256º da Constituição.

Concretamente, ouvimos Manuel Monteiro a reclamar, em discursata no dia 13 de Julho, que a única coisa que se devia perguntar aos portugueses é se estão de acordo ou não com a regionalização.

Lemos a intervenção de Pacheco Pereira, na AR, em 30 de Julho, minutos antes de se votar o artº 256º, e também o encontramos a defender que «o verdadeiro referendo (...) é sobre se os portugueses pretendem ou não que haja regionalização». Acrescentando mesmo que, em caso de simultaneidade da pergunta de âmbito nacional e da pergunta sobre a área regional, «tudo aqui é confuso, tudo aqui conduz a uma trapalhada monumental», «se entra num embróglho total quanto à interpretação das respostas» e que «os juristas e o Tribunal Constitucional encontrarão certamente mil e uma razões para rejeitarem esta fórmula».

Finalmente, lemos Paulo Portas (no «Independente» de 1/8) a carpir que a solução adoptada «condiciona a verdadeira opção - sim ou não à regionalização de Portugal - a um facto praticamente consumado, traduzido no mapa regional já aprovado».

Como é evidente, o PCP não tem nada que ver directamente com a parte substantiva desta guerra de palavras provocada pelo despertar dos cínicos.

Mas já temos o direito de não deixar passar em claro a desfaçatez com que estes cúmplices do PS nas soluções adoptadas para o referendo à regionalização pretendem agora marcar distâncias e sacudir a água do capote, tomando-nos a todos como parvos.

Assim, em relação a Manuel Monteiro e a Paulo Portas, será preciso que lhes lembremos aquilo que sabem perfeitamente? Ou seja, que a nova redacção votada para o artº 256º da Constituição (estabelecendo que «a instituição em concreto das regiões administrativas (...) depende da lei prevista no artigo anterior [a lei de criação] e do voto favorável expresso pela maioria dos cidadãos eleitores que se tenham pronunciado em consulta directa, de alcan-

ce nacional e relativa a cada área regional») é filha legítima de um acordo bilateral entre PS e PP, negociado e celebrado em Maio de 1996.

Ou será que, indo mais ao pormenor, sendo à época Manuel Monteiro o líder do PP e Paulo Portas um activo representante do PP na Comissão de Revisão Constitucional, também precisam que lhes lembremos que esse acordo foi pomposamente divulgado em conferência de imprensa conjunta de Jorge Lação e Jorge Ferreira na manhã de 13 de

Maio de 1996, onde foram também divulgadas as duas perguntas acordadas entre ambos («concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas?»; «concorda com a região criada na sua área de recenseamento eleitoral?»).

Em relação a Pacheco Pereira, acaso estará esquecido que, depois de umas semanas a asobiar para o lado, já no início de Junho de 1996, o PSD se atrelava ao carro do acordo PS-PP, aceitando de facto o esquema de referendo que ele consagrava? E acaso estará esquecido de que, na CERC e em plenário da AR, o PSD votou o novo artº 256º, consagrando essa triste habilidade de, para fugir a uma inconstitucionalidade gritante, sujeitar a referendo não a regionalização mas a sua «instituição em concreto»?

E se a tudo isto alguém quiser objectar que o peculiar posicionamento de Pacheco Pereira no PSD não permite responsabilizá-lo por tudo o que o PSD aprova, então as coisas ainda ficam mais feias para o mediático deputado,

É que, por essa via, Pacheco Pereira ficaria salvo do ponto de vista de critérios de coerência mas ficaria enterrado até ao pes-

que o esquema aprovado conduz à «confusão» e à «trapalhada». E que, há um ano, entre muitos outros exemplos, era um artigo por nós publicado no «Avante!» precisamente sobre o PS e os seus acordos com a direita sobre o referendo à regionalização que tinha o título de «Cedências, absurdos e trapalhadas».

Nessa altura, ou mesmo seis meses depois, é que teria dado jeito que, para aumentar o «granel», Pacheco Pereira e Paulo Portas, ainda que sendo defensores da sujeição da regionalização a referendo, tivessem vindo dizer algumas das coisas que agora vieram dizer.

É fácil perceber porque não o fizeram. Para eles, primeiro era preciso aprisionar a concretização da regionalização nas malhas complicadíssimas dos referendos e, só depois de garantido isso, é que era possível passar à fase em que partidos e personalidades que não querem a regionalização já se podem desinteressar dos referendos, porque, sem eles, a regionalização fica automaticamente inviabilizada ou congelada.

Em boa verdade, e talvez seja este o ponto fundamental, o que as declarações de Monteiro, de Portas e de P. Pereira, bem como a declaração de Marcelo Rebelo de Sousa de que o PSD fará campanha pelo «não» (esquecido, como todos os PSD's incluindo Cavaco Silva, que a apresentação de uma proposta de Lei de Criação das Regiões Administrativas sem referendo era um compromisso [\*] do último Governo de Cavaco Silva), vêm mostrar é que, em matéria de regionalização, o PS tudo foi cedendo ao PSD e ao PP em nome do ingénuo

objectivo de os associar ao processo, e daqui para a frente os ingratos não só se preparam para não lhe retribuir nada como não deixarão de explorar todas as possibilidades de chantagem e de sabotagem que a revisão constitucional a votar em 3 de Setembro lhes vai oferecer.

De facto, sendo óbvio que, depois de 3 de Setembro, é para o PSD ou o PP que o PS se terá de voltar para fazer avançar toda uma complexa tramitação, não é difícil imaginar alguns dos próximos capítulos do folhetim: o PP a perder entusiasmo com o referendo porque já ruiu o seu sonho de ficar sozinho a fazer campanha pelo «não»; o PSD a gritar que primeiro tem de ser o fantasma do «referendo europeu»; o PP a clamar ou fingir que primeiro tem de ser o da regionalização; os dois a protestar contra a simultaneidade das duas perguntas sobre a regionalização; os dois mais o PS a ponderar, em segredo, da oportunidade e lucro político de uma campanha eleitoral referendária poucos meses depois de uma campanha eleitoral autárquica; e tudo o mais que sempre é prometido pelo inesgotável espectáculo das fingidas desavenças entre os grandes aliados nas questões fundamentais.

Nada que, bem vistas as coisas, incomode grandemente o «núcleo duro» da direcção do PS que, com elevadíssima probabilidade, em matéria de regionalização e nos próximos seis meses, só terá um grande e verdadeiro objectivo final: sacudir para outrem as responsabilidades da inviabilização da regionalização que só ao PS pertencerão.

## Ainda a revisão da Constituição não foi definitivamente aprovada, e já os cúmplices do PS na imposição do referendo sobre a regionalização lhe começam a puxar o tapete.

s partidos por-  
lar o PS e o  
desajustados

s partidários ac-  
tados. Mas em  
justar melhor o  
mentos de fidei-  
entadora — se  
ça relativamente  
é no domínio  
er combinados  
ovêm da tradi-  
podê até — pa-  
ão provocatória  
os elementos  
talismo. Há um  
à iniciativa, à  
ra da inovação  
isagra em rela-  
la não se deve  
nto em que va-  
rdade política.  
é preciso valo-  
mica.  
concluir que a

não tem uma preocupação obsessiva com a preservação da sua imagem. A sua obsessão é com a resolução dos problemas que afectam os portugueses, e há ministros que têm de assumir em determinadas circunstâncias o ónus da impopularidade.

EXP. — O que é que correu mal na regionalização? Foi terem aceite o referendo?

F.A. — Só aceitámos o referendo para garantir a participação de todos os agentes e partidos no processo. À partida estávamos empenhados em fazer a regionalização na Assembleia da República. Mas o PSD insistia no referendo e cedemos porque achámos que uma reforma estrutural como a regionalização deveria suscitar o envolvimento de todos os agentes políticos. Mas até hoje o PSD ainda não nos deu razões para acreditarmos que essa foi de facto a melhor solução.

tónio Guterres  
meira hora.

EXP. — C  
der na Convi



«Ni  
par  
vel  
o P  
Ger  
espe  
e a  
uga

F.A. — Co  
principais autar  
referendo deve  
pressa possível  
EXP. — Si  
Câmara do P  
com Pinto da C  
Gomes?

Francisco Aguiar - Entrevista ao "Avante!" - 23.11.96

ço do ponto de vista de critérios de frontalidade e de coragem política. Porque teria estado calado que nem um rato durante quase quinze meses e só teria resolvido abrir a boca minutos antes de ser votado o novo artº 256º da Constituição. Porque, convenhamos, esse já é um momento muitíssimo tardio para vir dizer

verdadeiro objectivo final: sacudir para outrem as responsabilidades da inviabilização da regionalização que só ao PS pertencerão.

(\*) Compromisso que está estampado no 6º parágrafo da 1ª coluna da página 22 do respectivo Programa de Governo, apresentado na AR em 11 Novembro de 1991.

# Os estranhos números do desemprego

T  
R  
I  
B  
U  
N  
A

**E**m torno da taxa de desemprego o Governo do Partido Socialista e o Primeiro-Ministro António Guterres têm lançado uma campanha de propaganda e uma barragem de desinformação tentando fazer crer – parafraseando um conhecido slogan publicitário de uma companhia de seguros – que, com o PS o desemprego em Portugal tem vindo a descer.



■ Lino de Carvalho

É preciso dizer que os comunistas partilham desse desejo e são os primeiros a lutar para que, no quadro de outras políticas económicas e sociais, o desemprego e com ele o exército de reserva do capital diminua drasticamente. Infelizmente, não é isso que acontece, por maiores que sejam as operações de engenharia estatística.

A análise dos dados do Instituto Nacional de Estatística mostram que, entre os segundos trimestres de 1996 e 1997, a população empregada na agricultura cresceu em 60.300 efectivos, isto é, mais quase 12%.

Este crescimento do emprego na agricultura – contribuindo para a redução aparente da taxa de desemprego – é completamente artificial e contraditório com outros dados estatísticos e com afirmações do Governo: contraditório com outros dados estatísticos que apontam para uma redução continuada da população activa agrícola que se cifrará em 11,2%; contraditório com afirmações do Governo que tem sempre apresentado a diminuição da população empregue na agricultura

como um sintoma do desenvolvimento e da modernização do sector.

Trata-se não de emprego mas de desemprego escondido na agricultura onde muitos desempregados de longa duração se refugiam e se inscrevem para efeitos de acesso a alguns apoios; trata-se de uma tendência contracíclica do desemprego» (na Europa) que – conforme afirma o próprio Departamento de Prospectiva e Planeamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – «não pode escamotear situações específicas de subemprego que estão patentes no crescimento do emprego na agricultura»; trata-se – de acordo com o relatório de 1996 do Banco de Portugal – «do peso crescente de reformados e pen-

crescimento do desemprego, a taxa de desemprego teria sido de 8,1% e não de 7,3% como se verificou».

**1.** O outro sector de actividade onde a população empregada «cresce» significativamente é o da construção. Mas o «crescimento» aqui é, claramente, um «crescimento» conjuntural estreitamente ligado às grandes obras públicas em curso, com relevo para a EXPO98, a Ponte Vasco da Gama, o Metropolitano, as auto-estradas.

Se se tiver em conta que o aumento estatístico do emprego na indústria e nos serviços se cifrou, entre os 2º trimestres de 96 e 97, somente em 1,6% e

prego, medido pelo INE, teria descido de 331.000 no 2º trimestre de 1996 para 299.900 no trimestre homólogo de 1997.

Sabe-se como este indicador é medido, o que só por si descredibiliza estes dados que em nada traduzem a realidade social. Não é por se trabalhar 1 hora na semana anterior do inquirido que se pode considerar que alguém está empregado. Mas mais do que isso. Se juntarmos ao conceito restritíssimo de desempregados os inactivos que procuraram emprego há mais de 4 semanas e estão disponíveis para trabalhar; os inactivos que pretendem trabalhar mas numa procuraram e estão disponíveis; os desencorajados (que estando desempregados há muito tempo nem sequer já procuram trabalho): as pessoas a trabalhar

menos de 15 horas por semana e o sub-emprego visível, então, mesmo pelo INE, os indicadores do chamado «mercado de trabalho» dão não uma taxa de desemprego de 6,5% mas de 11,4%.

**3.** Claro que, mesmo em termos estatísticos, é sabido que os dados do Instituto de Emprego e Formação Profiss-

sional – que, apesar de tudo se aproximam mais da realidade – expressam não um desemprego de 299,9 milhares mas um desemprego de 451,7 milhares, mesmo tendo em conta a limpeza dos ficheiros dos Centros de Emprego e os critérios que o Governo está a aplicar (por exemplo não consideração dos formandos e dos inscritos nos Programas Ocupacionais) para, a todo o custo, fazer baixar os números e aproximá-los dos artificialíssimos dados do Instituto Nacional de Estatística.

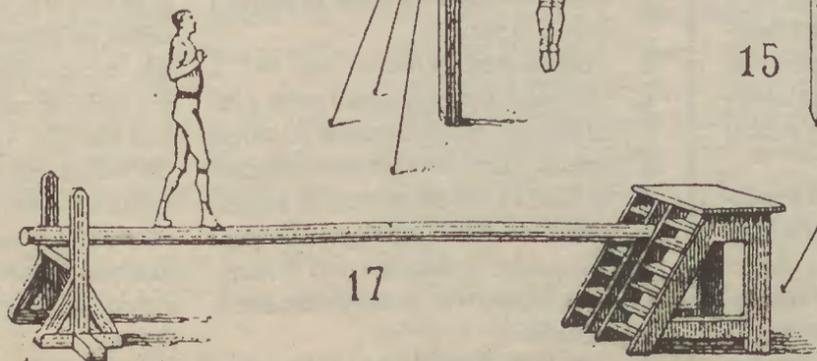
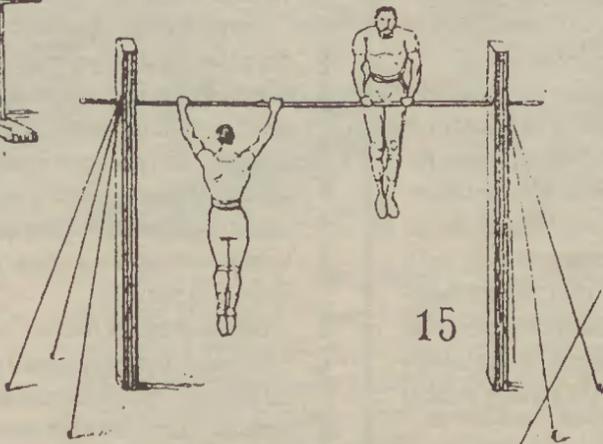
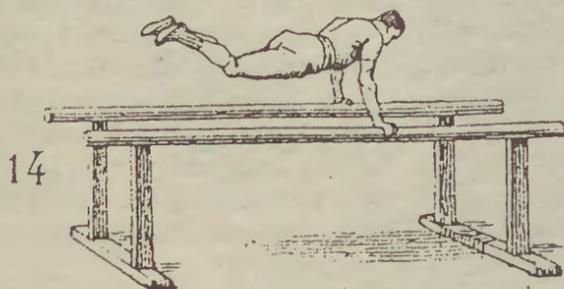
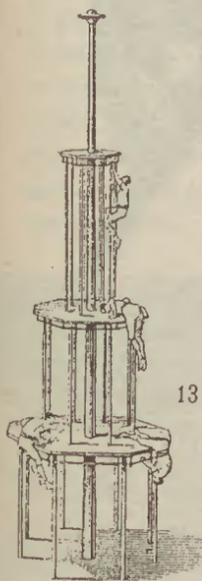
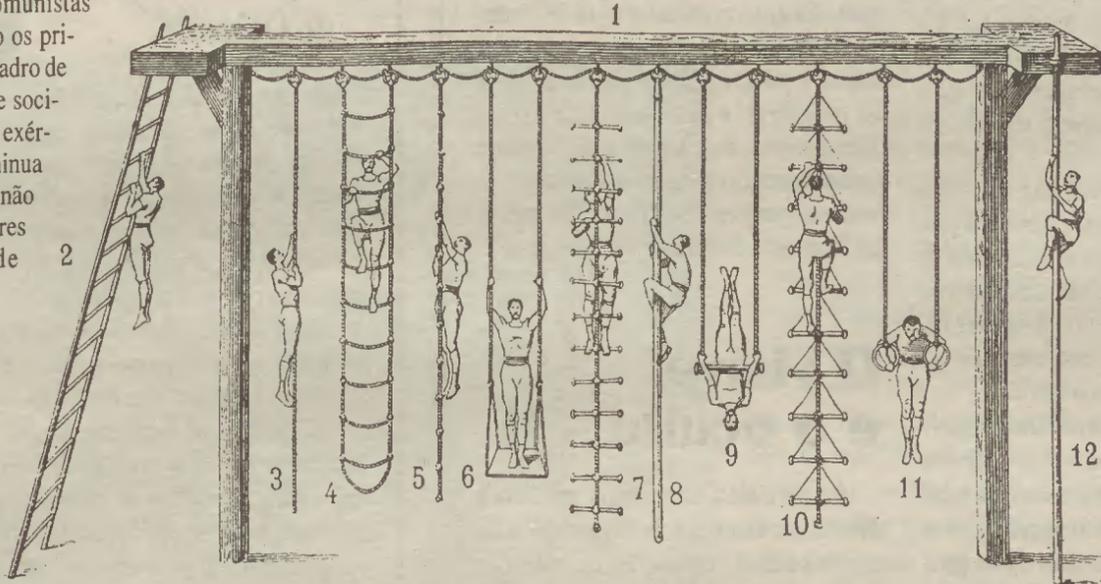
Curioso é o facto de o mesmo Eng. António Guterres e o mesmo PS, que na oposição criticavam e desconsideravam os dados do INE por não corresponderem à realidade, os utilizem e brandam agora para sustentar as suas operações de manipulação dos dados do desemprego. Também aqui o PS do Governo se esqueceu do que dizia o PS da oposição.

Como se esqueceu de que «Portugal é um dos 5 países da União onde o problema do desemprego de longa duração é mais expressivo (50,9% do desemprego): de que descem os contratos permanentes e crescem os contratos de trabalho não permanente lançando cada vez mais milhares de trabalhadores em situação de instabilidade e insegurança; de que cerca de metade dos desempregados não tem acesso a nenhum sistema de protecção social.

É tudo isto que faz de Portugal «o país da União com maior incidência de pobreza».

E é tudo isto que o PS e o seu Governo, com as suas políticas económicas e sociais, não estão a resolver. Infelizmente.

**2.** É depois disto tudo que o Governo vem gritar vitória porque o desem-



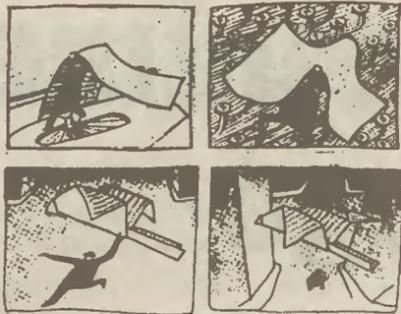
sionistas que, em regime de horário incompleto, se dedicam à agricultura». Claras expressões de pobreza, dizemos nós.

E de tal modo esta operação de engenharia estatística é artificial que é o próprio Departamento de Planeamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional que se sente na obrigação de alertar para o facto de, «caso o emprego na agricultura tivesse estabilizado face ao ano anterior, como contrapartida de um

0,3% é fácil perceber que as limitadas reduções conjunturais e as operações de engenharia estatística não podem escamotear que os sectores que deveriam originar um crescimento sustentado do emprego são os que registam resultados inferiores ou próximos do aumento global da população activa o que significa, no futuro, a manutenção agravada do desemprego estrutural.

Mas se fizermos uma leitura mais detalhada dos quadros do Instituto

Nacional de Estatística, é fácil constatar que o «aumento» mais significativo do universo da população empregada é nos «isolados», isto é, recibos verdes, falsos trabalhadores independentes, agricultores, o que nos atrai de novo para o carácter artificial do propagandeado crescimento do emprego.



# InterMEDIações

■ Fernando Correia

## O visível e o oculto – I

Há dias, um amigo interpelou-me acerca destas crónicas, declarando-se logo à partida um leitor assíduo e atento. O gesto foi simpático: em geral (todos os que trabalham na comunicação social sabem isso), a necessidade ou o gosto que muitas pessoas têm em criticar directamente o jornalista por algo que lhes desagrada, não são acompanhados por igual presteza quando se trata de manifestar agrado. E se a primeira atitude é útil e benéfica para quem escreve, a segunda não o é menos.

Mas depois da pancadinha nas costas veio, ainda que com igual simpatia, a pancada: que nestes escritos se fala pouco do anticomunismo, que se não desmascaram as campanhas desenvolvidas nos *media*, que se não dá o combate necessário aos que escrevem e falam contra o Partido.

Admitindo que outros leitores perfilhem opinião igual ou semelhante, decerto será útil reflectir um pouco sobre esta questão, aproveitando para fornecer algumas explicações que ajudem a definir os parâmetros destas prosas quizenais.

Se há partido que, na comunicação social de massas – considerando os grandes diários e semanários, as rádios nacionais e os canais televisivos – seja, em geral, mais maltratados que os outros, é o PCP. Falo dos esquemas habituais de manipulação, como a omissão do essencial em favor do secundário, a apresentação dos factos foram dos seus contextos ou isolados dos motivos que lhes dão sentido, a mistura dissimulada do comentário com a notícia, etc. Sem esquecer o mais subtil e, porventura, o mais insidioso dos esquemas: o silenciamento.

As razões para que tal aconteça têm a ver, essencialmente, com três tipos de factores interligados: a natureza do poder na sociedade capitalista (poder económico, social, político, mediático...); a luta ideológica e a luta pelo domínio da informação enquanto expressões da luta de classe; o funcionamento da produção da informação e da indústria mediática subordinadas à ditadura do mercado (sobre este tema, pode ler-se «O PCP, as discriminações e os critérios jornalísticos», *Avante!*, 30.4.95).

Está fora de causa a necessidade constante de, sem esmorecimento, denunciar esta situação, repondo a verdade quando ela é atingida, esclarecendo os factos quando eles são deturpados, exigindo o direito de intervir quando ele é negado.

Deve dizer-se, aliás, que esta é uma tarefa que não incumbe apenas, em termos de Partido, aos sectores especialmente vocacionados para o efeito, como é o caso do Departamento de Propaganda (DEP), do Gabinete de Imprensa central e das organizações regionais, assim como do *Avante!* e

do *O Militante* – em cujas páginas, como é sabido, em rubricas e sob formatos jornalísticos diversos, essa missão é cumprida em praticamente todos os números.

Trata-se de uma tarefa que, no quadro do esforço «por uma mais eficaz comunicação do Partido com a sociedade», através do trabalho de informação, propaganda e esclarecimento, incumbe também a todo o Partido, entendido este como «uma grande e ímpar rede de comunicação militante, uma enorme corrente de convicções e de vontades que, organizados e em movimento, é capaz de defrontar a desigualdade de meios, e partir decididamente à conquista da inteligência e da sensibilidade de mais trabalhadores, mais jovens, mais cidadãos, para apoiarem as nossas propostas políticas e o nosso projecto» (ver ponto 9 do cap. IV da Resolução Política do XV Congresso).

## O visível e o oculto – II

Mas para além da resposta imediata e directa aos ataques e às adulterações, às mentiras e às discriminações, o combate ao anticomunismo nos *media* (que o mesmo é dizer: a luta por uma informação rigorosa, isenta e pluralista) pode (e, julgo eu, deve) ser feito, simultaneamente, num outro plano: o do conhecimento, aprofundamento e desmontagem das estruturas e dos mecanismos que, nas sociedades capitalistas em geral e nas condições específicas da nossa em particular, sustentam, impulsionam e dão conteúdo ao funcionamento dos grandes jornais, canais de rádios e de televisão.

É este o plano em que, em geral, estas crónicas se procuram situar, ainda que dentro dos limites de uma rubrica deste tipo.

Os dois planos complementam-se um ao outro. Por um lado, a intervenção directa e imediata sobre casos concretos (e não só em relação ao anticomunismo) insere-se e constitui elemento indispensável no combate político e ideológico, ancorando-o no quotidiano das lutas e da vida.

Por outro lado, a análise das causas, dos contextos e dos objectivos da produção da informação, o estudo dos *media* e dos jornalistas como mediadores entre as estruturas sociais e as práticas sociais, não só ajudam a explicar e compreender os casos concretos e pontuais, como também contribuem para um desiderato essencial: conhecer a realidade, em todos os seus contornos e complexidades, para a poder e saber transformar.

Procurando assim evitar que a preocupação (indispensável e necessária) pelo que é ostensivo e visível faça esquecer preocupação idêntica pelo que é dissimulado e oculto, e a cujo nível se encontram as causas profundas e as determinações essenciais.

## Um auxiliar de leitura...

■ Jorge Messias

# Caminhos da Igreja como Instituição ⑨

Não interessa, sequer, tentarmos esboçar os percursos trilhados no tempo pela Igreja católica institucional. Porém, a apresentação que anteriormente encetámos exige, para maior clareza, uma breve derivação nesse sentido. Torna-se necessário, sobretudo, que extingamos ambiguidades sobre a aproximação ou o afastamento que caracterizam as diversas opções políticas dos actuais membros da hierarquia eclesiástica classificadas, como já vimos, em três categorias: *conservadores*, *liberais* e *centristas*. Para que possamos, por fim, entender, em função da dinâmica assim gerada, que força histórica continua a garantir, apesar de tudo quanto possa dividir os cardeais, uma base de forte coesão entre as tendências contraditórias que coexistem no governo da Igreja.

## 1. Alguma História do Ocidente

Nos tempos do apogeu do Império, a sociedade romana tinha estruturas profundamente classistas e agrupava os seus cidadãos a partir de «censos» que declaravam os rendimentos de cada um deles. Com exclusão, como é evidente, dos escravos, subprodutos animal privado de quaisquer direitos.

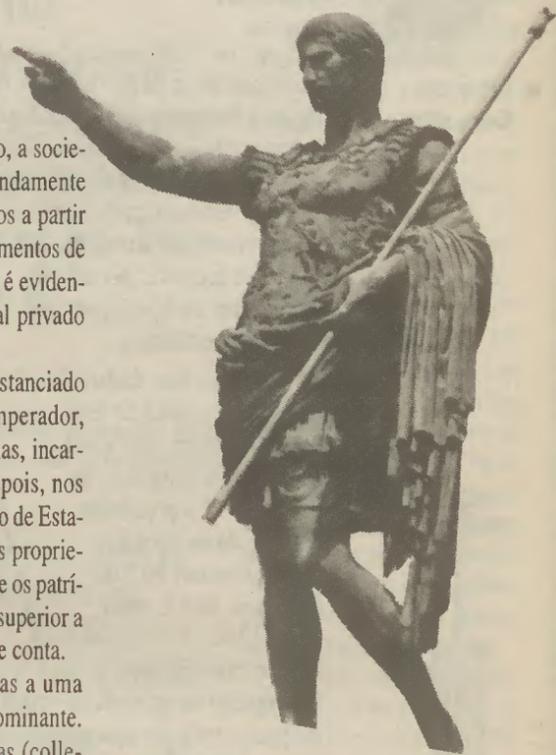
No topo da pirâmide social, distanciado dos outros mortais, situava-se o Imperador, senhor de Roma e das suas Províncias, incarnação da Divindade dominante. Depois, nos lugares mais privilegiados do aparelho de Estado, surgiam os senadores, os grandes proprietários e especuladores, os banqueiros e os patrícios possuidores de uma renda anual superior a 1 milhão de sestércios ou unidades de conta.

A plebe formava-se a seguir, mas a uma imensa distância da classe (ordo) dominante. As suas organizações representativas (collegium) podiam ser constituídas a partir de um capital social mínimo de 400 mil sestércios. No âmbito do grupo social cujos interesses representavam, dispunham de autonomia, tinham capacidade reivindicativa mas comprometiam-se a acatar, sem discussão, as decisões e as leis promulgadas pelo Senado e pelo Imperador. Também desenvolviam, entre os seus membros, acções assistenciais importantes mas, contrariamente ao que acontecia com os senadores e com os banqueiros, era-lhes vedada a aquisição das principais *sinecuras*, como o comando de legiões, o consulado das províncias mais ricas ou o direito a ser-se tratado em público com deferências reservadas à classe dos senadores.

A própria plebe subdividia-se, depois, em dois patamares que dificilmente comunicavam entre si. Por um lado, agrupavam-se os *honestiores*, com um rendimento mínimo de 5 mil sestércios. Mais abaixo, os *humiliores*, romanos com direito de cidadania mas sem rendimentos fixos declarados, facto que permanentemente os colocava a um passo da redução à condição de escravos.

Calcula-se que, em finais do Século I d.C., a população de Roma alcançasse 1 milhão e 200 mil habitantes, número constituído por 400 mil escravos, 100 mil residentes com rendimentos declarados e 700 mil pessoas sem trabalho fixo, sobrevivendo à custa da *anona* (ou esmola do Estado), do alistamento para as campanhas militares ou do produto de expedientes ocasionais.

Por muito afastados que estes tempos estejam de todos nós, interessa-nos reter do que



aqui fica dito alguns dados que, de certo modo, sobrevivem na história contemporânea. Há estruturas, comportamentos e horizontes de visão gerados nessa fase da história das sociedades que continuam presentes em instituições actuais.

As funções desempenhadas pelo Imperador eram insubstituíveis, visto ser ele o representante absoluto de um poder central que, em última análise, representava o garante mais credível da unidade política do sistema. Compreendendo que assim era, os representantes das classes que se situavam nos restantes degraus da pirâmide procuravam aceitar sem crítica as suas decisões e revestiam-no de um carácter divino. Davam, deste modo, provas de possuírem uma saudável noção de *solidariedade vertical*: se o Imperador escolhia o que era melhor para o povo romano, este devia obedecer-lhe sem contestação.

Mas a solidariedade vertical não era suficiente, como a prática a cada momento demonstrava. Desenquadrada, uma imensa massa da plebe colocava exigências a que, em certa medida, era indispensável responder. Por outro lado, as corporações romanas tinham de zelar pela qualidade mínima de vida dos seus próprios membros. A par, portanto, do culto da solidariedade vertical, foi-se estabelecendo no Império o princípio da implantação sistemática da *solidariedade horizontal* «inter pares» como foi o caso, já citado, da *anona* ou, no segundo aspecto, dos albergues ou lazaretos das corporações.

Veremos como tudo isto atravessou o tempo e continua a ter importância reveladora actual.

# A fraternidade e a esperança no Festival Mundial da Juventude

**A**sfixiado pelo mais longo e cruel bloqueio da história, o povo de Cuba promoveu para os jovens de todo o mundo um Festival da Juventude mais belo e fraterno do que tudo o que no género se vira.

Num planeta esmagado pela ditadura do mercado e do pensamento único, onde o jogo do dinheiro rege hoje a vida, o XIV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes ecoou como brado de esperança. Para a maioria dos 11000 jovens, vindos de 136 países, foi também, pela atmosfera, uma cadeia de surpresas.

Acompanhei em Havana essa comovente festa que durante uma semana mudou a vida na Ilha revolucionária.

Não é fácil esboçar o ambiente que a envolveu porque em Cuba tudo é diferente, como os visitantes comprovaram.

As delegações não foram para acampamentos, nem instalações especiais criadas para o efeito. Ficaram hospedadas em casas de famílias cubanas. Uma subscrição nacional cobriu os gastos, modestos, do Festival.

A diversidade dos idiomas e culturas não impediu a calorosa convergência dos sentimentos. Ela manifestou-se torrencialmente. Os forasteiros, chegados dos quatro cantos do planeta, foram, desde o desembarque, tocados pela fraternidade quase mágica da terra de Martí e Fidel. Entrou por eles a percepção do óbvio: sentiram logo que a sociedade cubana, tão caluniada, é infinitamente mais democrática, aberta e humanizada do que as dos países donde provinham.

paz fizeram de Cuba a capital e o pólo de um mundo sonhado.

Na babel do desfile consegui descobrir a delegação portuguesa, abraçar alguns amigos e tornar-me parte dela, apesar de me encontrar no inverno da vida. A juventude é também um estado de espírito. Era impossível não me sentir jovem ao escutar a voz de Sílvio Rodriguez a cantar Victor Jara, o bardo mártir do Chile da Unidade Popular.

Nos versos de grandes poetas da América cantou-se a esperança e o amor. Milhares de jovens, rejeitando o projec-

cada exposição, em cada conferência encontrei gente que fez história, homens e mulheres que contribuíram e contribuem para mudar o rumo do mundo na América, na África, na Ásia. Foi uma alegria abraçar o angolano Paulo Jorge e o porto-riquenho Rafael Cancel, saudar a chilena Gladys Marin, escutar o rompe-bloqueio norte-americano rev. Lucius Walker, confraternizar com velhos amigos cubanos que se bateram em Moncada, na Sierra, em Playa Giron, em Angola.

O Che foi, naturalmente, neste Festival irrepetível, uma presença constante e uma referência. Forasteiros e cubanos falavam dele como se estivesse vivo. A emoção era intensa porque as suas ossadas acabam de regressar a Cuba. Vindas do coração da América Andina.

Participei no acto de lançamento do número especial que a Revista Tricontinental dedicou ao 30º aniversário de sua queda em combate pela humanização da vida.

O comandante Manuel Piñeiro, o *barba roja* da Sierra Maestra, recordou numa entrevista o que todos sentiam: «a demonstração de que os ideais, o pensamento, a acção e o exemplo do Che não fracassaram e que transcendem, projectando-se no futuro, é uma realidade; a cada novo dia há um interesse consciente e ampliado em Cuba e no mundo pelo estudo e interpretação da sua obra, recuperando a essência das suas obras e levando em conta as diferenças entre o seu momento histórico e este.»



■ Miguel Urbano Rodrigues



O povo cubano não tentou disfarçar nem as carências materiais nem as mazelas sociais que hoje o afligem em consequência de situações criadas pelo cerco imperial.

Foi muito bela a inauguração do Festival, com Fidel a contemplar da escadaria da Universidade de la Habana – cenário de batalhas históricas – as delegações que chegavam do vasto mundo.

O poeta Miguel Barnet sintetizou o espírito do desfile de abertura numa frase breve: «Este acto é a prova de que somos a espiritualidade do mundo!»

Aquele desfile foi apenas o prólogo de um tempo encantatório em que a solidariedade, a fome de amor e de

to medonho e egoísta que está a destruir o melhor da humanidade, que aniquila as culturas e empobrece e humilha o homem, fizeram emergir o outro lado da vida, o que lhe confere sentido. Pela terra verde e vermelha de Cuba – como recordou *Juventud Rebelde* – correu «o poder dos sonhos, a força da paixão em contracorrente, o espírito em voo dos homens que empunham archotes luminosos num cenário de trevas»...

Durante dias falou-se também com muita seriedade dos grandes problemas do planeta, da paz, da democracia, dos direitos humanos e do progresso social, do desemprego, da lepra neoliberal. Em cada debate, em cada espectáculo, em

O imperialismo tentou fazer do Che mercadoria. Não o conseguiu nem nos EUA. De todas as delegações vindas, a mais numerosa no Festival foi, aliás, a norte-americana. Mais de 750 jovens, desafiando proibições e ameaças (muitos vão pagar um preço alto), desceram à cálida arena cubana, trazendo a sua solidariedade à Revolução socialista das Américas. Também eles bradavam nas ruas: «Alerta, alerta que camina la imagen del Che por América Latina.»

Era simbólico mas significativo esse alerta. Os milhares de jovens do Festival demonstraram ter consciência de uma verdade transparente: defender Cuba hoje é defender a humanidade.

# TELEVISÃO

## Quinta, 7

### RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.35 Verão Quente  
11.30 Praça da Alegria  
12.00 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Com Jeito Vai... na Farra (de Gerald Thomas, Gr.Bret.1975, com Elke Sommer, Kenneth Williams, Joan Sims, Bernard Bresslaw. Comédia)  
15.30 Alondra  
16.55 Carmen  
18.05 100% Natural  
19.15 País País  
20.00 Telejornal  
20.45 TV Verdade  
21.20 Filhos do Vento  
22.15 Concurso 1, 2, 3  
00.50 24 Horas  
01.25 Motores  
02.00 Agente da Morte (de David Mitchell, Can.1994), com Jeff Wincott, Terri Hawkes, Michael Ironside. «Thriller»)

### RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.35 Agente Secreto  
16.30 Aventuras do Séc. XX  
17.00 Atletismo - Campeonato do Mundo



«A Balada de Nova Iorque» agora relegada para as madrugadas, na SIC

19.00 Um, Dó, Li, Tá  
20.05 Infantil  
20.35 Euronews  
21.15 Remate  
21.25 Amigos por Acaso  
22.00 Jornal 2  
22.35 Rio Sem Regresso (de Otto Preminger, EUA/1954, com Robert Mitchum, Marilyn Monroe, Rory Calhoun, Tommy Rettig. Ver Destaque)  
24.00 Magacine  
00.30 Justiça Texana

### SIC

09.10 Buêrére  
11.00 Receitas do Dia  
11.30 Tocaia Grande  
12.30 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Volta a Portugal  
15.45 Buêrére  
18.00 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 A Indomada  
22.00 Futebol - San Lorenzo-Benfica  
23.50 O Cliente  
01.00 Último Jornal  
01.25 Balada de Nova Iorque  
02.45 Vibrações

### TVI

10.05 Animação  
11.40 Esquadrão Classe A  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.55 Éramos Seis  
16.45 O Barco do Amor  
17.35 Esquadrão Classe A  
18.30 Models  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 Fome de Sedução (de Lizzie Borden, EUA/1992, com Sean Young, Patrick Bergin, Arnetia Walkers. «Thriller»)  
00.20 TVI Jornal  
00.40 Fora de Jogo  
00.55 A Balada de Hill Street

## Sexta, 8

### RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.35 Verão Quente  
11.30 Praça da Alegria  
12.00 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Olho Clínico  
14.25 Selva, Mulheres e Macacos (de Gerald Thomas, G.Bret.1970, com Sidney James, Frankie Howerd, Charles Hawtrey. Comédia)  
16.10 Alondra  
16.55 Carmen  
18.05 100% Natural  
19.15 País País  
20.00 Telejornal  
20.45 TV Verdade  
21.20 Filhos do Vento  
21.25 Filhos do Vento  
22.20 Jogos Sem Fronteiras  
00.15 24 Horas  
00.55 Terror na Auto-estrada (de Robert Harmon, EUA/1985, com Rutger Hauer, C. Thomas Howell, Jennifer Jason Leigh. «Thriller» / Terror. Ver Destaque)  
02.45 Nascido Rebelde (de Graham Baker, EUA/1991, com John Stamos, John Stockwell, Teri Polo. Acção / Desporto)  
04.25 Musical: GNR no Coliseu  
06.05 Atletismo / Campeonato do Mundo - Maratona

### RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.35 O Santo  
16.30 Aventuras do Séc. XX  
17.00 Atletismo - Campeonato do Mundo  
19.00 Um, Dó, Li, Tá  
20.05 Infantil  
20.35 Euronews  
21.15 Remate  
21.25 Carolina na Cidade  
22.00 Jornal 2  
22.30 O Pecado Mora ao Lado (de Billy Wilder, EUA/1955, com Marilyn Monroe, Tom Ewell, Evelyn Keyes. Ver Destaque)  
00.15 Campos de Batalha

### SIC

09.10 Buêrére  
11.30 Receitas do Dia  
11.55 Tocaia Grande  
12.30 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Volta a Portugal  
15.45 Buêrére  
18.00 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 As Aventuras de Camilo  
21.20 A Indomada  
22.30 Confissões  
24.00 O Homem da Maratona (de John Schesinger, EUA/1976), com Dustin Hoffman, Laurence Olivier, Roy Schneider. Ver Destaque)  
01.40 Último Jornal  
02.05 Os Astronautas  
03.15 Vibrações

### TVI

10.05 Animação  
11.40 Esquadrão Classe A  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.55 Éramos Seis  
16.45 O Barco do Amor  
17.30 Esquadrão Classe A  
18.30 Models  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 FX: Efeitos Mortais  
23.00 VRS - Realidade Virtual  
24.00 Pequeno Buda (de Bernardo Bertolucci, Fr.-Gr.Bret.1993, com Keanu Reeves, Ying Ruo Cheng, Chris Isaak. Ver Destaque)  
01.55 TVI Jornal  
02.30 A Balada de Hill Street

## Sábado, 9

### RTP 1

08.00 Sempre a Abrir  
11.00 Último Nível  
11.30 Confissões de Adolescentes  
12.00 Fórmula 1 - GP da Hungria (Treinos)  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Top +  
14.45 Especial Henrique Iglesias  
15.30 Alta Voltagem  
16.05 Amores e Rebelião  
17.05 Os Andrades  
17.40 86-60-86  
18.15 Companhia dos Animais  
18.45 Super Bebés  
19.20 Jet 7  
20.00 Telejornal  
20.50 Isto Só Vídeo  
21.25 Há Horas Felizes  
22.45 Herman Enciclopédia  
23.45 Segredos da Escuridão  
00.40 24 Horas



«Uma Família às Direitas» lá volta de vez em quando

01.25 Desejo e Crime (de Alien Castle, EUA/1990, com Sherilyn Fenn, Whip Hubley, Paul Bartel. «Thriller» / Comédia)  
03.15 No Limite da Lei (de Paul Schneider, EUA/1993, com Melissa Gilbert, Mel Harris, Peter Onorati, Holland Taylor. Telefilme / Drama)  
06.00 Atletismo/ Campeonato do Mundo - Maratona

### RTP 2

12.05 Vida por Vida  
12.20 Maravilhas do Mundo Moderno  
13.00 Segredos das Florestas Tropicais  
13.30 Desporto 2  
19.00 Foyer - «Lendas de Hollywood»  
20.00 Tourada  
21.00 Semana ao Sábado  
22.00 Onda Curta (País Basco - I - Curta-Metragem de Orson Welles, EUA/1955. Ver Destaque)  
22.30 O Lugar da História  
23.30 Deus, o Amante da Minha Mãe e o Filho do Homem do Talho (de Aline Issermann, Fr.195, com Lio, Francis Huster, Richard Bohringer. Comédia)  
01.05 O Guia do Sexo  
01.30 Música Maestro - Cielo Beethoven / Bernstein

### SIC

08.00 Buêrére  
11.55 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Dragon Ball Z  
14.50 Volta a Portugal  
16.00 Walker  
17.00 O Meu Primo Vinny (de Jonathan Lynn, EUA/1992, com Joe Pesci, Ralph Macchio, Marisa Tomei. Ver Destaque)  
19.00 Sonho Meu  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Mundo VIP  
21.50 Salsa e Merengue  
22.45 Big Show Sic  
01.40 Último Jornal  
02.05 A Fuga do Inocente (de Carlo Carlei, It.1992, com Manuel Calao, Federico Pacifici, Sal Borgese. «Thriller»)  
05.00 Portugal Radical

### TVI

08.30 Animação  
11.00 Vamos ao Circo  
12.40 Caloiros  
13.00 Notícias  
13.25 Contra-Ataque  
14.30 Olha Quem Ladra (de Matthew Robbins, EUA/1991, com Cindy Williams, David Rasche. Comédia)  
16.00 Uma Família às Direitas  
16.30 Frasier  
17.00 Competente e Descarada  
17.30 O 3º Calhou a Contar do Sol  
18.00 Ruas de Laredo  
20.00 Hospital Universitário  
21.00 Telejornal  
21.30 Savannah  
22.30 Picket Fences  
23.30 Dragon Fire, O Último Inimigo (de Rick Jacobson, EUA/1992, com Dominic Labanca, Pamela Runo. Artes Marciais)

## Domingo, 10

### RTP 1

08.00 Sempre a Abrir  
11.45 Sem Limites  
12.20 Confissões de Adolescentes  
12.30 Jornal da Tarde  
12.55 Fórmula 1 - GP da Hungria  
15.00 Made in Portugal  
16.05 O Caminho das Estrelas  
17.05 Shogun, O Senhor da Guerra (de Jerry London, EUA, com Richard Chamberlain, Toshiro Mifune, Yoko Shimada, Frankie Sakai. Aventuras)  
19.25 Casa Cheia  
20.00 Telejornal  
20.55 Casa de Artistas  
22.05 Filhos do Vento  
23.00 Especial Desporto  
24.00 24 Horas  
00.30 Rio Negro (de Christopher Cain, EUA/1986, com Charles Durning, Alessandro Rabelo, Ajay Maidu, Divana Brandão, Peter Hornon. Aventuras / Drama)  
02.20 Polícia em Acção

### RTP 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 70 x 7  
10.30 Missa  
11.20 Guerra Civil de Espanha  
12.15 Como Salvar a Terra  
12.40 Em Busca de Vestígios Esquecidos  
13.30 Jornal d'África  
14.05 A Lei das Ruas  
15.00 Desporto 2  
18.00 Os Emisários de Khalom (de António de Macedo, Port.1998, com Sinde Filipe, Guida Maria, Susana Borges, Carlos Daniel. Fantástico)  
19.30 Bom Bordo  
20.05 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX»  
21.00 Primavera dos Pavões  
21.55 Horizontes da Memória  
22.30 Teatro: «A Pulga Atrás da Orelha»  
00.55 Missão de Amor

### SIC

08.30 Buêrére  
11.55 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Dragon Ball Z  
14.40 Volta a Portugal  
16.00 Cidade Escaldante  
17.00 Do Cabaret para o Convento (de Bill Duke, EUA/1993, com Whoopi Goldberg, Maggie Smith, James Coburn. Comédia)  
19.00 Sonho Meu  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Salsa e Merengue  
21.45 Agora ou Nunca  
22.45 Filhos de Um Deus Menor (de Randa Haines, EUA/1986, com William Hurt, Marleen Matlin, Piper Laurie. Ver Destaque)  
00.55 Último Jornal  
01.05 Jô Soares

### TVI

08.30 Animação  
09.50 Vamos ao Circo  
11.10 Missa  
12.30 Portugal Português  
13.30 Notícias  
13.50 O Detetive das Mil Caras  
14.30 Homem Aranha - A Teia Chinesa (de Don McDougall, EUA/1978, com Nicholas Hammond, Robert F. Simon, Ellen Bry. Aventuras)  
17.00 Os Mistérios de Bill Cosby  
18.00 As Ruas de Laredo  
20.00 1 West Waikiki  
21.00 Telejornal  
21.35 Edição Especial  
22.30 O Peixe do Amor (de John Sayles, EUA/1992, com Mary McDonnell, Alfred Woodard, Leo Burmester. Drama)

## Segunda, 11

### RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.35 Uma Estranha Dama  
11.30 Praça da Alegria  
12.00 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Força de Mulher  
15.30 Alondra  
16.35 Carmen  
17.30 País País  
17.55 Futebol  
20.00 Telejornal  
21.00 TV Verdade  
21.30 Filhos do Vento  
22.30 Liz Taylor (II Parte)  
24.00 24 Horas  
00.30 Delírios (de Tom Mankiewicz, EUA/1991, com John Candy. Comédia Fantástica)

### RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Ellen II  
16.20 Departamento de Homicídios  
17.00 Agente Secreto  
17.30 As Aventuras do Séc. XX  
18.00 Um, Dó, Li, Tá  
19.50 Infantil  
20.35 People Count  
21.15 Remate  
21.25 Murphy Brown  
22.00 Jornal 2  
22.30 Boneca de Luxo (de Blake Edwards, EUA/1961, com Audrey Hepburn, George Peppard, Patricia Neal, Mickey Rooney. Ver Destaque)  
00.05 Nas Entrelinhas

### SIC

09.10 Buêrére  
11.00 As Receitas do Dia  
11.30 Tocaia Grande  
12.30 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Walker  
15.45 Buêrére  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Imagens Reais  
21.30 A Indomada  
23.00 Força Assassina (de John Eyres, EUA/1995, com

## Terça, 12

### RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.35 Uma Estranha Dama  
11.30 Praça da Alegria  
12.00 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Força de Mulher  
14.45 Lições do Tonecas  
15.35 Alondra  
16.25 Carmen  
17.15 Último Nível  
18.15 100% Natural  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Filhos do Vento  
21.45 TV Verdade  
22.15 Antenas no Ar  
23.15 24 Horas  
24.00 Noiva de Dezembro (de Thadeus O' Sullivan, EUA/1991, com Saskia Reeves, Donald McCann, Patrick Malahide. Drama)

### RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.30 Ellen II  
16.00 Departamento de Homicídios  
17.05 O Santo  
18.00 Aventuras do Séc. XX  
18.30 Um, Dó, Li, Tá  
20.30 Rotações  
21.15 Remate  
21.25 A Grande Barraca  
22.00 Jornal 2  
22.30 Caminho das Trevas (de Nicholas Roeg, EUA/1994, com John Malkovich, Tim Roth. Drama)  
00.20 Jools Holland

### SIC

09.10 Buêrére  
11.00 As Receitas do Dia  
11.30 Tocaia Grande  
12.30 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Walker  
15.45 Buêrére  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Imagens Reais  
21.20 A Indomada  
23.30 Grande Reportagem  
23.30 O Cliente

## Quarta, 13

### RTP 1

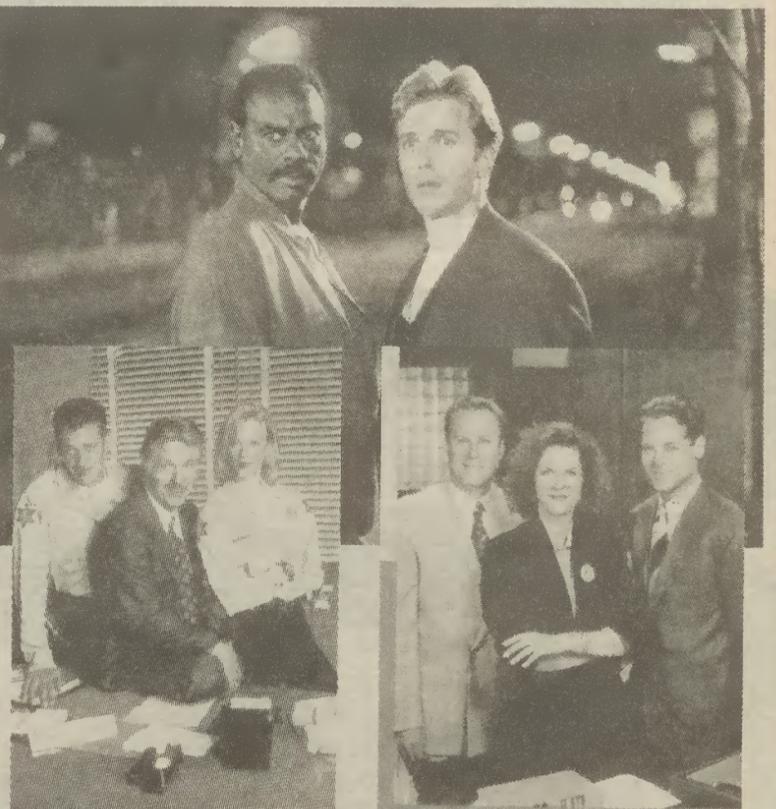
08.00 Um, Dó, Li, Tá  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.05 Uma Estranha Dama  
11.30 Praça da Alegria  
12.00 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Força de Mulher  
14.45 Isto Só Vídeo  
15.35 Alondra  
16.25 Carmen  
17.45 Sem Limites  
18.15 Na Paz dos Anjos  
19.00 País País  
19.20 Vamos Jogar no Totobola  
19.30 Futebol - Liga dos Campeões  
21.30 Telejornal  
22.00 Filhos do Vento  
23.00 TV Verdade  
23.30 O Último Fôlego (de Jim McBride, EUA/1983, com Richard Gere, Valerie Kaprisky. Ver Destaque)  
01.00 24 Horas  
01.45 No Calor da Noite

### RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.30 Ellen II  
16.00 Departamento de Homicídios  
17.05 O Santo  
18.00 Aventuras do Séc. XX  
18.30 Um, Dó, Li, Tá  
20.30 Rotações  
21.15 Remate  
21.25 Os Simpsons  
22.00 Jornal 2  
22.30 A Obra ao Negro (de André Delvaux, 1988, com Gian Maria Volonté, Sami Frey. Drama Histórico)  
00.20 Vidas do Século

### SIC

09.10 Buêrére  
11.00 As Receitas do Dia  
11.30 Tocaia Grande  
12.30 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Walker  
15.45 Buêrére  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Cuidado com o Fantasma



«Cidade Escaldante», «Picket Fences», «O Cliente»: polícias, advogados e criminosos em diferentes cenários

Christopher Neare, Christopher Atkins, Sam Bottoms. Fantástico / Terror)  
01.00 Último Jornal  
01.25 O Fim do Império  
02.55 Vibrações

### TVI

10.05 Animação  
11.40 Esquadrão Classe A  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.55 Éramos Seis  
16.50 O Barco do Amor  
17.40 Esquadrão Classe A  
18.30 Models  
19.30 Moda 97/98  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 Um Homem sem Passado  
23.00 PSI Factor  
24.00 TVI Jornal  
00.30 A Balada de Hill Street

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

00.30 Último Jornal  
01.20 Vibrações

### TVI

10.05 Animação  
11.40 Esquadrão Classe A  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
16.10 Éramos Seis  
16.50 O Barco do Amor  
17.40 Esquadrão Classe A  
18.30 Models  
19.30 Moda 97/98  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 Procurando a Verdade (EUA, com Kellie Martin, Antonio Sabato, Ken Howard. Telefilme / Drama)  
24.00 TVI Jornal  
00.30 A Balada de Hill Street

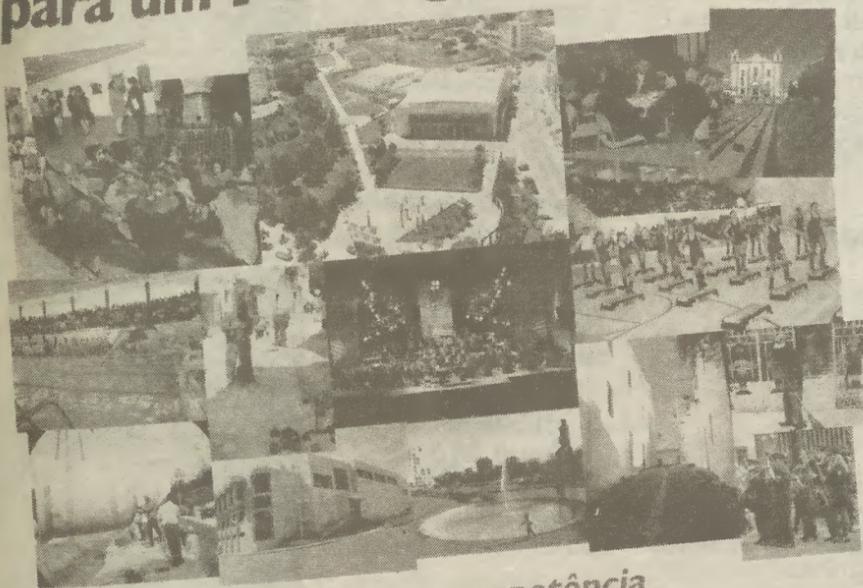
21.20 A Indomada  
22.20 Cantigas da Rua  
23.20 Nostromo  
00.25 Último Jornal  
00.50 Toda Verdade  
02.10 Vibrações

### TVI

10.05 Animação  
11.40 Esquadrão Classe A  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
16.10 Éramos Seis  
16.50 O Barco do Amor  
17.40 Esquadrão Classe A  
18.30 Models  
19.30 Moda 97/98  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 Ventos de Vitória (de Carroil Ballard, EUA/1992, com Matthew Modine, Jennifer Grey. Drama / Desporto)  
00.25 TVI Jornal  
00.40 Fora de Jogo  
01.35 A Balada de Hill Street

**CDU** uma grande  
força autárquica

para um **Portugal Melhor!**



trabalho, honestidade e competência  
para fazer o que é preciso!

- ✓ decisão empenho na humanização das condições de vida nas grandes cidades e nas áreas metropolitanas.
- ✓ luta contra a desertificação e pelo desenvolvimento do interior do país.
- ✓ firmeza e coerência na defesa da regionalização.
- ✓ novos avanços na promoção da integração social e das actividades socio-culturais.
- ✓ resposta mais rápida dos serviços municipais e melhor atendimento dos cidadãos.
- ✓ defesa do ambiente e do património ponto de honra para hoje e amanhã.



## AGENDA

**Jornada  
de  
propaganda  
em todo  
o País.  
PARTICIPA!**



**Gandra / S. Pedro da COVA**

Dias 9 e 10 de Agosto

**FESTA DA UNIDADE**

Sábado, 9, 21h - Actuação de grupos  
de Dança Jazz e Aeróbica

Domingo, 10, 15h - Música Popular Portuguesa  
pelo Conjunto Banda Rosa

Intervenções de **Constantino Loureiro**  
e **José Alves**

(presidente da JF e mandatário da lista CDU)  
e de **António Lopes, da CP do PCP**

**Gôve / Baião**

Apresentação dos candidatos CDU na Freguesia  
com a presença dos candidatos à CM e AM

**Baile Popular**

No Largo da Feira

Dia 9, às 21h30

**Casal de Cambra**

Visita CDU ao Bairro

com a participação de **Lino Paulo**

Dia 9, a partir das 10h30

## GRANDE CONVÍVIO NO DOURO

– 15, 16 e 17 de Agosto –

promovido pela Organização da Penha de França do PCP

**De Lisboa a Mesão Frio e Vila Nova de Foz Côa  
Figueira de Castelo Rodrigo - Cruzeiro no Douro**

(Informações: CTs da Zona Oriental de Lisboa)

## Jornadas de trabalho na Festa do Avante!

### ● Cidade de Lisboa

Sábado, 9 de Agosto

– Zona Ocidental / Empresas e FP

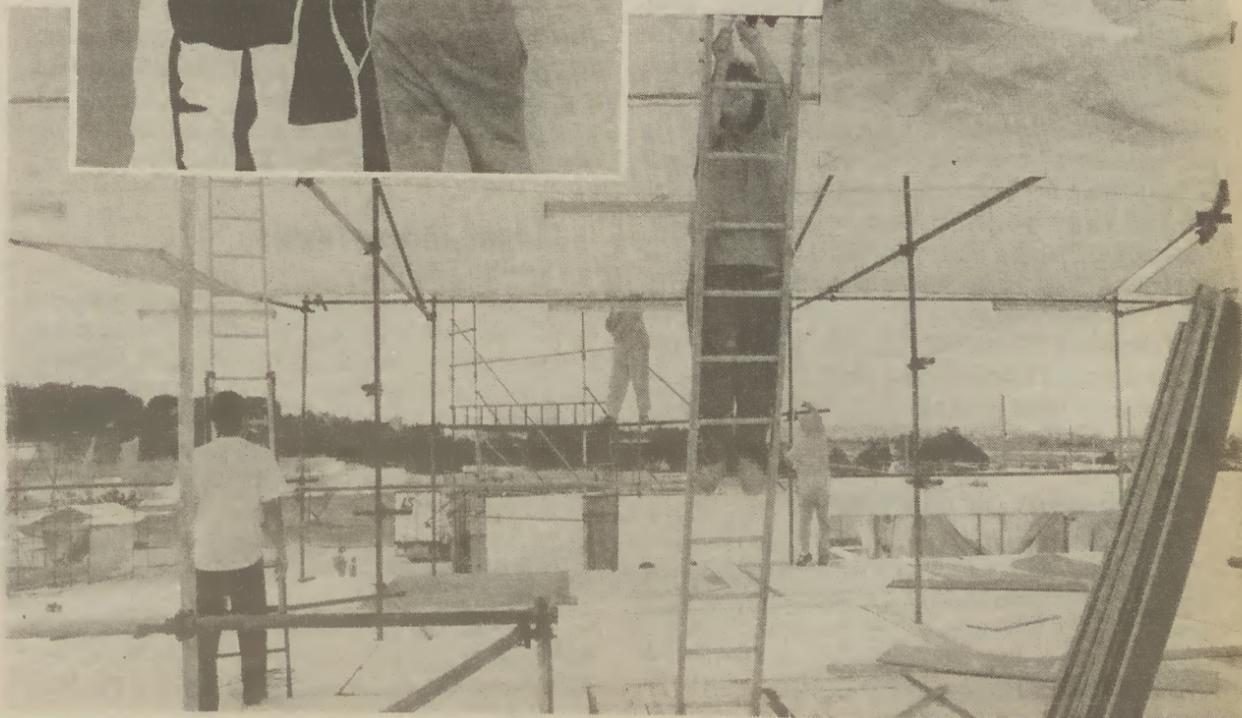
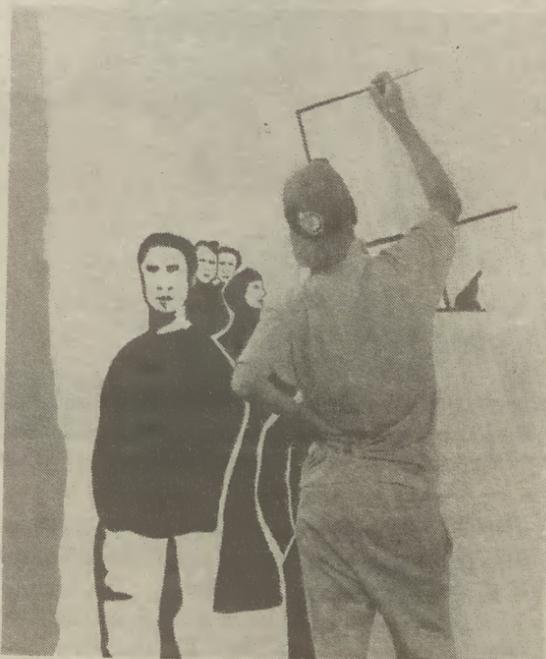
Quinta-feira, 14 – Todos!

(Transportes para a Festa:  
do CT Vitória, às 8h)

### ● Concelho de Sintra

Domingo, 10 de Agosto

(Transportes para a Festa:  
do CT do Cacém, às 8h)



## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

**Rio Sem Regresso**

(Quinta, 22.35, RTP2)

Na mostra **Marilyn Monroe** organizada pela RTP2, que em 5 filmes consegue dar com rara clareza o percurso desta *personalidade ímpar* do cinema – um qualificativo finalmente adquirido –, temos hoje a sua única incursão pelo *Western*, que o foi igualmente para o realizador, o grande **Otto Preminger**. Ao que rezam as crónicas (e o documentário sobre a actriz transmitido no fim-de-semana aflora), só **Robert Mitchum** teria aceitado sem problemas participar no filme: Preminger regougaria sobretudo contra a imposição «daquela loira problemática» no elenco, e Marilyn não podia aceitar que o almejado papel dramático para que se vinha preparando no *Actor's Studio* de Lee Strasberg a diluísse, para mais em *Panavision*, numa paisagem imensa de terras áridas e águas revoltas...

Mas a experiência veio a revelar-se bastante conseguida. Para tal contribuíram afinal, decisivamente, os intérpretes escolhidos: Robert Mitchum no papel de um fazendeiro que vem procurar o seu filho de nove anos, com o qual nunca havia vivido e se encontra à guarda de uma ingénua cantora



Uma imagem emblemática

de *saloon*, Marilyn Monroe, tendo os três que empreender uma longa fuga à perseguição dos *índios*, rio abaixo, por entre perigos, aventuras e paisagens inesquecíveis e algumas das tais «cenas dramáticas» que acabaram por ficar, afinal, na memória dos cinéfilos.

**O Pecado Mora ao Lado**

(Sexta, 22.35, RTP2)

E, finalmente neste pequeno ciclo, **Marilyn** e a sua imagem eternizada, no esvoaçar do vestido às boas mercês do sopro que vem das profundezas do Metro, está aqui. Igualmente aqui está a irresistível comicidade (e proximidade) de **Tom Ewell**, sonhando-se em roupão e à luz dos candelabros, a dedilhar o Concerto nº 2 de Rachmaninof. E que dizer dos mordazes palpites do canalizador, dos preclaros vaticínios do psiquiatra, das conversas ao telefone com a esposa? Partindo de uma comédia de «boulevard» de sucesso (de George Axelrod) **Billy Wilder** transpõe brilhantemente para o cinema um argumento que retrata, em tom de comédia, as tentações de um puritano cidadão nova-iorquino (com a mulher e filho em férias...) assaltado, em pleno Verão escaldante, pela perturbante chegada de uma irresistível vizinha. Sonhe (que é também para isso que o cinema serve) que este seu Verão escaldante passado numa caixa-apartamento algures na cidade podia ser assim...

**O Homem da Maratona**

(Sexta, 00.00, SIC)

O veterano realizador britânico **John Schlesinger** é um experimentado cineasta atraído por temas ou situações fora do comum ou que, pela primeira vez, ele abordou de forma original, como é o caso de *Cowboy da Meia-Noite*, *Um Domingo Sangrento* ou este *O Homem da Maratona*.

Um caso de intriga internacional em que um jovem estudante judeu cai nas mãos de uma rede de ladrões de jóias nazis em Nova Iorque (!) é o pano de fundo de um *thriller* profundamente inquietante que, a golpes de mestria cinematográfica, **John Schlesinger** transporta para as raias do intolerável e repelente. Quem conseguir levar o filme até ao fim é pelo menos brindado com as fabulosas interpretações de **Laurence Olivier** e **Dustin Hoffman**.

**Terror na Auto-estrada**

(Sexta, 00.55, RTP1)

Mas verdadeiramente intolerável é este *Terror na Auto-estrada* – uma violência desmedida, o horror impregando cada sequência desta «história» de um sádico que não se sabe quem é e nem porque o é, sadicamente expostas cada uma das suas atrocidades.

Do realizador nada consta, mas o actor protagonista – o holandês **Rutger Hauer**, que começou no seu país trabalhando em filmes pornográficos, e deu algum brilho a personagens que interpretou entretanto em filmes como «*Blade Runner*» – é difícil que se livre alguma vez desta repelente imagem de sádico que aqui veste.

Insuportável e gratuito.

**Pequeno Buda**

(Sexta, 00.00, TVI)

Como alternativa nesta noite de Sexta-feira, este *Pequeno Buda* acaba por «brilhar», embora não seja nem um grande filme, nem sequer original na obra de **Bernardo Bertolucci**, no seu evidente decalque de *O Último Imperador*.

Uma delegação de monges budistas dirigida pela lama **Norbu** dirige-se a uma casa de Seattle onde habita uma família típica americana. Fica então a perceber-se que aqueles monges acreditam que um dos filhos do casal é



Marilyn e Mitchum num fotograma de «Rio Sem Regresso»

a reencarnação de um lama budista que vivera nos últimos anos na América, o que leva a uma viagem fantástica até ao Oriente, projectada na tradição do passado.

Enfim: um certo brilho formal e a espectacularidade e exotismo habituais nos últimos filmes do realizador.

**O Meu Primo Vinny**

(Sábado, 17.00, SIC)

Uma comédia despreziosa, que cabe bem no pequeno *écran* (e ficará talvez um pouco deslocada nas sala de cinema para que foi feita...), com um actor de nome feito, **Joe Pesci** e uma actriz que o viria a fazer, também à custa deste papel, **Marisa Tomei**. Uma longa cena de tribunal (o protagonista é um advogado de defesa em desdita) evidencia o talento de **Fred Gwynne**, no juiz.

**País Basco – I**

(Sábado, 22.00, RTP2)

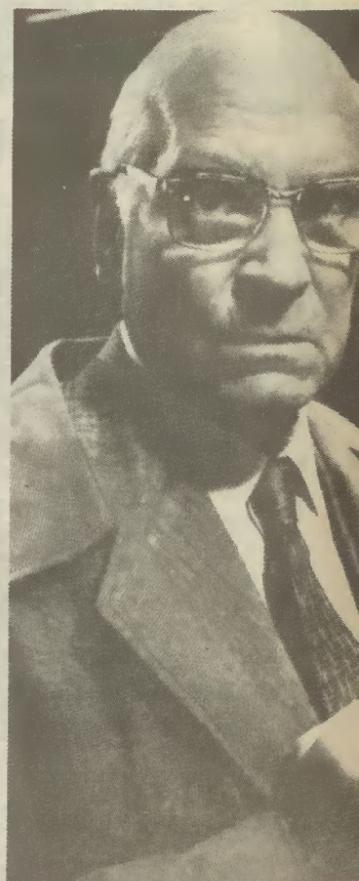
Um trabalho de **Orson Welles** é sempre de notar, mesmo que curta-metragem omissa nas biografias correntes do realizador. E tanto mais, hoje em dia, quando se trata do País Basco

e por 40 anos que entretanto tenham passado. Já então, segundo a nota da RTP, «**Welles** visita o País Basco e vai levantando muitas questões acerca da vida deste povo cujo país se situa em Espanha e França. Na zona francesa encontra **Lael Wertenbaker**, uma americana que aí vive há anos com a família, e que pode responder a algumas das questões que intrigam **Welles**...». Que ainda nos intriga a nós?

**Filhos de um Deus Menor**

(Domingo, 22.45, SIC)

**Randa Haimés**, realizadora de televisão especiali-



Laurence Olivier, o nazi de «O Homem da Maratona»

zada em temas invulgares e abordando situações e personagens fora do comum, arrancou um tremendo êxito com a realização deste seu primeiro filme de ficção centrado na história das relações entre uma jovem surda-muda e um seu professor. As interpretações de **William Hurt** e de **Marlee Matlin** (a qual, na sua surpreendente estreia no cinema, ganhou um Oscar para a Melhor Actriz), são de extrema contensão e bom gosto e ficaram memoráveis.

Se nunca viu, não perca. *Filhos de um Deus Menor* é um excelente contraponto à generalidade de gratuitidades, idiotices e violências que infestam as televisões neste Verão, fala de gente e trata-nos como gente...

**Boneca de Luxo**

(Segunda, 22.30, RTP2)

**Audrey Hepburn** no apogeu da sua carreira de actriz, muito bem dirigida por esse mestre de actrizes que é **Blake Edwards** – ambos, sobretudo, dando vida e brilho a uma história de **Truman Capote** que só aparentemente é a de uma rapariguinha fascinada por jóias. Um filme «encantador» como são frequentemente os do realizador (com o «fim feliz» que não estava no romance mas que Hollywood exigia), aprimorado pelo concurso de outros intérpretes – **Patricia Neal**, **Martin Balsam** – e por uma banda sonora (de **Henri Mancini**, colaborador habitual de Edwards) e uma canção, **Moon River**, igualmente de Mancini, que sobrevive no repertório clássico da música popular norte-americana.

**O Último Fôlego**

(Quarta, 23.30, RTP1)

Inspirado num dos mais famosos clássicos da *nouvelle vague* francesa – *A Bout de Souffle*, de **Jean-Luc Godard**, filme eminentemente europeu que, revolucionando embora por completo os mecanismos da *narrativa clássica*, não escondia entretanto um claro fascínio pelo *cinema negro* norte-americano – este *remake* de **Jim McBride** sofre, precisamente, da comparação com aquele, acabando por ser um «exercício de estilo» em parte desinteressante por lhe faltar a espessura dramática e social do filme-matriz e a sua fortíssima e apelativa originalidade e novidade estilística.

Para além de **Valérie Kaprisky** e **Richard Gere** (este, por vezes, exagerando nos seus habituais tiques de representação), a verdadeira vedeta do filme é, sem dúvida, a música de **Jerry Lee Lewis**.

■ Correia da Fonseca

# Agosto das costas quentes

Começava Agosto, e logo no seu primeiro dia a RTP anunciou que «a maioria dos portugueses partiu para férias». A informação foi repetida em mais de um serviço noticioso, aparentemente em obediência à regra nunca escrita mas sempre seguida que manda repetir uma aldrabice até que ela passe por verdade óbvia. No dia seguinte, que era sábado, lá estava de novo a RTP a proclamar reiteradamente que «os alfacinhas saíram da cidade rumo ao sul». Voltava a ser mentira, é claro. Infelizmente, o que acontece é que entram Julho, Agosto, Setembro, e ao contrário do que pretende a RTP «a maioria dos portugueses» não parte para férias e os alfacinhas, coitados, quando muito vão ali à Costa da Caparica, arrastando-se no engarrafamento infernal da Ponte ou embarcando em Belém e tomando o autocarro na Trafaria. E isto, ainda assim, só para quem pode.

## Um território sensível

Dir-se-á talvez que a RTP não fez por mal, e não serei eu quem sustente obstinadamente o contrário porque, como se sabe, isto de garantir que certas intrujices são adiantadas «por mal» é tarefa de consecução praticamente impossível. Além do mais, é possível alegar que a impostura de anunciar maiorias a partirem para férias até foi perpetrada «por bem», pelo generoso desejo de que fosse assim. Quanto a mim, porém, uma explicação destas pecaria por excesso de optimismo. Mais me inclino a crer que, por um lado, a RTP foi arrastada pela sua excessiva familiaridade com o hábito de mentir e, por outro, com o também habitual desejo de dar do País uma imagem retocada em tons cor-de-rosa. Neste caso, esqueceu-se de que ela própria já tem divulgado dados que confirmam por via estatística aquilo que cada um de nós sabe pelo contacto directo com a realidade: que a maioria dos portugueses não tem condições para «partir para férias». Que, quando muito, lhe é permitido não ir ao emprego durante uns dias, o que é coisa diferente, como até na RTP se saberá.

No fundo, tenho o sentimento de que estou a ser severo de mais perante um exagero de retórica que terá sido, quando muito, uma mentirola equiparável à condição de pecado venial, dessas que não atiram uma alma para as profundas do inferno. A questão, porém, é que isto de ter ou não ter férias a sério, de partir ou não partir para elas, é mais grave do que pode parecer. Para um sujeito que passa o ano inteiro a esfal-

far-se, a fazer «tanta força por pouco dinheiro» como cantou o Sérgio Godinho, as férias são imaginadas como um território da felicidade breve mas possível, e um sonho destes não é coisa com que se brinque ou acerca do qual se minta sem provocar uma feridinha dolorosa. E as férias, as que são ou as que deveriam ser, são contíguas a outras questões que de súbito podem revelar-se dramáticas. Terá a RTP dúvidas acerca disto? Se as tem, seria bom que as tirasse a limpo encomendando um desses inqueritos de que tanto gosta e divulgando os seus resultados no Telejornal. O tema seria simples: o que fazem os portugueses com o seu subsídio de férias (e aqui voltamos a uma ressalva importante: no caso de o receberem, ao subsídio de férias)? Sem que tenha feito investigações por conta própria e mesmo sem ter contrato com nenhuma empresa da especialida-

de, estou convencido de que parte substancial dos subsídios recebidos foram aplicados a pagar dívidas entretanto contraídas, a dar satisfação a necessidades acumuladas, a pagar impostos em atraso, a liquidar recibos de seguro ou outros cujo vencimento foi cuidadosamente marcado a contar com o subsídio a receber. Se estou enganado, peço antecipadamente desculpa. Se não estou enganado, são muitos milhares de portugueses que são credores de pedidos de desculpa. Tudo isto, e provavelmente muito mais, forma uma área sensível que, a julgar por mim, foi escalavrada por aquela eufórica versão que nos dava a quase todos, ou pelo menos à maioria, como tendo partido para férias presumivelmente regaladas.

## Talvez uns seis por cento

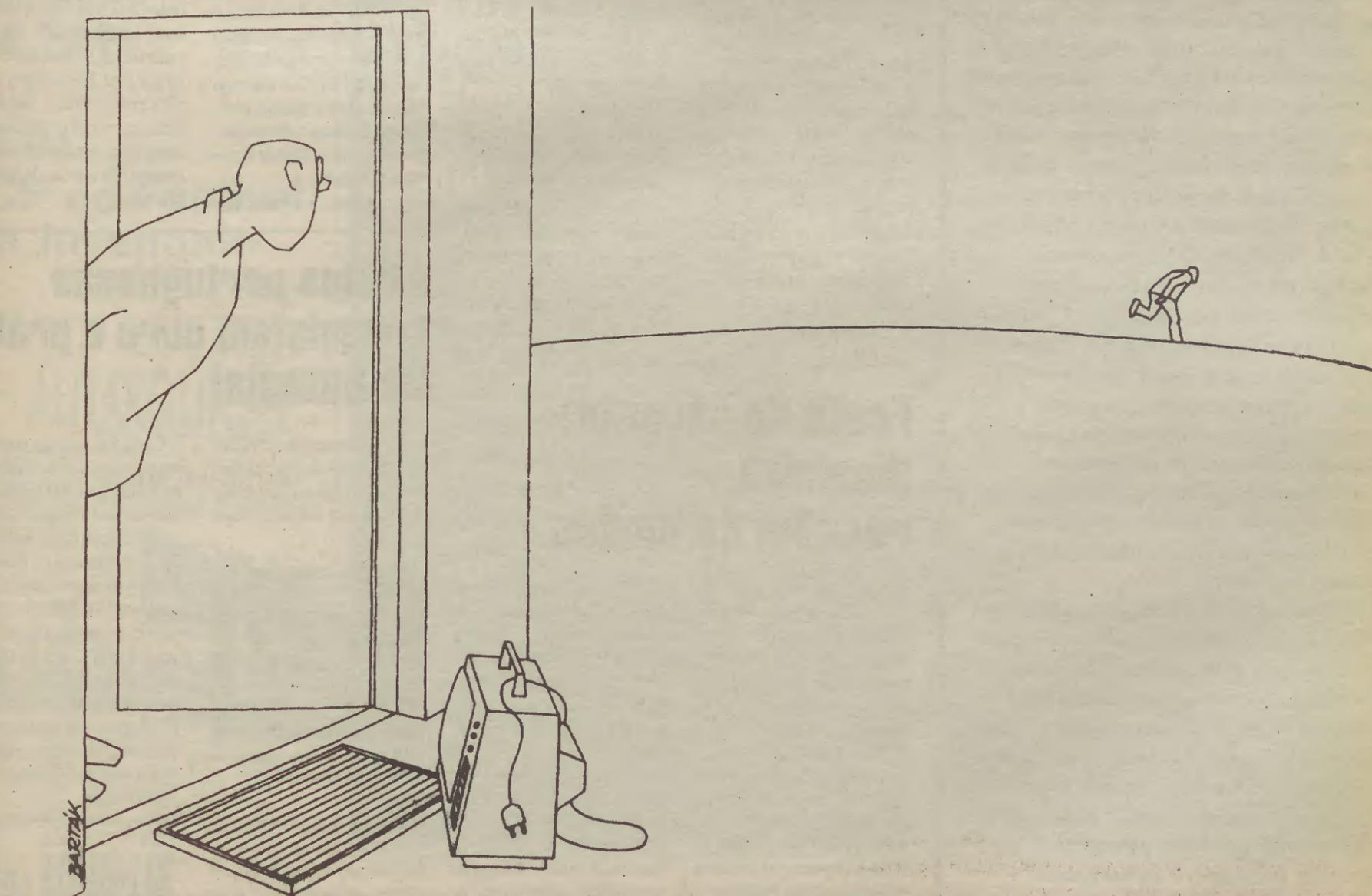
Sei, naturalmente, que a culpa foi de Agosto, ele próprio um mês habitado por mitos e também, não poucas vezes, por enganos sem nenhuma nobreza mítica. Diz-se «Agosto» e chega um novelo de sugestões simpáticas como um bando de pássaros migrantes: noites cálidas, amores mornos e efémeros, adolescências saudosas, praias que se fingem cosmopolitas ou regressos episódicos às terras de origem, poentes que nunca olhamos quando estamos na cidade. Mas Agosto tem as costas quentes, e não apenas em sentido literal e em enquadramento geográfico. Assim, é por Agosto ter as cos-

tas quentes e não poder refilar que sobre ele as TV's, as portuguesas e as outras (mas das outras não cuido eu, até por saber que cada um sabe de si e cada qual tem as suas necessidades específicas), decretam que é mês em que pouca gente vê televisão e que, por isso, podem baixar ainda mais a qualidade já anã da programação que nos fornecem.

Para provarem a redução das audiências, as estações de TV exibem, é claro, as inevitáveis estatísticas. Lá está: segundo números que vi publicados, o número de telespectadores diminui em Agosto em cerca de 6%. Perante isto, não duvido, ora essa!, mas assaltam-me perplexidades. Então, por uma porcaria de 6% (com todo o respeito, é claro, como diria o dr. Manuel Monteiro), as TV's acham-se no direito de abandonar ainda mais o produto que nos impingem? E entre os 94% subsistentes, não haverá muitos que, exactamente por não irem trabalhar, estão mais disponíveis e mais atentos para o consumo de televisão? E não estão por aí milhares de emigrantes, entre os quais muitos não serão exclusivos admiradores do Quim Barreiros e dos quais seria bonito servir uma TV asseada? E não seria em Agosto que uma televisão com qualidade poderia «conquistar» jovens estudantes que em férias podem enfim olhar o televisor a horas que nos outros meses lhes estão praticamente vedadas (parecendo certo que a praia, a discoteca e as (os) miúdas (os) não preenchem totalmente a disponibilidade de todos eles durante este mês)?

Posso, naturalmente, estar redondamente enganado em tudo isto, e podem provar-me que, de facto, em Agosto a população portuguesa está nas mais realíssimas tintas para a TV que lhe fornecem. Ainda assim, contudo, creio que me assistirá uma última razão: a de que às estações de TV, como a quaisquer outros fornecedores de bens ou serviços, incumbe o dever indeclinável de manter a qualidade do que lhes cumpre fornecer, e que nenhum pretexto vale para dar cobertura à mixordice. Neste caso, porque mesmo no resto do ano a TV que nos entra em casa se situa muito abaixo do que um presumível «serviço público» exigiria, no caso da RTP, e do que a elementar higiene mental reclama, noutros casos. Porque, mesmo nesta «Europa» fascinada por um processo de cretinização mundializada que aliás lhe está a cobrar os olhos da cara, o nosso país permanece uns bons dois palmos abaixo da média comunitária em matéria de cultura, esclarecimento, entendimento corrente do mundo em que se inscreve.

Pelo que, na verdade, começa a configurar-se como criminosa contra o interesse nacional a invocação abusiva das costas quentes de Agosto.



# ATALHE DE FOICE

## Fondus

«Principalmente no Norte do País, mas não apenas aí, há uma quantidade incrível de asquerosos animais híbridos: minúsculos cães vira-latas que, arriscando a vida, se atiram para debaixo dos carros.» Qual é o país, qual é ele, onde tão estapafúrdia coisa acontece?

Ninguém adivinha? Ninguém desconfia? Bom, então aqui vai outra, para ajudar: «Os namorados comportam-se de forma reservada, não tornando públicas as suas relações. Nos locais públicos, independentemente da camada social a que pertencem, os homens conversam só com homens, as mulheres com mulheres.»

Então? Qual é o país, qual é ele? Ainda não chegaram lá? Deve ser do calor. Cá vai mais uma: «Nas conversas, não falem da família, principalmente das crianças. Este tema é sagrado!» Qual é o país, qual é ele? Nem assim? Pois não se está mesmo a ver? Só mais uma pista e acabou-se, quem não descobrir, perde: «o descanso nacional são as conversas na rua» e «a religião é omnipresente como Deus.»

O quê? Ninguém descobre? Ficou tudo obtuso? Ora fiquem sabendo que é Portugal. Não há como o verão para se descobrir estas coisas, seja por falta de assunto ou porque a época aconselha a um olhar mais atento aos potenciais turistas que hão-de arribar a terras de sul.

Pois é assim, sem tirar nem pôr, que «Le Petit Futé», roteiro francês editado em russo em 1996, descreve Portugal. Para quem não saiba, diga-se que «petit» significa pequeno e «futé» quer dizer inteligente, malicioso, astuto, finório, esperto, sagaz, manhoso..., pelo que se deixa à criatividade de cada um a tradução mais adequada para este pequeno... roteiro. Para que não se pense estarmos perante qualquer má vontade dos franceses contra nós, vale a pena referir que também a editora alemã Polyglott tem um roteiro dedicado às lusas terras onde, a páginas tantas, se descobre: «Na província do Algarve, em condições subtropicais, crescem bananas e cana-de-açúcar»; «Nas Caldas da Rainha pode-se comprar uma recordação interessante: um vaso de cerâmica em forma de 'folha de repolho'»; «A nordeste de Portalegre encontra-se a serra de São Mamede, parque natural onde ainda vivem ursos». Nem mais! Cá por mim é um problema linguístico: avessos que são ao estudo de outras línguas, franceses e alemães viram-se em palpos de aranha para entender os portugueses, políglotas por excelência e senhoras de uma língua consabidamente muito traiçoeira. Imagine-se o que poderão dizer se lhes chegar às mãos umas revistas da Madeira, daquelas com Jardim saracoteando-se de baiana, rei zulu ou em cuecas. Uma desgraça.

É claro que se torna necessário fazer qualquer coisa. A tradição das Caldas está de rastos, os alentejanos ameaçam deixar de inventar anedotas, os algarvios querem deixar de fabricar dons rodrigos, os adolescentes congeminam uma revolução sexual, as famílias estão à beira de se sublevar e os vira-latas exigem tratamento de lulu. Como diria um amigo versado em francesismos, ou se faz qualquer coisa ou estamos fondus. Que é como quem diz, fundidos, derretidos, dissolvidos... O que não é pouco.

■ Anabela Fino

**Após prolongada doença, que enfrentou sempre com a maior coragem e serenidade, faleceu, na passada segunda-feira, José Manuel Mendonça de Oliveira Bernardino.**

Natural do Huambo (Angola), José Bernardino, de 62 anos de idade, colocou a maior parte da sua vida ao serviço do Partido e do povo a que pertencia. Membro do PCP desde 1956 e funcionário do PCP desde 1961, destacou-se muito novo na luta estudantil. Antes do 25 de Abril, integrou os organismos estudantis do Partido, tendo sido dirigente da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, da Casa dos Estudantes do Império e Secretário-geral da R.I.A. (Reunião Inter-Associações) em 1960/61.

Preso na sequência das lutas juvenis e das grandes manifestações do 1º de Maio de 1962, onde teve uma destacada participação, José Bernardino cumpriu sete anos de prisão.

Libertado em 1969, regressou à luta clandestina, onde o 25 de Abril o foi encontrar, como membro da Direcção da Organização Regional do Norte do PCP.

Depois do 25 de Abril, desempenhou tarefas e exerceu responsabilidades nas Organizações Regionais do PCP das Beiras e posteriormente de Lisboa. Entre Maio de 1974 e Dezembro de 1996 foi membro do Comité Central e era, à data do seu falecimento, membro da Comissão junto do Comité Central para os Assuntos Económicos.

Sublinhando a activa e generosa contribuição que ao longo da sua vida deu à luta pela Liberdade, pela Democracia e pelo Socialismo, o Secretariado do Comité Central do PCP enviou na segunda-feira à família de José Bernardino, nomeadamente a sua mulher, Manuela Bernardino, membro da Comissão Central de Controlo do CC e da Secção Internacional do Partido, e a suas filhas, as mais sentidas condolências.

A homenagear José Bernar-

## Festa do «Avante!» dinamiza recolha de fundos

Aproxima-se a Festa do «Avante!» e as organizações começam a trabalhar no sentido de aproveitar esta grandiosa concentração de massas para uma maior dinamização da Campanha Nacional de Fundos de 200 mil contos.

Ao nosso jornal chegou entretanto a informação de algumas iniciativas em curso, designadamente a realização por parte de algumas Organizações Regionais de bancas nos seus Pavilhões.

Outras, no sentido de marcar a presença da Campanha nos

dino, cujo corpo esteve em câmara ardente, a partir de terça-feira à tarde, na capela do Cemitério do Alto de S. João, estiveram centenas de amigos e camaradas.

O funeral de José Bernardino, ontem realizado, constituiu



No funeral estiveram destacados dirigentes do Partido, democratas e amigos de José Bernardino

uma manifestação de profundo pesar, em que participaram o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, muitos dirigentes e numerosos militantes do Partido, bem como muitos outros democratas e amigos do camarada falecido.

O Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, que enviou em seu nome uma coroa de flores, fez-se representar no funeral pelo embaixador António Franco, Chefe da sua Casa Civil. Também o embaixador da República de Angola se fez representar.

Na altura, Carlos Aboim Inglês, em nome do Comité Central do PCP, proferiu as últimas palavras de despedida.

«(...) Desde muito jovem que José Bernardino foi sensível ao sofrimento dos outros, à sua volta e no mundo, e se abriu a generosos ideais de libertação e felicidade humana.

Daí nasceu a sua definitiva opção de classe pelos explorados e oprimidos e a sua adesão, em 1956, ao Partido Comunista Português, ainda nos duros tempos da ditadura fascista. No Partido e com o Partido militou constantemente durante mais de quatro décadas, afrontando com honra e coragem, física, moral e política, as mais difíceis provas revolucionárias, incluindo a clandestinidade e o cárcere. Sem regatear o melhor



de si mesmo, tanto nas mais pequenas tarefas como nas mais altas responsabilidades, tanto nos ascensos como nos refluxos da História e da luta, José Bernardino sempre se entregou com juvenil entusiasmo e seriedade exemplar a tudo quanto fez, e muito foi, nas mais diversas actividades e até quase ao fim dos seus dias.

(...)

José Bernardino era à data da sua morte Vice-Presidente e Secretário-Geral da Associação Iuri Gagarine, antiga Associação Portugal-URSS, a ela tendo dedicado as suas últimas energias para planear a comemoração do 80º aniversário da Revolução de Outubro.

(...) Homem de Partido, sem

dúvida, vertical e desassombrado, José Bernardino possuía uma rara capacidade de diálogo e convergência largamente unitária. Foi homem de firmes convicções, mas não sectário; exigente consigo e com os outros, mas profundamente generoso. Por isso mesmo, foi um homem de muitos e bons amigos e leal amigo de todos eles, dentro e fora do Partido.

A morte é sem remédio. Mas todos nós que aqui estamos hoje, e muitos mais que não puderam vir, não esqueceremos nunca José Bernardino. E na vida que continua, saibamos todos merecer o quanto nos enriqueceu com o seu convívio, o quanto ele nos deu da sua própria vida.»

## Atletas portuguesas conquistam ouro e prata no mundial

Carla Sacramento conquistou a medalha de ouro na final dos 1500 metros do Campeonato Mundial de Atletismo, reali-



Carla Sacramento sagrou-se campeã do Mundo

zada na passada terça-feira em Atenas. No mesmo dia, a campeã olímpica Fernanda Ribeiro obteve um honroso segundo lugar na distância de 10 mil metros.

Carla Sacramento conta no seu palmarés com uma medalha de bronze nos 800 metros dos campeonatos europeus de pista coberta, realizados em Paris, feito que repetiu na final dos 1500 metros nos mundiais de pista em Gotemburgo, conseguindo, no mesmo ano, em Barcelona, nos Campeonatos do Mundo de Pista Coberta a medalha de prata. Depois de alcançar o título europeu dos 1500 em Estocolmo, sagra-se agora campeã do mundo na especialidade.

